



INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS PARNAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

TALYTA MARIA COELHO DE DEUS LIMA

(RES)SIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL E A SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROTAGONISMO JUVENIL NO IFPI

Parnaíba/PI

2021

TALYTA MARIA COELHO DE DEUS LIMA

**(RES)SIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL E A SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROTAGONISMO JUVENIL NO IFPI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal do Piauí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Parnaíba/PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732r

Lima, Talyta Maria Coelho de Deus

(Res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no IFPI / Talyta Maria Coelho de Deus Lima. — 2021.

141 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Parnaíba, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes.

1. Educação. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Grêmio estudantil. 4. Protagonismo juvenil. I. Título.

CDD: 370

TALYTA MARIA COELHO DE DEUS LIMA

**(RES)SIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL E A SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROTAGONISMO JUVENIL NO IFPI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT.

Aprovado em 26 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Instituto Federal do Piauí - IFPI
Orientador



Prof. Dr. Kleiton Rocha Saraiva
Instituto Federal do Piauí - IFPI
Membro interno



Prof.^a Dr.^a Caetana Juracy Rezende Silva
Universidade de Brasília – UnB
Membro externo

TALYTA MARIA COELHO DE DEUS LIMA

**(RES)SIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DO GRÊMIO ESTUDANTIL E A SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PROTAGONISMO JUVENIL NO IFPI**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica – EPT.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT.

Validado em 26 de novembro de 2021.

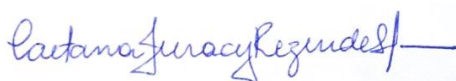
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Instituto Federal do Piauí - IFPI
Orientador



Prof. Dr. Kleiton Rocha Saraiva
Instituto Federal do Piauí - IFPI
Membro interno



Prof.ª Dr.ª Caetana Juracy Rezende Silva
Universidade de Brasília - UnB
Membro externo

A Deus, fonte de sustento e força diários;
E aos que apostam no ataque à democracia e
desmonte da educação pública. Sigamos, apesar
de vocês, com a certeza de que, sozinha, a
educação não é o caminho, mas articulada
possibilita vários!

AGRADECIMENTOS

*O que eu sou
Eu sou em par
Não cheguei sozinho, não não...*

Com os versos de Lenine em “Castanho”, externo meus agradecimentos aos que foram fundamentais para a conclusão desta etapa importante e almejada na minha vida pessoal, acadêmica e profissional:

A Deus, que carrego no nome e no coração, e em tudo me acompanha e ampara.

À Vó Maria (in memoriam), meu primeiro exemplo de educadora.

À minha mãe Etelvina, pelas orações diárias e as doces palavras de ânimo. Ao meu pai Gilmar, pela disponibilidade e disposição com que enxerga a vida.

Aos irmãos Lázaro e Leonardo, primeiros parceiros, sempre na torcida.

Ao Jonas, pela calma nos momentos de angústia e cansaço.

Ao Prof. Dr. Márcio, que me acolheu em momento de incerteza e, apesar de toda a correria, dedicou-se à nobre tarefa de orientar esta pesquisa, o que a fez possível.

À turma “Tem que dar certo”, pela união e atenção durante estes dois anos. Especialmente à Karina e Shirley, dividindo os percalços e conquistas da caminhada.

Ao IFPI que com sua adesão ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, na figura de seus docentes, me permitiu esta oportunidade de formação pessoal e profissional.

A Santiago Belizário e Vitória Silva, que não se furtaram de dividir comigo suas vivências nos movimentos estudantis para a construção do produto educacional.

Aos estudantes e servidores que dedicaram tempo para participar da pesquisa, além de oferecerem palavras de encorajamento, e sem os quais esta pesquisa não teria se concretizado.

Aos amigos e familiares que souberam compreender as intermináveis ausências na busca deste objetivo e ainda assim não pouparam boas energias e acolhimento a mim.

“Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa”
(ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 199).

RESUMO

No Brasil, os movimentos sociais sempre desempenharam papel central na sua constituição enquanto sociedade, nação, povo. A história do país, marcada por momentos antagônicos, atravessados ora pela democracia, ora pela ditadura, demandaram uma mobilização da sociedade civil organizada, sem a qual não se teriam assegurado muitos dos direitos civis e sociais que até hoje perduram. Desde o Brasil Colônia se têm registros da contribuição dos movimentos estudantis nesse cenário, com destaque para o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, que foi relevante no processo de redemocratização da sociedade brasileira. O protagonismo juvenil pode ocorrer em esferas formais e não formais de ensino, mas tem na escola um *locus* privilegiado. O grêmio estudantil é um ator fundamental na construção de uma sociedade democrática e de uma escola mais acolhedora e atenta às demandas do público ao qual se destina que, na educação profissional e tecnológica, em suma, são os jovens das classes sociais mais populares. A fundamentação teórica embasou-se em alguns conceitos e autores como: *juventudes* com Bourdieu (1983), Freire (1983) e Abramovay (2007); *movimentos sociais* com Gohn (2000, 2011); *participação* com Bordenave (1994), *protagonismo juvenil* com Costa (2000, 2001), Siqueira (2021), Souza (2006); *grêmio estudantil* com Amaro e Quadros (2016) e Antunes (2016); *bases teóricas da Educação Profissional e Tecnológica* com Ramos (2014), Moura (2016) e Pacheco (2010). Assim, o trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, de natureza aplicada e cunho qualitativo, se propôs investigar como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí. Deste modo, através de pesquisa documental e bibliográfica, questionário fechado e entrevista semiestruturada, foram levantados dados junto aos estudantes do ensino técnico integrado ao médio, aos gestores dos *campi* e da Pró-reitoria de Ensino, utilizando-se de estatística descritiva e análise de conteúdo para interpretação dos dados obtidos. Com isso pretendeu-se refletir se o grêmio tem-se constituído em espaço de participação política e democrática dos estudantes. Constatou-se que, apesar de todos os sujeitos da pesquisa reconhecerem a relevância do seu papel e a despeito das normas legais e documentos institucionais assegurarem a sua existência, o grêmio ainda não é uma realidade no âmbito da instituição. Assim, sugere-se a necessidade de repensar o currículo escolar, inserir o debate do tema de modo transversal e sistemático, proporcionar uma formação continuada aos servidores acerca da temática e definir o atendimento dessa demanda nos *campi* dentro das atribuições dos cargos, pois esses aspectos, em conjunto, poderão contribuir com a atuação gremista. Os dados levantados permitiram, como produto educacional, a criação de um material didático escrito no formato cartilha sobre grêmio estudantil e protagonismo juvenil aos discentes dos cursos técnicos integrados ao médio com o objetivo de favorecer o conhecimento de forma simples e acessível ao alunado na base comum, técnica e nos espaços não formais de ensino. Espera-se que este trabalho sirva como subsídio às lacunas existentes na temática bem como na problemática de estudo em nível institucional.

Palavras-Chave: Educação; Educação Profissional e Tecnológica; grêmio estudantil; organização estudantil; protagonismo juvenil.

ABSTRACT

In Brazil, social movements have always played a central role in its constitution as a society, nation, people. The country's history, marked by antagonistic moments, crossed, sometimes by democracy, sometimes by dictatorship, demanded a mobilization of organized civil society, without which many of the civil and social rights that persist until today would not have been assured. Since Brazil Colony there are records of the contribution of student movements in this scenario, with emphasis on the emergence of the National Union of Students (NUS) in 1937, which was relevant in the process of redemocratization of Brazilian society. Youth protagonism can occur in formal and non-formal educational spheres, but it has a privileged *locus* in school. Certainly, the student union is a fundamental actor in the construction of a democratic society and a more welcoming school that is attentive to the demands of the target audience who, in professional and technological education, in short, are young people from the most popular social classes. The theoretical foundation was based on some concepts and authors such as: *youths* with Bourdieu (1983), Freire (1983) and Abramovay (2007); *social movements* with Gohn (2000, 2011); *participation* with Bordenave (1994), *youth protagonism* with Costa (2000, 2001), Siqueira (2021), Souza (2006); *student union* with Amaro and Quadros (2016) and Antunes (2016); *theoretical foundations of Professional and Technological Education* with Ramos (2014), Moura (2016), Pacheco (2010). Thus, the work developed under the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education - ProfEPT, of an applied nature, of a qualitative nature, proposed to investigate how the student union can contribute to the youth protagonism of students in technical courses integrated to high school at the Institute Federal of Piauí. Thus, through documentary and bibliographic research, closed questionnaire and semi-structured interview, data were collected from students of technical education integrated to high school, *campus* managers and the Dean of Education. Using descriptive statistics and content analysis to interpret the data obtained. With that, it was intended to reflect if the guild has been constituted in a space of political and democratic participation of the students. It found that, despite all research subjects recognizing the relevance of their role and, despite legal norms and institutional documents ensuring its existence, the guild is not yet a reality within the scope of the institution. Thus, it is suggested that there is a need to rethink the school curriculum, insert the debate on the topic in a transversal and systematic way, provide continuing education for employees on the subject and define the fulfillment of this demand on campuses within the attributions of the positions, as these aspects, together, will have repercussions on Grêmio performance. The data collected allowed, as an educational product, the creation of didactic material written in a primer format on student union and youth protagonism to students of technical courses integrated to high school to multiply knowledge in a simple and accessible way to students on a common, technical and in non-formal teaching spaces. The work hoped to contribute as a subsidy to the existing gaps in the subject as well as in the problematic of study at the institutional level.

Keywords: Education; Professional and Technological Education; student union; student organization; youth protagonism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Mental da Metodologia da Pesquisa	46
Quadro 1 – Informativo sobre os <i>campi</i> da amostra e o IFPI	43
Quadro 2 – Descrição da amostra	48
Quadro 3 – Levantamento de produtos educacionais similares no Observatório ProfEPT.	54
Gráfico 01 - Experiência anterior de representação juvenil.....	61
Gráfico 02 - Participação no grêmio estudantil do <i>campus</i>	62
Gráfico 03 - Motivo(s) para a não participação.....	63
Gráfico 04 - Participação juvenil no espaço extraescolar.....	65
Gráfico 05 - Contribuição do grêmio estudantil para a formação dos alunos.....	68
Gráfico 06 - Participação dos alunos em grêmio estudantil contribui para o protagonismo juvenil.....	69
Gráfico 07 - As disciplinas do curso abordam o protagonismo juvenil.....	70
Gráfico 08 - Papel da escola na discussão de temáticas sobre protagonismo juvenil	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5: Ato Institucional nº 5

AMES: Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas de Teresina

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CEB: Casa do Estudante do Brasil

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CNE: Conselho Nacional de Educação

DCNEM: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

EduCAPES: Repositório da CAPES

EMC: Educação Moral e Cívica

EPOET: Encontro Potiguar dos Estudantes de Escolas Técnicas

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

GEPLANES: Software de gestão estratégica

GRENIPE: Grêmio Estudantil “Nilo Peçanha”

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFs: Institutos Federais

IFAM: Instituto Federal do Amazonas

IFMS: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

IFPE: Instituto Federal de Pernambuco

IFPI: Instituto Federal do Piauí

IFRN: Instituto Federal do Rio Grande do Norte

IFRR: Instituto Federal de Roraima

IFRS: Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IFSC: Instituto Federal de Santa Catarina

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONGs: Organizações não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

PAEVS: Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PPC: Projeto Político-Pedagógico

PDI: Plano Diretor Institucional

PE: Produto Educacional

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

ProfEPT: Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

REGIF: Rede de Grêmios do IFRN

RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFPI: Universidade Federal do Piauí

UJR: União da Juventude Rebelião

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização da pesquisa.....	13
1.2 Justificativa.....	17
1.3 Questão norteadora.....	19
1.4 Objetivos.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Juventudes, movimentos estudantis e a constituição dos grêmios estudantis	20
2.1.1 Grêmio estudantil na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCCT)	23
2.2 Grêmio estudantil: espaço de formação cidadã e de protagonismo juvenil	29
2.2.1 Participação: definição e implicações ao processo de construção no espaço escolar.....	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 Técnicas de coletas de dados	42
3.1.1 Questionário	43
3.1.2 Entrevistas.....	45
3.1.3 Descrição da amostra.....	47
3.2 Produto educacional	48
3.2.1 Descrição do produto educacional	48
3.2.2 Justificativa e finalidade do produto educacional	50
3.2.3 Plano de desenvolvimento e aplicabilidade do produto educacional.....	56
4 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	60
4.1 Análise do questionário: o que os números têm a nos dizer?.....	61
4.2 Análise das entrevistas: ampliando o olhar sobre o problema de pesquisa.....	73
4.2.1 Possibilidades para a atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil.....	75
4.2.2 Desafios à atuação do grêmio estudantil e ao protagonismo juvenil.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL.....	108

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, apresentam-se o delineamento da pesquisa do Mestrado, no que diz respeito ao contexto e justificativa da pesquisa, a questão norteadora da investigação, assim como os objetivos (gerais e específicos) almejados com este trabalho de investigação.

1.1 Contextualização da pesquisa

*O que eu consigo ver é só um terço do
problema. É o sistema que tem que mudar.
Não se pode parar de lutar. Senão não muda. A
juventude tem que estar a fim. Tem que se
unir ...
(Chorão e Negra Li. Não é sério)*

A escola, enquanto instituição social, contribui de modo fundamental para as transformações do meio em que se encontra e para a vida daqueles que dela fazem parte. Inserida em um contexto mais amplo, é perpassada por questões de naturezas diversas e é afetada por interesses e projetos de sociedade divergentes e conflitantes, como pontua Bourdieu (1989). Muitas dessas questões, como a letra da música indica, estão inscritas em um sistema, social e historicamente situado, com suas estruturas, relações, valores e concepções, que atravessam o cotidiano escolar, trazendo inúmeros desafios e tensões.

Pautada nisso, a escola, enquanto instituição formal responsável pelo ensino de saberes sistematizados, também possui a função social de formar indivíduos críticos, conscientes, comprometidos com ela e com a comunidade onde vivem, na perspectiva da omnilateralidade, pois a literatura já aponta caminhos que defendem a superação da lógica dual da educação e do trabalho que ainda imperam.

Vários são os mecanismos, instrumentos, dos quais a escola pode se valer para a consecução desse objetivo. Um deles é o Grêmio Estudantil, órgão autônomo de representação dos estudantes, que se coloca como um espaço legítimo para representar os interesses deles e fomentar na escola a construção da autonomia e consciência política dos alunos.

Esta reflexão inicia a contextualização acerca do percurso de estudo desenvolvido por ocasião desta pesquisa, a qual tem sido alimentada desde a graduação em Serviço Social, quando a pesquisadora, à época bolsista de iniciação científica em um estudo sobre juventude e trabalho, pôde se debruçar e ter experiências com diversos grupos juvenis da cidade de Teresina-PI e, posteriormente, em sua trajetória profissional, sempre esteve em contato direto

com esse público.

Inclusive, sua inserção como Assistente Social em um Instituto Federal (IFPI) lhe suscitou interesse para a referida pesquisa acerca do grêmio estudantil, em face da realidade local de trabalho. Atuando em um *campus* que não tem grêmio ativo, implica necessariamente buscar alcançar o porquê disso. Daí a curiosidade: por que o grêmio estudantil, em suma, não é uma realidade na instituição? O que tem faltado, prejudicado ou pode ser melhorado para que o grêmio se constitua como espaço legítimo dos discentes? De que forma estudos como este podem ampliar o olhar para o protagonismo juvenil na realidade vivenciada?

Sobre essa realidade, Costa (2001, p. 18) aborda que o protagonismo juvenil consiste nos “processos, movimentos e dinamismos sociais e educativos em que os jovens, ajudados ou não por seus educadores, assumem o papel principal”. Na ótica do referido autor, o protagonismo juvenil ultrapassa uma ação ou situação pontual, mas refere-se a um método pedagógico em prol da emancipação desse público.

Os conceitos abordados neste trabalho, como participação e protagonismo juvenil, não possuem uma definição em comum na literatura que aborda o tema, sendo usados por vezes como sinônimos ou como iguais. Essa indefinição de sentido, para Souza (2006), em alguma medida, remete à tentativa de não problematizar as categorias.

Vale ressaltar que participação e protagonismo não são fatores naturais, com os quais já se nasça, na verdade são processos sócio-históricos e, portanto, aprendidos ao longo das relações e convivência social partilhadas em coletividade (TORO; WERNECK, 1996). Isto precisa estar bem claro para situar que a pesquisa está inserida na educação profissional e tecnológica, a qual, em síntese, destina-se a jovens de camadas populares, o que impõe conhecer quem são, quais seus anseios, necessidades, dificuldades. A intenção é que não se incorra no discurso vazio de que os jovens não participam por falta de vontade ou para não afirmar que eles precisam participar e ser protagonistas, sem a devida problematização de tantas outras questões que interferem diretamente nesse processo. Ademais, este debate também precisa atentar para as especificidades da EPT, pautadas na indissociabilidade dos seus quatro pilares Trabalho-Ciência-Tecnologia-Cultura.

Diante dessa compreensão, ressalta-se que, durante todo o processo formativo dos estudantes dentro da escola, eles devem ter a possibilidade real de exercer a cidadania nos espaços de representação estudantil, concomitantemente sendo-lhes proporcionado condições para reflexão e criticidade frente às suas práticas e vivências dentro e fora da instituição, aliando, assim, a práxis educativa com a formação identitária.

No entanto, vale ressaltar que as pesquisas acadêmicas que tratam acerca desse tema

apontam para uma exígua participação de estudantes em grêmios estudantis ou por falta de esclarecimento do seu papel ou porque a escola não incentiva a participação ativa e crítica dos estudantes em espaços de representação estudantil.

É importante salientar que, na perspectiva desta pesquisa de mestrado, a escola pode e deve contribuir com a construção da cidadania, autonomia e emancipação política dos estudantes. A esse respeito Boutin (2016, p. 126) observa que,

Emancipando-se, esses jovens podem contribuir para um processo de emancipação da sociedade em que estão inseridos. Podem atuar junto à classe trabalhadora em lutas movidas pelo objetivo de romper com a situação estabelecida. Podem difundir concepções comprometidas com a emancipação [...]. Enfim podem construir na prática um novo conceito para o protagonismo estudantil.

É importante considerar, ainda, que o Plano Nacional de Educação, em sua Meta 19.5 (BRASIL, 2015), “tem como estratégia estimular, [...], a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas”.

Evidenciados estes aspectos, o presente trabalho está inserido em um contexto de fortalecimento do protagonismo juvenil dos alunos no âmbito do Instituto Federal do Piauí, a partir da constituição do grêmio estudantil como espaço de participação e democracia na instituição. Pautado nisso, o estudo foi desenvolvido, no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, dentro da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, especificamente no Macroprojeto: Organização de Espaços Pedagógicos na EPT, que por sua vez correlaciona a EPT ao mundo do trabalho e aos movimentos sociais.

Para descrever o estado da arte dos movimentos estudantis e a constituição dos grêmios estudantis no país, realizou-se pesquisa bibliográfica a partir de conceitos-chave e dos respectivos teóricos que os subsidiam, quais sejam: *juventudes*, tratado por Bourdieu (1983), Freire (1983), Souza e Paiva (2012) e Abramovay, Andrade e Esteves (2007); *movimentos sociais*, estudado por Gohn (2000, 2011); *participação*, discutido por Bordenave (1994) e Gohn (2019); *protagonismo juvenil*, abordado por Costa (2000, 2001), Siqueira (2021), Souza (2006); *grêmio estudantil*, analisado por Amaro e Quadros (2016), Antunes (2016) e Boutin (2016); *bases teóricas da Educação Profissional e Tecnológica*, explorado por Ramos (2014), Moura (2016), Pacheco (2010). Também se utilizou a pesquisa documental através do acesso a sites institucionais e consulta a documentos públicos de alguns Institutos Federais.

Em relação ao objetivo específico de investigar a percepção dos gestores acerca da importância do grêmio estudantil como espaço participativo e democrático na instituição,

realizou-se entrevista semiestruturada com gestores da Pró-reitoria de Ensino e de três *campi*, selecionados pelo critério de: terem grêmio, nunca terem tido e já terem tido, mas no momento não mais.

A fim de verificar a percepção dos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPI acerca da importância do grêmio estudantil para o exercício da cidadania e protagonismo juvenil, entrevistaram-se dois estudantes de (dois) grêmios ativos do IFPI e aplicou-se questionário fechado aos líderes das turmas de Técnico Integrado ao Médio de três *campi* selecionados também pelos mesmos critérios supracitados.

Os dados dos questionários foram interpretados através de Estatística Descritiva e as entrevistas por meio de Análise de Conteúdo, que levou a duas categorias: Possibilidades para a atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil e Desafios à atuação do grêmio estudantil e ao protagonismo juvenil.

A dissertação está organizada em cinco seções: 1. Introdução, para contextualização do tema, apresentação da justificativa, problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, com vistas a situar o leitor acerca dos pontos centrais explanados ao longo do texto; 2. Referencial teórico com a discussão expositiva dos autores que subsidiam a construção do trabalho, perpassando pela explanação sobre *juventudes, movimentos sociais, grêmio estudantil, participação*; 3. Procedimentos metodológicos, no que tange às técnicas e coletas de dados, descrição da amostra selecionada, bem como seção acerca do Produto Educacional (sua descrição, justificativa, aplicabilidade, relevância), seguido da seção 4. Análise dos Dados: Resultados e Discussões, na qual as informações obtidas na etapa de coleta são apresentadas, interpretadas e correlacionadas com o problema de pesquisa e os objetivos propostos, e 5. Considerações Finais com indicações de lacunas a serem institucionalmente repensadas com vistas ao fortalecimento do protagonismo juvenil e do grêmio estudantil na EPT, bem como sugestões de pontos a serem aprofundados em estudos futuros.

A cartilha, produto da pesquisa, se propõe fomentar a discussão da temática, contribuindo para a construção de uma cultura democrática na instituição, podendo ser utilizada nas disciplinas da base comum, técnica e nos espaços não formais de ensino. Também pretende se apresentar como fonte de consulta de fácil acesso aos alunos em geral, servindo como suporte teórico e prático aos grêmios estudantis e contribuindo com a formação humana integral dos estudantes no fomento de competências e habilidades importantes e necessárias para sua vida em todos os âmbitos, com vistas a cooperar para a superação do aspecto conteudista que por vezes prevalece nas escolas.

1.2 Justificativa

O chão da escola é perpassado por demandas e realidades múltiplas e por isso são diversos os caminhos desenvolvidos por todos os sujeitos que compõem esse espaço, com vistas ao enfrentamento dos desafios escolares. Essas alternativas podem partir dos gestores, da equipe multiprofissional, dos docentes e dos próprios alunos.

A educação se coloca como “meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada [...]” (RAMOS, 2014, p. 12). Nesse cenário, as mudanças sociais nos lugares onde esses jovens estão inseridos podem ser viabilizadas pela escola.

O estudo coaduna-se com o olhar de Abramovay, Andrade e Esteves (2007) para o protagonismo juvenil ao discuti-lo na interface com a cidadania, proporcionando o acolhimento dos jovens a partir de sua participação (em todos os níveis da gestão escolar) e escuta, considerando-os como sujeitos sociais e políticos que de fato são.

É fato que a educação é própria da vida e ocorre em todos os espaços, não apenas na instituição escolar. Brandão (1986, p. 9) compactua dessa ideia ao defender que “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, ensinar, para aprender-e-ensinar. [...]”. Contudo ela assume papel de destaque por ser o espaço, desde os primórdios, pensado para finalidade educativa.

Nesse sentido, é importante que oportunize aos estudantes uma participação ativa e promova uma educação emancipadora, pois o que se percebe nas vivências escolares é que tal participação muitas vezes ocorre de maneira protocolar, apenas para cumprir os rituais burocráticos institucionais e, com isto, as decisões deliberadas por vezes acabam não refletindo e nem atendendo aos reais anseios do público ao qual a escola se destina – os estudantes.

A finalidade do Ensino Médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em seu artigo 35, que dentre outros aponta o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, termina não se consolidando de fato (BRASIL, 1996), contribuindo para a formação de adultos igualmente acríticos e sem consciência da realidade na qual estão imersos.

Acredita-se que jovens que se envolvem com a realidade escolar, tendo uma participação ativa e cidadã na escola, tendem a ser mais articulados, comprometidos com seu processo de ensino-aprendizagem, a valorizar mais seus estudos, a dar maior importância à educação em sua vida, a respeitar a instituição escolar e todos que dela fazem parte como sujeitos importantes

no processo, a ter menor incidência na evasão e repetência, a se engajar com as problemáticas locais e sociais, a ser conscientes de seus direitos e deveres e a vivenciar mais valores de empatia, solidariedade e cooperação mútua.

Desta forma, o grêmio estudantil se apresenta como um dos espaços para fomento dessas possibilidades. A este respeito, a literatura, embora não muito farta, obtida em pesquisas bibliográficas, versa sobre o tema do protagonismo juvenil e das mobilizações discentes, dentre elas o grêmio.

Sem dúvida, a cidadania deve estar presente permanentemente nas escolas em todos os espaços que a compõem, seja nas salas de aula a partir das disciplinas, nas atividades socioeducativas realizadas pela equipe, nos momentos de lazer e cultura, nas relações interpessoais desenvolvidas entre os próprios jovens.

Entretanto, mesmo com as normativas que asseguram legalmente os espaços de representação juvenil, o caminho até aqui tem sido marcado por avanços e recuos. O que corrobora ainda mais a relevância da execução de pesquisas como esta para elucidar a concepção dos jovens e comunidade escolar como um todo sobre o grêmio estudantil, enquanto fórum consultivo e deliberativo dos/para os estudantes e a partir disso aperfeiçoá-lo de modo a atuar de fato na promoção de jovens conscientes e na transformação positiva dos espaços que ocupam.

O grêmio representa e acarreta inúmeros ganhos aos estudantes, como, por exemplo, a capacidade de mobilização, o crescimento individual e social, a mediação de conflitos, dentre outros, sendo, por isso, reconhecido como um espaço de aprendizagem não formal, haja vista que a educação não está restrita à sala de aula e nem à escola. Muitos espaços e vivências trazem às juventudes conhecimentos tão valiosos quanto aqueles construídos em sala de aula.

Porém verifica-se que o currículo escolar, tal como organizado, a falta de formação permanente aos gestores/servidores sobre a temática, a dificuldade para o acolhimento da demanda pela equipe multiprofissional e a visão tradicionalista que ainda impera na educação se apresentam como entraves para a organização estudantil.

Estudar sobre o grêmio estudantil, neste caso, é fazer uma defesa ético-política ao inscrevê-lo não só como espaço de representação discente, mas também de formação política com vistas a uma sociedade democrática, o que invariavelmente perpassa por indivíduos e trabalhadores críticos e conscientes e torna este estudo ainda mais relevante no presente contexto de desmonte da educação pública.

No caso da EPT, os quatro pilares devem caminhar em harmonia, sempre visando ao desenvolvimento local, com base nos arranjos produtivos e no desenvolvimento humano das pessoas que compõem a comunidade (PACHECO, 2010).

Identificar as lacunas, mas sobretudo problematizá-las é uma forma não só de (re)pensar a EPT, com vistas ao alcance da formação humana integral que compõe um de seus princípios, mas buscar também (res)significar o papel do grêmio, a fim de que ele tenha condições reais e concretas para ser realidade para os estudantes do Instituto Federal do Piauí.

Deste modo, a expectativa é que este estudo se apresente como fonte de conhecimentos e subsídios aos interessados no tema em geral, bem como para aqueles que trabalham e estudam a educação. Busca-se, por meio dele, suscitar reflexões que permitirão analisar a escola e como ela tem se constituído junto ao seu público, no que tange à sua missão institucional e papel social. Além disso, minimizará a lacuna advinda da escassez de produção acadêmica e científica na literatura da área, subsidiando estudos futuros, decorrentes deste, acerca do protagonismo juvenil como campo conceitual.

1.3 Questão norteadora

Considerando os aspectos evidenciados na pesquisa, o processo de investigação foi conduzido buscando responder à seguinte questão: Como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí?

1.4 Objetivos

Como objetivo geral, a pesquisa pretende investigar como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí. E, para atingi-lo, traz, como objetivos específicos:

- a) Investigar a percepção dos gestores acerca da importância do grêmio estudantil como espaço participativo e democrático na instituição;
- b) Verificar a percepção dos alunos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPI acerca da importância do grêmio estudantil para o exercício da cidadania e protagonismo juvenil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção consiste na apresentação do referencial teórico (preliminar) que fundamenta, a priori, esta pesquisa de mestrado. Será apresentado um estado da arte dos movimentos estudantis e da constituição dos grêmios estudantis na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica no país, bem como discutirá a importância do grêmio estudantil na formação cidadã e no protagonismo juvenil, além do conceito de participação e sua implicação no contexto escolar.

2.1 Juventudes, movimentos estudantis e a constituição dos grêmios estudantis

No Brasil, os últimos anos da década de 1960 foram marcados pela Ditadura Militar. Notável foi, nessa fase, a participação e influência dos movimentos sociais como oposição, enfrentamento e resistência, em busca de uma sociedade mais igualitária e do restabelecimento dos direitos humanos.

Sobre a importância dos movimentos sociais, Gohn (2011, p. 333) destaca que

[...] trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos.

Ainda segunda a autora,

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. [...] (GOHN, 2011, p. 334).

A relevância dos movimentos sociais como um dos processos formadores que compõem a educação encontra respaldo no Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e perpassa pela vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e à práxis, enquanto prática transformadora (BRASIL, 1996).

Para Gohn (2000, p. 13), “movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais [...]. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil”. O que significa dizer que é exatamente essa essência coletiva em prol de interesses e objetivos comuns que caracteriza os movimentos sociais, ampliando sua capacidade e possibilidades de engajamento e resolutividade.

A autora supracitada aponta que os movimentos sociais existem desde o Brasil Colônia, quando cidadãos se posicionavam contra a exclusão social. Com o golpe de 1937, o cenário mudou e eles passaram a ser combatidos com maior força, pois se observa que eles sofriam resistência e perseguição desde antes, como, por exemplo, com o desmonte e a criminalização dos movimentos negros antes e depois da Lei Áurea em 1888. A esse respeito, Santos (2021) inclusive aponta que as normas elaboradas no período pós-abolição refletiam a intolerância racial com os negros recém-libertos, conforme constatou na Constituição de 1891. De 1945 a 1964, graças a governos populistas, as lutas sociais foram frutíferas.

Neste cenário, destaca-se o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, “que revolucionou a dinâmica do movimento estudantil brasileiro, transformando-o em um dos movimentos sociais com maior expressão do país” (IFCE, 2016, p. 7).

A maciça mobilização estudantil articulada às demais categorias demonstrou a coesão social dos movimentos pela busca da liberdade à época. Entretanto a UNE e tantos grupos organizados tiveram suas ações encerradas pela Ditadura Militar de 1964, ressurgindo com vigor nas décadas de 1970 e 80, após o processo de redemocratização da sociedade brasileira, na defesa por uma educação pública, e da retomada da democracia.

Mesmo os movimentos mais organizados e coesos não o são na integralidade, justamente por serem constituídos por sujeitos diversos, de classes sociais diferentes e com interesses por vezes conflituosos (GOHN, 2000). Nem sempre a harmonia impera, o que não exclui a essência do processo e dos pleitos em si.

Os movimentos estudantis seguem a mesma lógica, pois

Não existe uma concepção social única que caracterize e delimite o grupo geracional no qual os jovens estão inseridos, visto que se trata de uma categoria em permanente construção social e histórica. Assim, cabe falar em diferentes juventudes (SOUZA; PAIVA, 2012, p. 353).

O que significa dizer que, sendo hoje as juventudes diferentes daquelas do século XX, os movimentos estudantis atuais também não são os mesmos de antes. De modo que as fases históricas e políticas vividas no Brasil, seja de ditadura, seja de democracia, também foram vivenciadas pelos coletivos de alunos mobilizados e tiveram desdobramentos diversos sobre eles.

Há dissensos entre os autores acerca do momento exato de origem dos grêmios. Para uns, é anterior à UNE e, para outros, é posterior. O fato é que, desde o Brasil Colônia, os estudantes sempre se constituíram como um grupo atuante na defesa dos direitos que julgavam pertinentes. Mas, em alguns momentos da história brasileira, tiveram sua atuação prejudicada, como durante a Ditadura Militar, passando a agir de forma clandestina. Com a instituição da

Lei Federal nº 7398/85, Lei do Grêmio Livre, os movimentos estudantis passaram a ser legalizados novamente e os grêmios voltaram a atuar livremente (AMARO; QUADROS, 2016).

A literatura aponta o primeiro registro de movimento estudantil, organizado no ano de 1710, no Rio de Janeiro, por alunos de colégios religiosos e conventos contrários à invasão francesa. Posteriormente, esses grupos se envolveram em causas diversas, como arte, cinema, alfabetização de adultos, dentre outras (SCORSOLINE; MOURA; SANTICS, 2006).

Contudo a “Questão dos Moços Pardos”, apresentada por Santos (2015), em 1681 na Bahia, pode ser considerada movimento semelhante anterior, quando jovens mulatos e pardos, após terem acesso negado às escolas de nível superior, recorreram a D. Pedro II, o rei de Portugal à época, e, em 1689, conseguiram autorização para frequentar esses espaços, demonstrando assim que a mobilização juvenil em prol de causas específicas já se fazia presente, embora em menor medida e de modo mais pontual e individualizado.

Severo (2006) destaca que, ao longo da História do Brasil, os jovens participaram ativamente em diversos momentos decisivos, como Inconfidência Mineira, campanha pela abolição da escravidão, proclamação da República, organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Vale ressaltar que a história dos movimentos estudantis não se deu de maneira linear, sendo marcada por quatro fases de atuação, divididas por Mendes Júnior (1982) em: 1) individual, da segunda metade do Século XVIII ao início do Século XIX, em uma sociedade colonial, cujo evento de destaque foi a expulsão de franceses por estudantes de conventos no Rio de Janeiro em 1710, mas ainda de forma isolada; 2) coletiva, no final do Século XIX, em torno sobretudo das campanhas pela abolição da escravatura e o desenvolvimento da República brasileira, especialmente pelos clubes acadêmicos que, a princípio, tinham foco mais cultural, porém, posteriormente, passaram a se mobilizar em pautas políticas, como a Revolta do Vintém no Rio de Janeiro, mas ainda sem organicidade.

Mendes Júnior (1982) complementa com a terceira fase, organizada, marcada pela fundação da UNE em 1937, com a bandeira da defesa pela democracia. Porém, apenas em 1938, após a separação da Casa do Estudante do Brasil (CEB), a entidade passou a representar os jovens universitários brasileiros politicamente, resultando no maior engajamento estudantil com o cenário social, político e econômico e as pautas das classes populares.

Por fim, a quarta fase, conhecida como clandestina, em que houve fechamento do Congresso Nacional, perseguição aos movimentos sociais, após instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968. Os estudantes passaram a se mobilizar de modo clandestino e armado em um movimento de resistência à ditadura e censura. Nesse cenário, os grêmios

estudantis foram fechados, substituídos pelo Centro Cívico Escolar, e só retornaram em 1985, em um contexto de redemocratização social, com a publicação da Lei do Grêmio Livre.

A próxima seção abordará a constituição do Grêmio Estudantil enquanto espaço de representação juvenil na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), a partir das normativas que legitimam sua atuação.

2.1.1 Grêmio estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)

Após o breve percurso histórico anterior que pontuou o contexto de surgimento dos movimentos estudantis e especificamente dos grêmios, explanar-se-á um pouco sobre as legislações que asseguram sua existência e funcionamento.

A começar pela maior delas, a Carta Magna do País, Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo 205, afirma que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada [...], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]" (BRASIL, 2016). Isso significa que a educação não deve se constituir apenas na transmissão passiva, onde o aluno senta e recebe as instruções do professor. De modo mais complexo e completo, a educação tem o papel crucial de contribuir na busca da autonomia e cidadania humanas, promovendo o desenvolvimento daqueles que educam e são educados.

A esse respeito, inclusive, Freire (1983) é pertinente ao pontuar a dialética presente na relação educador x educando, a partir da qual o jovem, quando participa, aprende, mas também ensina, em uma troca recíproca. Tal dialética implica reconhecer o educando como produtor de conhecimento, muito mais do que mero consumidor ou expectador passivo. Essa relação só se faz possível pela via do diálogo e constitui a base de uma educação libertadora.

Neste aspecto, Freire é um dos mais notáveis pensadores e a sua Pedagogia do Oprimido (1983) é a obra com maior reconhecimento, quiçá internacional, que ainda hoje embasa toda uma reflexão dela decorrente, investindo no desenvolvimento de uma educação verdadeiramente comprometida com a emancipação dos sujeitos nela envolvidos.

Essa busca só se faz possível ao se diminuir cada vez mais a distância entre teoria e prática, constituindo, assim, o que Freire (1983) chama de uma práxis educativa pautada no movimento de reflexão – ação. É nesta perspectiva que o grêmio precisa construir sua atuação. Primeiramente, partindo do entendimento de que, ao refletir, as pessoas agem e com isso tornam a refletir, (re)fazendo a teoria inicial e criando uma nova. Esse processo não é individual, mas,

antes de tudo, coletivo.

A produção teórico-prática deve estar na base da atuação que se espera dos grêmios estudantis, não só como espaço de representação discente, mas também de formação política, social, consciente do seu papel e potencial dentro e fora da escola.

O direito à educação também está assegurado em outra normativa, a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, popularmente conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, que, em seu artigo 53, assegura à criança e ao adolescente o “direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. E, mais especificamente, no inciso IV, o “direito de organização e participação em entidades estudantis” (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (nº. 9394/96), em seu artigo 2º, também assegura o compromisso da educação com o desenvolvimento humano, “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1996).

Parece estar claro, nas normas legais aqui apresentadas, que elas apontam indícios para uma formação humana integral condizente com uma postura protagonista, atuante e crítica das juventudes. Contudo, também se sabe que a existência dos dispositivos institucionais e legais é um passo, mas por si só não concretizam uma educação emancipadora e nem a existência de grêmios que consigam de fato desempenhar o seu papel, função e potencial.

Inclusive as normas são fruto de um tempo e espaço determinados para atender as demandas de uma dada realidade. Por isso que a lei que regia as atividades estudantis antes desta atualmente vigente tinha uma natureza diferente, conforme explanado a seguir.

O Decreto Federal nº. 68.065, de 14 de janeiro de 1971, no governo Médici, instituiu a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória e também como prática educativa (BRASIL, 1971). Porém, nesse cenário, não se verificaram muitos ganhos para a organização estudantil, vez que a intenção à época era promover a moral, os bons costumes, o patriotismo, a ética pautada na nacionalidade, condizentes com o cenário de Ditadura Militar instaurada. Portanto em uma perspectiva diferente da que se propõe atualmente.

A princípio, convém pontuar que o decreto supracitado emergiu para regulamentar o Decreto-Lei Nº 869, de 12 de setembro de 1969, que tornou a Educação Moral e Cívica (EMC) componente curricular obrigatório em todas as modalidades de ensino desde o primário à pós-graduação e à época chamava-se de Estudos de Problemas Brasileiros.

Contudo autores, como Germano (2011), apontam registros da Instrução Moral e Cívica desde 1925, por ocasião da Reforma Rocha Vaz que, dentre outras alterações, se propunha a reprimir movimentos estudantis no Governo Artur Bernardes. Quer dizer, esse componente, já

no período anterior à Ditadura, plantou a semente que, posteriormente, viria a culminar com maior força no Decreto do governo Médici, implantando um patriotismo exacerbado, a partir de valores, como amor à pátria, intenso combate ao avanço do comunismo, consolidação de indivíduos subservientes e disciplinados.

É perceptível, a partir do exposto, que a educação é constantemente moldada ao momento histórico-político do país e aos interesses dos grupos que detêm o poder em cada etapa do percurso. E com a organização estudantil não foi diferente. As primeiras experiências que vieram a reger as atividades estudantis, embora não apenas juvenis, surgiram dentro de uma perspectiva regulatória de cerceamento das liberdades e direitos, com vistas a manter o *status quo* necessário à manutenção da ordem e moral nos governos militares.

A educação, ao longo do tempo, é frequentemente utilizada como ferramenta para controlar as pessoas, especialmente as mais vulneráveis social e economicamente. E as disciplinas participam desse processo reforçando (ou eliminando) certas reflexões do âmbito coletivo, tal como ocorreu com a consolidação da EMC e a exclusão da Filosofia e da Sociologia das escolas no período da ditadura (AGUIAR, 2019).

Paralelo a isso, havia forte repressão aos movimentos sociais, estudantis e de outras minorias com pautas consideradas subversivas. Entretanto a sociedade civil organizada (inclusive os estudantes), a despeito de toda violência e coibição, continuaram se mobilizando, como resistência e enfrentamento, na luta pela volta da democracia e das conquistas sociais. Com o fim da ditadura, ampliou-se a pressão em torno da derrubada da EMC como disciplina e prática obrigatórias, o que ocorreu em 1993 (AGUIAR, 2019).

Assim, posteriormente, já no final do período ditatorial e em meio ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, foi implementada a Lei Federal nº 7.398, de 04 de novembro de 1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre, “que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências” (BRASIL, 1985), pelo então Presidente José Sarney, demonstrando, com isso, o retorno da legalidade e legitimidade dos grêmios estudantis para a organização e representatividade discentes.

Disto se infere que a organização estudantil não é um processo dado, natural, pelo contrário, é fruto de disputas e embates. A resistência e o conflito fazem parte do jogo de interesses que perpassa essa construção. Tal compreensão precisa estar clara para que os estudantes que hoje gozam das conquistas de tantos que lutaram e morreram antes, tenham a convicção de que o governo e aqueles que detêm o poder não têm interesse em ampliar o nível de consciência e criticidade da população, mas em mantê-la sempre obediente ao sistema.

As ideologias dominantes se revestem de uma aparente neutralidade que visa tão

somente impedir que os sujeitos envolvidos no processo enxerguem e questionem as nuances históricas, políticas, culturais, dentre outras, que sustentam a educação tal como tem sido desenvolvida. A esse respeito autores, como Chauí (1982), Marx e Engels (1984) e Gentili e Frigotto (2002), em seus estudos, explicam a categoria ideologia e sua função de esconder os conflitos inerentes ao espaço educacional e como ela serve à lógica individual e competitiva do capital.

Nessa direção, urge compreender e refletir acerca dos impasses e potenciais contidos na constituição e atuação dos grêmios na RFEPCT, como contraponto e resistência, ao que se explanou anteriormente em torno da ideologia dominante, da lógica capitalista, da função da escola no aparelho de controle estatal.

Inclusive, consulta a sites institucionais e acesso a documentos institucionais disponibilizados nos sítios eletrônicos de alguns Institutos Federais mostram a existência de espaços de representação estudantis, o que indica que, apesar dos desafios e limites à implantação dos grêmios, os alunos têm demonstrado alguma iniciativa no sentido de assegurar esse espaço representativo e formativo.

Para exemplificar, o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), através da Resolução nº 57 CONSUP/IFAM, de 26 de dezembro de 2013, “aprovou as normas disciplinares do corpo discente”, assegurando-lhes o direito à representação estudantil, através de órgãos como o grêmio, além de garantir ao aluno que esteja devidamente matriculado, votar e ser votado (Art. 5º, itens XIX e XX) (IFAM, 2013).

Também é possível verificar que, em alguns Institutos Federais (IFs), a mobilização estudantil já superou o *campus* em si, passando ao nível de organização intercampi, o que aponta para um avanço nesse aspecto. O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) é um exemplo disso, pois as consultas ao *site*¹ mostram a presença de grêmios atuantes em vários *campi*, como Caxias do Sul, Porto Alegre, Bento Gonçalves, dentre outros. Como também, desde outubro de 2018, conta com a União dos Estudantes do IFRS – Professor Osvaldo Casares Pinto, entidade voltada ao incentivo e mobilização do movimento estudantil nos *campi*. Aparentemente, é um avanço no processo, uma vez que os pleitos estudantis ganham força a partir da organização que excede os muros da escola e caminham em comunhão com representantes dos demais *campi*.

Outro exemplo também exitoso neste aspecto vem do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), onde *campi*, como São Paulo do Potengi, Natal, Caicó, Parnamirim, possuem grêmios estudantis constituídos, mas, em 2016, cerca de 150 alunos reunidos no I Encontro

¹ Disponível em: <https://ifrs.edu.br/discentes-fundam-a-uniao-dos-estudantes-do-ifrs/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

Potiguar dos Estudantes de Escolas Técnicas (EPOET) criaram a Rede de Grêmios do IFRN (REGIF) para incentivar a criação de grêmios nos 21 *campi* do Instituto.

Nos dias 8 e 9 de julho de 2021, ocorreu a inauguração da sede da REGIF na Reitoria do IFRN, além do debate de pautas de suma importância para o corpo discente. A matéria veiculada no portal institucional aponta, na fala dos estudantes, o reconhecimento dos avanços tidos desde 2016 para a formação política estudantil, bem como para o crescimento da instituição, o que só se faz possível através de uma gestão escolar efetivamente democrática e participativa².

No IFPI, as primeiras lideranças estudantis foram formadas com o grêmio estudantil “Nilo Peçanha” (GRENIPE), em 14 de junho de 1962, vinculado à Escola Industrial de Teresina à época, como um órgão educativo voltado a formar jovens comprometidos com o futuro, com Deus, a Pátria e a família. O funcionamento era monitorado por um professor supervisor, escolhido pela diretoria da escola. Devido à Lei do Grêmio Livre, sua atuação voltou a ser independente, em 1985 (RÊGO, 2009).

Contudo levantamento realizado por ocasião do desenvolvimento desta pesquisa apontou a presença de apenas dois grêmios ativos no IFPI, dentre os 17 *campi* e três *campi* avançados existentes, demonstrando que, quanto à representatividade discente, a formação política do alunado precisa avançar e a instituição somar forças nesse processo de construção de uma gestão escolar democrática, que demanda uma relação de troca entre todos.

Em consulta ao site institucional do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), composto por 16 *campi*, retornaram algumas notícias relacionadas ao desenvolvimento de ações e projetos de naturezas diversas por grêmios estudantis em pelo menos oito *campi*, entre os anos de 2016 e 2020³. Contudo não foi possível inferir se esses grêmios seguem ativos.

Da mesma forma, após levantamento no site do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), retornaram notícias relacionadas ao grêmio estudantil em pelo menos nove *campi*, desde o ano de 2012, o que parece apontar uma trajetória maior da representação discente nesse IF, em comparação aos demais apresentados. Matéria mais atual, de 2019, apontou para um encontro estadual entre 61 estudantes do IFSC para discussão de pautas pertinentes, inclusive a criação de um núcleo estudantil entre todos os *campi*⁴, confirmando um maior nível de organização discente. Apesar de pesquisas nesse sentido, o site não disponibilizou informações relacionadas ao fato de o referido Núcleo ter de fato sido criado e se ainda se mantém.

² Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

³ Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/> Acesso em: 16 jan. 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/> Acesso em: 20 jan. 2022.

O Instituto Federal de Roraima (IFRR), com seus cinco *campi*, retornou informações acerca de grêmios apenas na capital, a partir de 2016⁵. No IF de Sergipe (IFS), o site institucional aponta registros de atividades gremistas em seis, dentre os 10 *campi* existentes, desde 2017⁶. Já no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), há registros sobre grêmios desde 2012, em oito dos 10 *campi*, sendo que a metade apresentou matérias recentes (de 2020 e/ou 2021), demonstrando estarem ativos no momento⁷. Em Tocantins, verificaram-se notícias correlatas em oito dos 11 *campi* e em três *campi* avançados, desde 2016⁸.

O levantamento acerca da constituição dos grêmios na RFEPCT e o compartilhamento das experiências supracitadas permitem inferir que a maior parte dos sites institucionais dos IFs consultados não dispõe de aba específica sobre representação discente ou protagonismo juvenil, tampouco matérias/informações regularmente apresentadas, o que coloca a reflexão: os grêmios estudantis desses IFs estão funcionando sistematicamente desde quando fundados? Se não, o que tem levado à interrupção das atividades? Se sim, suas ações e projetos têm sido efetivamente divulgados? Pois a transparência da gestão do grêmios não só amplia o conhecimento geral sobre ele, como também pode contribuir para o crescente engajamento entre os estudantes e a maior compreensão da importância do grêmios como espaço de representação e aprendizagem para as juventudes entre a comunidade acadêmica.

A escola precisa estar atenta às inovações tecnológicas que estão em plena ascensão, inclusive no âmbito da educação e, neste sentido, o site institucional pode e deve ser uma ferramenta educacional frutífera para expandir a visibilidade em torno das juventudes e dos seus papéis sociais, como pontuam Costa, Batista e Lima (2021). Daí a importância da alimentação sistemática dos sítios eletrônicos dos IFs com matérias que versem sobre o protagonismo juvenil para contribuir no debate sobre os grêmios e na visão sobre a dimensão política dos jovens.

Importante destacar que estas são algumas dentre várias experiências de grêmios em pleno funcionamento, mas elas servem, sobretudo, para indicar que, a despeito das dificuldades, é possível a real efetivação de órgãos de representação discente na Rede Federal, o que configura um ganho para a escola, a qual cumpre sua função social, também para os alunos que se empoderam e evoluem enquanto sujeitos de direitos e para a comunidade e sociedade que se beneficiam de jovens mais críticos e conscientes da realidade, munidos de saberes e

⁵ Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/> Acesso em: 22 jan. 2022.

⁶ Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/> Acesso em: 22 jan. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/> Acesso em: 25 jan. 2022.

⁸ Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/> Acesso em: 22 jan. 2022.

experiências para as transformações que se fazem necessárias.

É fato que as normas propiciam, pelo menos legalmente, a existência e funcionamento desses espaços, mas somente elas não garantem sua efetivação plena nas escolas. Para isso é preciso fomentar a participação dos estudantes de forma ativa e consciente, de modo que eles mesmos construam e signifiquem esses espaços e instrumentos a partir de suas vivências, necessidades e objetivos.

2.2 Grêmio Estudantil: espaço de formação cidadã e de protagonismo juvenil

É preciso pensar a Educação Profissional e Tecnológica - EPT no viés de política pública, na perspectiva de resistência e enfrentamento à lógica capitalista que busca impor os interesses econômicos e mercantis aos demais. Trata-se, portanto, de reafirmar o compromisso com uma formação humana integral, o que só se faz possível com a dimensão da arte, da cultura, da tecnologia voltada ao bem social e do trabalho como princípio educativo (PACHECO, 2010).

Embora em diferentes momentos, desde sua emergência, a EPT tenha se voltado ao atendimento dos interesses do mercado e do capital, hoje seu diferencial reside exatamente no engajamento com a inclusão social e o desenvolvimento local, articulado às políticas sociais, o que a consolida cada vez mais como política de Estado e não de governo. A construção do desenvolvimento local e regional pela EPT necessariamente deve se dar com aqueles que são parte da comunidade e que, na verdade, são a comunidade. Não pode ser um movimento de fora para dentro, imposto aos indivíduos historicamente excluídos do processo de construção da nação (PACHECO, 2010).

O protagonismo juvenil se faz presente na sociedade em várias esferas formais e não formais, como em casa, no bairro, na igreja, nas vivências entre os pares, em órgãos representativos/deliberativos e também na escola. Nesta, pode ocorrer em todos os seus espaços, não apenas em sala de aula, e visa à construção da identidade, além do exercício crítico da cidadania, na perspectiva da autonomia dos estudantes.

O presente estudo utilizou, como referencial teórico, dentre outros, Antônio Carlos Gomes da Costa (2000), um teórico de destaque nesse debate. A partir dele, autores como Silva (2009, p. 8) definem

[...] o protagonismo juvenil como uma proposta pedagógica de atuação de adolescentes como personagens principais de uma iniciativa de ação voltada para a solução de problemas reais de sua comunidade, numa fase da vida que este tipo de participação autêntica e não manipulada se traduz num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação, importantes na construção de sua identidade pessoal, social e no seu projeto de vida.

Outros autores, como Gandolfo (2005) e Freire (2006) também coadunam desta visão, ao indicarem que o agir coletivo dos jovens não representa um compromisso unicamente com o ser individual, mas com a construção autônoma e cidadã de todos eles em conjunto. Schmidt (2001, p. 80), por sua vez, defende que “a escola, deve ser considerada um local de socialização que se constitua explicitamente num espaço intencional de atitudes políticas”.

Entretanto é pertinente apontar que conceitos, como participação e protagonismo juvenil, são carregados de imprecisão semântica, sendo usados ora como sinônimos, ora como termos idênticos. Autores, como Siqueira (2021) e Souza (2006) defendem que tal imprecisão não se trata de acaso ou coincidência, mas, pelo contrário, remete a filiação a um projeto ideológico, para o qual o uso indiscriminado dos termos reflete a intenção de não problematizar socialmente o sentido e o significado dessas categorias.

Por isto, esta pesquisa pretende situar alguns pontos, tais como a emergência do termo protagonismo juvenil nos documentos nacionais e internacionais, e chamar a atenção acerca de como seu uso tem sido cooptado pelo discurso neoliberal e de como a escola pode (e deve) se posicionar no sentido do enfrentamento e embate necessários para que essas categorias venham a se tornar uma possibilidade na vida de tantos jovens, sobretudo na daqueles da escola pública.

O estudo acerca do protagonismo juvenil é observado nos documentos oficiais desde a década de 1990, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), mas obteve maior ênfase nos anos 2000, em normativas nacionais e internacionais, do Estado e de organizações não governamentais, popularizando-se com o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, consultor de Organizações não Governamentais (ONGs), como o Instituto Ayrton Sena, representante na Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e conselhos dos direitos da Criança e do Adolescente.

Nessa época, o discurso da participação das juventudes prosperou como solução a uma possível desordem que poderia se constituir em face dos problemas sociais que atingiam a todos, notadamente os jovens. A partir desse cenário, ampliou-se a defesa em torno dos jovens como atores no âmbito social, mas não em uma perspectiva de confrontar e efetivar as transformações necessárias, e, sim, no sentido de integrá-los ao meio, em uma visão conformista da realidade social (SOUZA, 2006).

Em cima deste entendimento, construíram-se muitos documentos internacionais da UNESCO, da ONU (Declaração de Lisboa) e nacionais, de ONGs, como Fundação Odebrecht (que usou o termo pela primeira vez em 1996), e governamentais, como a DCNEM, que tinham em comum a ideia de adolescentes e jovens que iriam atuar em comunidade, no desenvolvimento de ações de cunho voluntário ou executando projetos os quais não planejaram

e pensaram, como beneficiários de programas e consumidores de produtos.

No Brasil, sem dúvida, o maior precursor do protagonismo juvenil foi o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa. Levantamento feito por Souza (2006), por ocasião de sua tese, aponta que, como consultor no Terceiro Setor, o professor ofertava cursos, baseados na aprendizagem de competências, habilidades e valores que, apesar da roupagem de inovação, pautavam-se no ideário neoliberal, a partir do qual os jovens deveriam criar suas próprias estratégias para serem solidários, autônomos, competentes, participantes, resilientes. Ou seja, transferia-se ao jovem a responsabilidade pela solução dos problemas que enfrenta e o sucesso para colocação no mercado de trabalho.

Assim, aos poucos, o discurso amplamente difundido por Costa (2000) foi extrapolando o terceiro setor e alcançando as instituições escolares, refletindo-se nas normativas governamentais, como a própria DCNEM e a BNCC. Nesta última, sem indicar com precisão o significado da categoria protagonismo juvenil, a proposta aponta para a aquisição de competências e habilidades consideradas oportunas ao discurso do capital (SIQUEIRA, 2021).

Nesse entendimento, reconhece-se que a nova BNCC, vigente desde 2020, se apresenta como norte na construção dos processos educativos; mas aos que estudam a temática e se propõem a pensar sobre ela, agora, mais que nunca, é momento de estar atento e forte às investidas constantes nos documentos oficiais e que, na verdade, representam um projeto de mundo e de sociedade, sendo apenas um dos projetos em embate, mas não o único.

Portanto, cientes desse movimento em curso, é oportunidade de se reafirmar a ideia na qual se acredita: de escola que, permeada por interesses antagônicos, projetos divergentes, pessoas plurais, ainda assim tem função privilegiada na construção das sociabilidades e identidades juvenis (PASQUALI, 2014), para além da conformação social.

Isso posto, a reflexão gira em torno do seguinte questionamento: como os Institutos Federais devem atentar às propostas muitas vezes subjacentes nas normativas e reafirmar a sua missão e identidade institucionais?

Hoje, muito mais que antes, os IFs buscam reafirmar cotidianamente um fazer pedagógico que articule seus quatro pilares e possa romper a reprodução de uma educação meramente tecnicista, na qual o trabalho é considerado apenas aprendizado de um ofício. A interlocução entre os quatro pilares da EPT: cultura, trabalho, ciência e tecnologia, confere aos Institutos Federais uma identidade única e, portanto, diferente das demais instituições "regulares" de educação (RAMOS, 2014).

Notadamente, nesse sentido, a construção de uma escola participativa para e pelos estudantes precisa ultrapassar o estrito processo de ensino/aprendizagem e promover a sua

consciência crítica, enxergando-os como sujeitos engajados em prol das mudanças sociais que desejam e em que acreditam. A esse respeito Paulo Freire (2006, p. 30) observa que “a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível [...]”.

O desenvolvimento local, com as suas particularidades, caminha “pari passu” ao universal e, portanto, global, numa relação histórico-dialética indissociável entre a parte e o todo. Assim, parte-se do entendimento de Marx (1978), segundo o qual, o concreto pensado é síntese de múltiplas determinações, logo é resultado, não ponto de partida da reflexão. Nesse movimento, enxerga-se a realidade caótica e dela se afasta para apreender suas partes que, depois, juntas, passam a fazer sentido. Aí a realidade se torna compreensível, sendo possível então intervir sobre ela. Os IFs não podem perder esse olhar que expressa sua singularidade e institucionalidade.

Nesse processo, os estudantes são muito mais que consumidores de informações, são produtores de conhecimentos, o que os credencia a intervir na realidade vivenciada, sem esquecer de trazer à tona os determinantes e condicionantes que interferem diretamente na realidade e sem tomar para si a ideia de super-heróis que tudo resolvem.

A pesquisa com a categoria protagonismo juvenil na EPT se articula com os quatro pilares, trabalho, cultura, ciência e tecnologia. A educação para o trabalho, tal como concebida pela EPT, entende o trabalho em sua concepção ontológica que potencializa a capacidade humana, em vez de limitá-la, assim como defende Frigotto e Ciavatta (2012). Esse entendimento favorece a construção da democracia, autonomia e inclusão, valores importantes no cotidiano de intervenção dos grêmios estudantis.

O trabalho é, nessa concepção, a base fundante da EPT. E para que assim seja efetivado, como meio de realização humana, é preciso que as pessoas se apropriem dos conhecimentos sistematizados e passados de uma geração a outra, pois o acesso a esses conhecimentos científicos, denominado de Ciência, o segundo pilar da EPT, produzidos em dados tempo e espaço históricos, permitirão às pessoas compreenderem o trabalho, enquanto processo de produção com seus fundamentos históricos, sociais, culturais, para além de um mero fazer.

A Ciência, que está no bojo desse processo produtivo, deve ser acessível às comunidades através dos IFs, no intuito de materializar o terceiro pilar da EPT, a Tecnologia, e com isso criar soluções para situações identificadas e vivenciadas pelos indivíduos, proporcionando um desenvolvimento socioeconômico local/regional e humano.

Nessa relação entre os saberes e tecnologias pensadas e produzidas historicamente, o homem também se apropria de conhecimentos que lhe permitam confrontar os símbolos, crenças e condutas que compõem a Cultura, quarto pilar da EPT.

Sabe-se que é grande o desafio de construir e consolidar uma educação pautada na autonomia, criticidade e protagonismo juvenil, o que perpassa necessariamente por múltiplos aspectos, tais como a formação docente, o projeto político-pedagógico desenvolvido pelas escolas, a adoção de currículos que coadunem e reflitam esse compromisso, dentre outros.

O currículo pensado e praticado reflete a visão de homem, mundo e sociedade que se deseja fomentar. Daí a relevância de assegurar, nas diretrizes curriculares da educação e das escolas, atividades, temáticas, projetos, propostas pedagógicas pautadas em uma abordagem interdisciplinar que forneçam os subsídios demandados pela etapa do ensino médio e na perspectiva de uma formação humana integral, baseada no desenvolvimento pessoal e na capacitação para o mundo do trabalho, conforme apontam as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica.

Aqui, é necessário reafirmar o que Gramsci (1980) diz: que não se há de fazer concessão à moda das escolas de produção nem às de trabalho artesanal, mas buscar-se-á a justa adequação entre a capacidade de trabalhar tecnicamente e de trabalhar intelectualmente, por meio de uma educação básica e sólida, sobre a qual construir-se-á uma formação profissional adequada, de modo que permita ao homem, cidadão e trabalhador, participar ativamente do processo de construção social.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Base Nacional Curricular Comum, mas sempre atenta às intenções subliminares, a escola deve assegurar o cumprimento de sua função formadora não só para o mundo do trabalho, como também para a vida, a partir de um currículo significativo e contextualizado à realidade em suas diversas nuances, incentivando a autonomia não só na vida acadêmica, mas também na sociedade.

A proposta de currículo integrado, defendida por autores como Pacheco (2010), propõe romper com a lógica dual da educação, e é muito pertinente no sentido de desconstruir o entendimento (errôneo, diga-se de passagem) de escala de saberes, que os contrapõe e hierarquiza, como se uns fossem mais importantes que outros.

Diante desse contexto e conforme Castellar (2005), conteúdos curriculares devem ser entendidos como um conjunto de conhecimentos, saberes, procedimentos, valores, construído e reconstruído constantemente nesse espaço da sala de aula e da escola em geral. Na acepção de Bessa *et al.* (2020, p. 13),

esses saberes diversos podem e devem alcançar os acontecimentos sociais,

políticos e culturais e a participação nos processos que exigem uma visão integradora de muitas variantes. Possibilitando aos jovens o desenvolvimento de suas múltiplas capacidades rompendo com a instrumentalização nos moldes do sistema capitalista, preparando os sujeitos para o trabalho e para vida.

Dessa maneira, tais saberes e conhecimentos devem contribuir para a formação omnilateral dos alunos, despertando neles uma postura reflexiva. As disciplinas, especialmente aquelas pertinentes à área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, cumprem papel de destaque nesse cenário. A esse respeito, acrescenta-se que

É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (BRASIL, 2017, p. 562).

Nesse sentido, as disciplinas de Sociologia e Filosofia assumem papel de destaque frente à crescente complexidade da sociedade contemporânea ao papel da educação para a compreensão e transformação da realidade e ao desafio das instituições escolares em conseguir construir conhecimentos e saberes que se articulem às vivências e demandas dos estudantes. A Sociologia é imprescindível para a formação humana na medida em que permite aos sujeitos pensar numa perspectiva de coletividade (PEREIRA, 2009). Émile Durkheim (1975), intelectual francês, considerado o pai da Sociologia, defende a educação como aquilo que transforma o homem em ser social. Nisso reside a relevância do trabalho educativo e também do grêmio estudantil para a formação cidadã.

A ciência, continuamente em evolução, define a todo momento as noções que norteiam a vida em sociedade e é esta que nos torna verdadeiramente humanos através da educação. Daí decorre a importância de tais saberes para a formação humana, assim como se almeja com esta pesquisa (DURKHEIM, 1975).

Urge, por conseguinte, um currículo verdadeiramente integrado e equipes multiprofissionais, com os quais o protagonismo juvenil seja trabalhado transdisciplinarmente. Com isso, os sujeitos envolvidos no processo precisam ter claro em mente o projeto de mundo e de escola que defendem. Implica, pois, considerar um outro espaço de formação cidadã e reflexiva desses alunos, que é a participação no grêmio estudantil, objeto de estudo desta pesquisa de mestrado. De acordo com Mendes (2011), o grêmio estudantil pode se constituir num espaço de encontro juvenil, de sociabilidade, de trocas de experiências e de informações, onde os jovens desenvolvem atividades e vão aprendendo a negociar. Logo, segundo a autora,

com o contato que estabelecem com os adultos no espaço escolar, esses jovens aprendem a “lidar com os conflitos de valores e geracionais” (MENDES, 2011, p. 19).

Essa construção é dialógica, contraditória e só se faz na relação com o outro, nos momentos de trocas e vivências, inclusive na escola, mas não somente nela e nem apenas em sala de aula, mas em todos os espaços, inclusive no grêmio estudantil.

Neste aspecto, o grêmio se apresenta como uma possibilidade rica e efetiva para a participação social, como um meio de reflexão acerca das relações de poder que se estabelecem no espaço escolar e que demandam uma consciência crítica por parte dos estudantes, fomentando assim o exercício da democracia na sociedade (BIANCO, 2008).

A constituição da cidadania efetiva pelas juventudes, defendida nesta pesquisa, perpassa necessariamente pelo acesso aos conhecimentos e, mais que isso, pela produção deles. É nesta perspectiva que se reafirma: conhecimento é poder. O monopólio econômico coincide, não por acaso, com o monopólio do saber, pois os grupos que detêm o controle financeiro do/no país também são os mesmos cujas ideias são dominantes. Eles impõem o padrão de pensamento e conduta socialmente vigentes, buscam a todo custo expandir essa hegemonia econômica e de informação, mantendo a primazia do poder e subjugando uma classe em detrimento de outra através de uma violência simbólica. Essa compreensão é pautada no pensamento de Bourdieu (1989).

Nesse sentido, o (não) direito à informação repercute diretamente no (não) direito à cidadania. Atento a isso, o grêmio estudantil deve se constituir como espaço representativo e formativo para que as juventudes se situem na EPT como produtoras de conhecimento e sujeitos de direitos dotados de potencial para efetuar a análise crítica da realidade e da escola.

Dessa maneira, defende-se aqui que a escola precisa buscar, através do grêmio estudantil, um espaço de formação cidadã visando estimular o protagonismo do estudante no que diz respeito à sua participação social e política no âmbito escolar e da sociedade. Essa ótica também é compartilhada por Fernandes (2001, p. 57), ao definir o grêmio como

[...] um elemento institucional legal, sob a égide do qual os estudantes da educação básica têm a possibilidade de se organizarem e desenvolverem atividades as mais variadas, visando promover o desenvolvimento intelectual, social e político de seus integrantes.

Assim, o grêmio se apresenta como rica oportunidade aos estudantes de obterem ganhos não apenas relacionados à grade curricular e aos conhecimentos teórico-práticos necessários à formação, mas de desenvolverem e exercitarem potencialidades importantes na dimensão de seres sociais que, vivendo em sociedade, precisam de um olhar crítico e consciente acerca de si e do mundo.

O engajamento de jovens atuantes e críticos com o espaço escolar aumenta o sentimento de corresponsabilidade pelo processo educativo e pela função social da escola na comunidade, o que pode repercutir inclusive no fracasso escolar (repetência e evasão). Presume-se que, envoltos no cotidiano institucional, se amplia o nível de pertencimento, a escola ganha mais sentido e significado para o corpo discente e, por conseguinte, reduz-se a possibilidade de evasão, dentre outros benefícios. Esses aspectos foram apreendidos inclusive na etapa de coleta de dados da pesquisa, conforme será exposto na seção de análise e discussão.

Por tudo que foi exposto, a EPT hoje, e cada vez mais, tem posição e função estratégica no desenvolvimento social e local de cada região, sem se afastar do compromisso de formação cidadã, política e autônoma do seu corpo discente (PACHECO, 2010). E é exatamente neste ponto que reside a articulação com a categoria do protagonismo juvenil, discutida pela comunidade acadêmica.

Esta pesquisa defende, portanto, como diferencial, a construção de um protagonismo juvenil que transcenda uma categoria de estudo muitas vezes atomizada e desconectada do chão da escola. A proposta que aqui se defende é de um protagonismo conectado aos quatro pilares (trabalho, ciência, tecnologia e cultura), pois só a interlocução dessa base permitirá à EPT conseguir efetivar sua institucionalidade que a coloca não apenas como instituição ou como modalidade de ensino, mas como "[...] uma estratégia de ação política e de transformação social" (PACHECO, 2010, p. 4).

Para o autor, a interface trabalho, cultura, ciência e tecnologia dá aos Institutos Federais condições privilegiadas para produção de tecnologias socialmente comprometidas, contribuindo com o desenvolvimento estratégico da nação, bem como com a formação de trabalhadores preparados para o mundo do trabalho e conscientes de seu papel social (PACHECO, 2010). Esse se apresenta como o diferencial da EPT hoje. Sendo assim, é salutar que o grêmio estudantil se consolide nos Institutos Federais, atentos às nuances da educação profissional.

2.2.1. Participação: definição e implicações ao processo de construção no espaço escolar

O referencial teórico que sustenta a pesquisa tem sido pautado em conceitos-chave, dentre os quais protagonismo juvenil, explanado na seção anterior. Isso impõe a necessidade de contextualizar um pouco mais o que se entende por participação, que é o segundo conceito-chave, como ela é desenvolvida, quais aspectos perpassam sua construção e as implicações disso para a educação profissional e tecnológica.

A participação, conceito amplamente discutido entre os teóricos, será melhor analisada nesta seção enquanto categoria central da presente pesquisa, tomando-se por base o entendimento de Bordenave (1994), dentre outros estudiosos do assunto.

Na década de 1990, conforme o teórico, cresceu o interesse pelo tema, porém isto não implicou conhecimento generalizado sobre sua definição, níveis de engajamento, dinâmica e as formas dela acontecer (BORDENAVE, 1994). Inclusive, a carência de literatura específica mostra como o tema é novo e precisa ser melhor estudado, justificando, assim, a relevância de reflexões como as da presente pesquisa.

Isso colabora com maior investigação sobre o entendimento acerca da categoria, contribuindo para o aumento nos níveis de participação social na comunidade e na escola, como instituição constituinte da sociedade e com funções de suma importância para a formação humana dos estudantes e, no caso da EPT, da classe trabalhadora a quem ela se destina.

A participação não evoluiu de maneira linear no tempo e no espaço. E, a depender das especificidades ao longo do percurso evolutivo, ela pode atender a interesses diferentes e até mesmo antagônicos, filiando-se a princípios de autonomia ou de controle.

É neste sentido que o grêmio estudantil, objeto de análise deste estudo, deve ser apreciado, enquanto espaço de representação estudantil legalmente constituído em várias normativas, no âmbito da educação e da proteção aos direitos das crianças e adolescentes, mas que, como parte do ambiente escolar, também é perpassado por potencialidades e desafios que devem ser trazidos ao debate e à reflexão.

Afirma Bordenave (1994) que a participação diz respeito, de alguma forma, à produção social da humanidade, visto que ninguém (sobre)vive completamente isolado. E as pessoas buscam participar por se verem excluídas de deliberações que dizem respeito a todos, mas se concentram nas mãos de poucos.

Assim, o potencial máximo que a humanidade pode alcançar socialmente obtém maior alcance quanto mais uma plena participação de todos é fomentada e vivenciada. Daí a importância de a participação ser promovida na sociedade, inclusive na escola como uma das instituições com função formadora e responsável pela educação formal entendida não só como repasse de informações, mas como um projeto histórico-cultural delimitado em um tempo e um espaço (PARO, 2016).

O senso comum associa participação e marginalidade como medidas diametralmente opostas, aponta Bordenave (1994). Por esta ótica, que é errônea, participação equivale a consumo de bens e serviços. Porém esta é a definição do que participação não é. Ainda nesse viés, a ausência de participação juvenil, por exemplo, não se deve a um atraso ou falta de

maturidade próprios da fase, mas sim à forma de desenvolvimento social, pautado na produção e consumo de bens e serviços que são injustos e desigualmente distribuídos entre as pessoas e grupos, com base em vários critérios.

A este respeito Bourdieu (1983) defende a consideração da juventude fora de uma perspectiva biológica, mas, sim, como categoria histórico-social, o que significa que ela influencia e é influenciada por fatores de naturezas múltiplas, resultando assim em uma diversidade de juventudes. Isso é importante ser posto a fim de não se reduzir e estigmatizar o olhar aos níveis e formas de participação existentes entre as diversas juventudes.

O nível de participação ideal muitas vezes é comprometido pelas condições reais e materiais vividas pela população, ou seja, as pessoas, em face da difícil realidade cotidiana enfrentada no Brasil, não se consideram com possibilidade efetiva de engajamento nos movimentos sociais e participação política em geral por vivenciarem problemáticas de natureza econômica e social consideradas mais urgentes. A esse respeito, Gohn (2019) aponta pesquisa segundo a qual o Brasil ainda figura no ranking de países mais desiguais do planeta nos últimos 20 anos, agravado ainda mais pelo contexto de crise atual.

A referida autora contextualiza que a participação, amplamente estudada nas Ciências Sociais, se faz presente tanto no cotidiano da sociedade civil organizada quanto nas instituições políticas, assumindo significados diferentes (GOHN, 2019). Entre eles o que é consensual é apenas a constatação de que esta categoria se materializa na ação, visto que se faz ao se participar, que recebe roupagens diversas em cada contexto em que está sendo abordada.

É fato que essa é uma categoria que não possui uma definição exata a depender de em que cenário foi engendrada. Na década de 70, por exemplo, em virtude da ditadura militar instaurada, o conceito de participação era utilizado na discussão pertinente aos movimentos sociais e à sociedade civil, como resistência aos ataques antidemocráticos. Na década posterior, passou a ser usada como sinônimo de combate à exclusão social e, portanto, uma forma de integração (GOHN, 2019).

Vale lembrar que a dimensão partidária, com eleições e partidos, é apenas uma delas, não sendo a única. Assim, a participação política materializada pelo voto talvez seja a mais conhecida, contudo o termo tem ganhado novos significados com as ocupações, marchas de que se tem notícia. Seja com qual sentido for, em todas as perspectivas, a categoria ressalta o fortalecimento da “[...] sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, [...]” (GOHN, 2019, p. 67).

O senso comum, entretanto, insiste na construção errônea de que, no Brasil, a única forma de participação possível é aquela periódica (e pontual) que acontece através do voto em

uma democracia representativa. Certamente, por trás dessa lógica, há o interesse das autoridades políticas em afastar o grande público das questões relevantes que afetam diretamente a população, convencendo-o de que os representantes eleitos são atores suficientes nesse processo para a tomada de decisões, quando na verdade não são.

Por este motivo, estudos como este se tornam ainda mais relevantes no momento em que lançam luz sobre a necessidade urgente e importante de enfrentar essa lógica e de promover na escola a reflexão sobre se ela tem sido esse espaço participativo (e se o grêmio tem contribuído nesse processo e como), a fim de que as pessoas sejam parte real das deliberações coletivas, pois o que diz respeito a todos deve ser analisado, refletido e decidido por todos.

Porém também é fato que o Brasil é notadamente um país mundialmente conhecido pelas inúmeras e diversas problemáticas que enfrenta, além das suas características peculiares dentre as quais as dimensões continentais e a ampla diversidade de culturas, identidades e condições que representam um enorme desafio para a constituição de políticas públicas, atendimento às especificidades dos grupos, enfrentamento das problemáticas cotidianas.

Deste modo, a fim de melhor compreender a realidade brasileira, serão apresentados alguns dados oficiais relevantes, traçando-se um paralelo acerca da influência desse cenário para a situação de participação verificada, bem como para a construção de um protagonismo juvenil efetivo no espaço escolar.

Primeiramente, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2020), o Brasil conta com uma população superior a 213 milhões de pessoas, das quais cerca de 28% são jovens entre 15 e 29 anos, público duramente afetado pelas problemáticas sociais. Entre os que possuem mais de 15 anos, 11 milhões são analfabetos, correspondendo a 6,6% da taxa geral de analfabetismo, dos quais 56,2% são oriundos da Região Nordeste, já conhecida em nível nacional pelos precários índices socioeconômicos. Entre os maiores de 25 anos, 46,6% têm ensino fundamental completo como nível de instrução máxima (IBGE, 2019).

Os dados relativos ao trabalho, levantados pelo IPEA, no último trimestre de 2020, indicam que mais de quatro milhões de jovens entre 18 e 24 anos estão à procura de emprego. Historicamente, essa camada sofre consideravelmente para ingressar/se manter no mercado de trabalho em face das inúmeras exigências em relação à experiência, formação e pré-requisitos ao cargo; cenário ainda mais agravado em face da pandemia de COVID-19.

Em relação às condições gerais, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE, 2020), no Nordeste, “47,2% têm acesso à rede geral de esgoto”; mais de 85% das casas recebe água através da rede geral de distribuição. Por outro lado, dados governamentais apontam que mais de sete milhões de famílias nordestinas recebem Bolsa

Família, dentre as 14 milhões beneficiárias no Brasil, tomando-se como referência o mês de julho/2020. Pela natureza do auxílio em questão, presume-se serem pessoas em maior situação de vulnerabilidade social, o que permite a inferência de que são estas que vivenciam as maiores privações no acesso aos bens e serviços públicos pela posição socioeconômica que ocupam.

Outro dado preocupante, levantado por Nadanovsky e Santos (2021), aponta que, no ano de 2018, a principal causa de mortes externas decorreu de homicídios (56 mil), acidente de trânsito (34 mil) e suicídio (13 mil). Nos dois primeiros, a maior concentração ocorreu entre homens jovens, sem considerar aqui o recorte de raça e classe social, que demandaria maior aprofundamento em outro estudo.

Pesquisa da UNICEF (2020) sobre “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes” mostra ainda que 86 milhões de brasileiros tiveram a renda familiar reduzida após a pandemia, sendo a situação mais crítica entre as famílias de crianças e adolescentes (que correspondem a 61%), especialmente aquelas mais vulneráveis que vivem com até um salário mínimo por mês.

Este apanhado permite uma breve compreensão da realidade socioeconômica brasileira, sobretudo para os jovens, e levanta a reflexão sobre as reais condições que esta categoria tem para participar politicamente e ser protagonista de suas histórias que, pelo retrato supracitado, são perpassadas por precárias condições materiais de subsistência.

A partir daí apreende-se que os desafios postos à educação são ainda mais complexos ao considerar que a realidade enfrentada por muitos jovens ao acessarem a escola pública, provindos dessas condições de vida, e tornam a participação política e o protagonismo juvenil muito distantes das suas vivências cotidianas, haja vista que a sobrevivência se faz mais urgente.

Desta forma, é importante que a escola esteja atenta (e disposta) a conhecer a realidade ao seu redor, a comunidade na qual está inserida, os estudantes dela provenientes e possam, paulatinamente, intervir no contexto e construir com os jovens uma realidade diferente da que enfrentam, analisando criticamente e desenvolvendo um currículo que acolha as diversidades/adversidades em comunhão com uma maior autonomia, cidadania e consciência crítica.

Especificamente, tratando-se da Educação Profissional e Tecnológica, esta empreitada só se apresenta minimamente viável, como apresentado nas seções anteriores, a partir da interlocução dos pilares do trabalho, cultura, ciência e tecnologia, como unidades indissociáveis de uma formação omnilateral, comprometida com as demandas sociais e o desenvolvimento local/regional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É inequívoco que todo estudo se debruça sobre um problema de pesquisa que, no momento, se apresenta como um recorte de uma temática que demanda aprofundamento teórico para sanar lacunas existentes, bem como para contribuir com melhorias práticas em determinado contexto.

O objetivo geral da pesquisa, “Investigar como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí”, perpassa pelo tema do protagonismo juvenil, tendo como recorte sua interface com o grêmio estudantil, e se refere ao modo como os atores sociais (estudantes e gestores) presentes no processo educativo escolar enxergam, concebem e executam, ou não, esse protagonismo via grêmio.

Foi por isto que esta pesquisa de mestrado, de natureza aplicada, optou pela realização de uma investigação de cunho qualitativo. A opção pela abordagem qualitativa é feita para melhor apreensão dos

[...] significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000, p. 21).

É também indicada quando se busca favorecer uma interação direta entre pesquisador e os participantes da pesquisa nos próprios espaços em que estes ocupam, tendo por isto o enfoque no habitat natural (CRESWELL, 2014).

Deste modo, a definição do percurso metodológico tem o objetivo claro de contribuir com o estudo do tema de pesquisa, atualizando e até mesmo construindo novos conhecimentos sobre ele, priorizando as leituras presentes desde o início da trajetória acadêmica no mestrado, a partir das experiências e afinidades da pesquisadora, dentre outros aspectos.

No caso desta mestranda, a definição do tema de estudo e também a opção por uma abordagem qualitativa devem-se a sua trajetória acadêmico-profissional desde a graduação, sempre em contato com as juventudes, além da sua inserção mais recente como Assistente Social no Instituto Federal do Piauí, que lhe permite compreender a relevância da formação política no espaço escolar para o desenvolvimento de jovens cada vez mais críticos, conscientes e autônomos.

A propósito, cabe ainda pontuar que liberdade, cidadania, democracia e direitos humanos são valores extremamente caros no projeto ético-político do assistente social (BRASIL, 2012), por isso não por acaso a formação da pesquisadora e suas experiências

acadêmico-profissionais recaíram no recorte do tema de pesquisa e opções metodológicas.

Com relação aos objetivos, o trabalho consistiu numa pesquisa descritiva, pois, segundo Triviños (1987), exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, aqui no caso, representada pela relação entre grêmio estudantil e protagonismo juvenil.

A partir desse entendimento, o método utilizado nesta pesquisa de cunho qualitativo foi a Pesquisa de Campo. Gonsalves (2001, p. 67) explica que,

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Mesmo com as adaptações necessárias ao longo do percurso metodológico, como a mudança do contexto presencial, antes definido, para o remoto, em virtude do cenário de pandemia, não houve alteração do método, vez que o contato direto com os participantes da pesquisa foi mantido ainda que on-line, resguardando a segurança de todos os envolvidos, com isso não prejudicando a obtenção dos dados e o desenvolvimento do trabalho.

3.1 Técnicas de coletas de dados

A definição das técnicas de coletas de dados é uma etapa crucial para o êxito na consecução dos objetivos propostos, vez que técnicas não acertadas podem levar a outros caminhos e resultados distantes do problema de pesquisa e das questões levantadas na etapa inicial do estudo.

Do ponto de vista de Severino (2007, p. 124),

As técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias.

Dessa maneira, esta investigação científica utilizou as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa documental e bibliográfica para obtenção de dados secundários, correspondente à etapa 1. Já para obtenção dos dados primários, usou-se, como instrumental para coleta de dados: entrevista e questionário, ambos da etapa 2.

A pesquisa documental e bibliográfica foi utilizada para obtenção de dados secundários. Para Gil (2010, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Esta etapa contou também com

pesquisa documental a partir de documentos institucionais, dentre os quais normativas, resoluções, regimentos, sítio eletrônico, dentre outros, para ampliar o olhar sobre a realidade estudada e buscar subsídios para compreendê-la, bem como alcançar os objetivos propostos.

No que tange à coleta de dados primários, obtidos a partir dos questionários e entrevistas, como benefício para os entrevistados e os que responderam aos questionários, visualiza-se que um estudo desta natureza proporciona conhecimentos que permitem aos jovens participantes uma atuação mais crítica e consciente acerca de si e do mundo que os cerca e, conseqüentemente, uma postura mais protagonista. Indiretamente, também auxilia a escola a se tornar um ambiente de maior autonomia e acolhimento.

Quanto aos participantes, corre-se o risco de não entenderem as questões. Para contornar essa possível situação, foram utilizadas palavras simples para facilitar as perguntas. A pesquisadora ficou atenta aos sinais de incômodo do participante no momento da realização da entrevista, que se deu de forma on-line em face do contexto de pandemia, garantindo também a liberdade para não responder a qualquer questão que não quisessem. Garantiu-se ainda que o estudo seria suspenso imediatamente ao se perceber algum risco ou dano à saúde do participante da pesquisa, previsto ou não no termo de consentimento. Caso a pesquisa acarretasse algum prejuízo físico ou mental ao participante, a coleta de dados seria imediatamente interrompida, sendo que, se houvesse interrupção por este motivo ou qualquer outro, seria assegurado acompanhamento médico e psicossocial durante e/ou após o desenvolvimento da pesquisa, sem nenhum custo ao participante, caso fosse necessário.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) do Instituto Federal do Piauí, contando com aprovação em 22 de setembro de 2020.

3.1.1 Questionário

A fim de contextualizar o leitor no cenário da instituição pesquisada, tomando por base dados da Plataforma Nilo Peçanha com Ano Base 2020, apurou-se que o Instituto Federal do Piauí (IFPI) possui 6407 estudantes no Ensino Técnico Integrado ao Médio. Em relação aos campi participantes da amostra tem-se:

Quadro 1 – Informativo sobre os campi da amostra e o IFPI

	COCAL	FLORIANO	CAMPO MAIOR	TOTAL
Total de estudantes do Técnico Integrado	337	516	307	1.160
Total de estudantes líderes de turma	11	16	9	36
Total de questionários respondidos	7	13	9	29

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha Ano Base 2020 (BRASIL, 2021).

Com o intuito de obter dados que possibilitem vislumbrar a percepção dos estudantes acerca do grêmio estudantil para o exercício da cidadania e do protagonismo juvenil, foi aplicado questionário composto de nove questões fechadas. As questões fechadas eram de dois tipos: dicotômicas e de escala Likert.

As perguntas em formato Escala Likert são uma metodologia bem popularizada, inclusive entre pesquisas de marketing, com as quais muitas pessoas já tiveram contato anteriormente, o que facilitaria neste caso. Ademais, ela também é indicada quando se busca inferir o grau/nível de concordância (discordância) dos respondentes com afirmações feitas e, a partir disso, trabalhar as possibilidades de sentimentos de quem respondeu, conforme aponta Frankental (2017). Por isto, a relevância de opções de respostas em quantidades ímpares para o indivíduo conseguir melhor definir a alternativa que condiz com seu pensamento à afirmação.

Entretanto a mesma autora pontua, como desvantagem desse formato, a imprecisão relacionada à opção de resposta neutra, disposta no instrumental pela afirmação *não concordo nem discordo*. Fica mais difícil inferir o pensamento do respondente, porém, neste caso, recorreu-se ao cruzamento de dados de modo a tentar elucidar o que representava a resposta indiferente.

Segundo Gil (2008, p. 121), o questionário é formado por “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações [...] e na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes”. Por sua vez, com base em Severino (2007, p. 125), o questionário consiste em um

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objetivo e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos.

Cada instrumental possui prós e contras para sua utilização, sendo que os benefícios ao uso do questionário, tais como facilidade de manuseio, possibilidade de anonimato dos participantes, objetividade das questões e melhor tabulação, foram maiores que as limitações decorrentes do risco de não retorno das respostas (RIBEIRO, 2008), sobretudo ao considerar a aplicação remota. Por isto, mostrou-se uma decisão acertada.

Em virtude da manutenção do estado de pandemia, os questionários foram preenchidos remotamente pelos líderes das turmas do Técnico Integrado ao Médio dos *campi* Floriano, Campo Maior e Cocal, obedecendo aos critérios: “ter grêmio atualmente”, “nunca ter tido” e “já ter tido e não mais possuir no momento”, respectivamente. Assim, disponibilizou-se o link para 36 estudantes, obtendo-se retorno de 29 destes, o que representa 80,5% da amostra

definida.

A princípio, a pesquisadora contactou a Coordenação Pedagógica dos três *campi* supracitados a fim de fazer o levantamento das informações relativas aos líderes de turma, por ser este o setor que habitualmente desenvolve o acompanhamento dessa demanda. Uma vez obtidos os dados relativos ao nome, e-mail, número de telefone, iniciou-se o contato no sentido de apresentação da pesquisadora, tema do trabalho, objetivo, relevância do estudo, seguindo-se o envio do Termo de Consentimento/Assentimento ao participante e Termo de Consentimento ao seu responsável, caso necessário, de acordo com a idade.

A pesquisadora informou aos estudantes que se manteria disponível nos canais de contato divulgados tanto para esclarecimento de dúvidas como para receber solicitação de eventuais desistências de participação no estudo, o que felizmente não ocorreu, culminando, desta forma, em um percentual positivo de retorno dos líderes contactados.

Também se tentou diálogo posterior com os sete estudantes que não responderam ao questionário inicialmente, mas, haja vista a necessidade de continuidade do percurso metodológico da pesquisa, bem como em respeito à decisão de cada, optou-se pelo encerramento dessa etapa com a amostra obtida.

3.1.2 Entrevistas

A outra técnica de coleta de dados adotada foi a entrevista. Na acepção de Rosa e Arnoldi (2006, p. 17):

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Concorda-se com Ribeiro (2008, p. 141), ao afirmar que

A entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

A entrevista é usual nos diversos campos do conhecimento, além de importante e rica técnica nos trabalhos científicos, pois, associada a outras estratégias, amplia a coleta de dados, proporcionando maior interpretação sobre eles (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011).

O tipo de entrevista utilizada nesta investigação foi semiestruturada, com um roteiro anteriormente elaborado, formado por questões abertas. Conforme Manzini (2012, p. 156),

“este tipo de pesquisa é indicado para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores, grupo de alunos, [...] etc”.

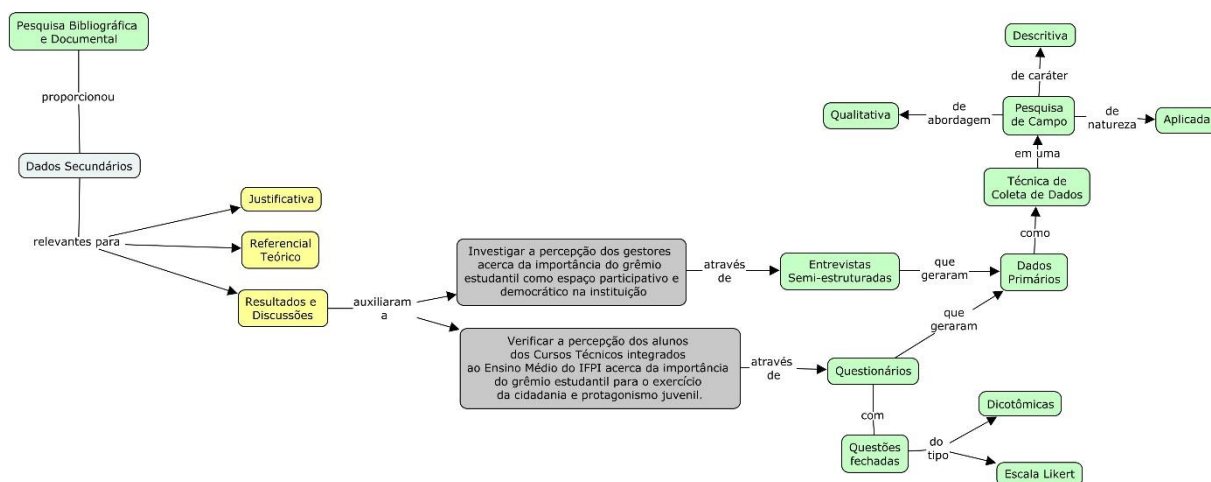
Assim, no que tange ao objetivo específico, relacionado à “percepção dos gestores sobre o grêmio como espaço participativo e democrático na instituição”, optou-se pela realização de entrevistas on-line, via Google Meet, em data previamente acordada com um gestor da Diretoria de Políticas Pedagógicas e um gestor das Diretorias de Ensino dos *campi* Angical, Campo Maior e Picos, obedecendo aos critérios de *ter grêmio atualmente, nunca ter tido e já ter tido e não mais possuir no momento*, respectivamente.

Com vistas a ampliar o olhar acerca da constituição do grêmio, seu trabalho desenvolvido e contribuição para o *campus* no qual se encontra, também foram entrevistados dois estudantes presidentes de grêmio estudantil dos *campi* Angical e Floriano que são os únicos que atualmente possuem grêmio ativo no IFPI.

Ademais, considerando-se a atuação da Coordenação Pedagógica frente ao trabalho de suporte com os líderes de turma, no que se refere ao acompanhamento e orientação, desde a eleição, bem como junto aos grêmios, a partir da constituição das chapas até a posse dos membros e, posteriormente, no cotidiano junto aos demais estudantes, a pesquisadora julgou pertinente entrevistar um membro da equipe pedagógica do *campus* Floriano, também por ser um dos *campi* que tem grêmio no momento, o que trouxe dados enriquecedores ao problema de pesquisa estudado.

Assim, com vistas a resumir as informações anteriormente apresentadas, contribuindo também para melhor fixação e compreensão do percurso metodológico, segue Mapa Mental da Metodologia da Pesquisa.

Figura 1 – Mapa Mental da Metodologia da Pesquisa



Fonte: Autoria própria (2021).

3.1.3 Descrição da Amostra

A investigação foi realizada com os seguintes participantes de pesquisa: 29 líderes de turma dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio dos *campi* Floriano, Campo Maior e Cocal; três gestores da Diretoria de Ensino dos *campi* Angical, Campo Maior e Picos; um gestor da Diretoria de Políticas Pedagógicas (Reitoria), um membro da equipe pedagógica do *campus* Floriano e dois presidentes de grêmio atualmente ativos no IFPI (*campi* Angical e Floriano). Acrescenta-se que o grêmio do terceiro *campus* (Corrente) levantado na etapa do projeto de pesquisa não se encontra mais ativo, conforme contato realizado com a Direção-Geral, sendo por isso retirado da amostra.

O tipo de amostragem não-probabilística escolhido foi por tipicidade, porque foram utilizados critérios específicos e fundamentais para a escolha dos elementos da amostra, conforme os objetivos deste estudo. Para Marconi e Lakatos (1990, p. 48),

Em determinados casos, considerações de diversas ordens impedem a escolha de uma amostra probabilística, ficando a cargo do pesquisador a tentativa de buscar, por outras vias, uma amostra representativa. Uma das formas é a procura de um subgrupo que seja típico em relação à população como um todo.

Neste caso, foram definidos 3 (três) critérios para a escolha da amostra:

- a) *campus* que nunca teve grêmio estudantil: Campo Maior, tanto para questionário com líder das turmas como para entrevista com gestor da Diretoria de Ensino;
- b) *campi* que atualmente têm grêmio estudantil: Floriano, para questionário com líder das turmas e entrevista com presidente do grêmio e com membro da Coordenação Pedagógica (COPED); Angical, para entrevista com gestor da Diretoria de Ensino e com presidente do grêmio;
- c) *campi* que já tiveram, mas atualmente não têm mais grêmio estudantil: Cocal, para questionário com líder das turmas; Picos, para entrevista com gestor da Diretoria de Ensino.

Para melhor visualização da amostra e de como se deu todo o processo, elaborou-se o Quadro 2, a seguir apresentado.

Quadro 2 – Descrição da amostra

Critério:	Campus:	Participante da pesquisa:	Instrumental utilizado:
a) Nunca teve grêmio estudantil	Campo Maior	Líder das turmas Técnico Integrado	Questionário
		Gestor DIREN	Entrevista
b) Atualmente têm grêmio estudantil	Floriano	Líder das turmas Técnico Integrado	Questionário
	Floriano	-Presidente do Grêmio -Membro COPED	Entrevista
	Angical	-Presidente do Grêmio -Gestor DIREN	
c) Já tiveram grêmio estudantil e não têm mais	Cocal	Líder das turmas Técnico Integrado	Questionário
	Picos	Gestor DIREN	Entrevista

Fonte: Autoria própria/2021.

3.2 Produto educacional

Nesta subseção, será apresentado o produto educacional, no que tange a seu processo de desenvolvimento, descrição, justificativa, finalidade e aplicabilidade.

3.2.1 Descrição do Produto Educacional

O produto educacional desenvolvido consistiu em um material didático digital no gênero textual “Cartilha” que tem o intuito de orientar a organização de um grêmio estudantil no âmbito do Instituto Federal e, ao mesmo tempo, refletir sobre a importância dessa agremiação como espaço participativo e democrático na instituição. O produto educacional intitulou-se “Cartilha Conectando Saberes: diálogos sobre grêmio estudantil e protagonismo juvenil”.

Haja vista a realidade do Instituto Federal do Piauí, constatada na etapa de coleta de dados, a partir da qual a maioria dos *campi* não possui grêmio estudantil ativo no momento ou nunca possuíram, faz-se necessário um material no qual os estudantes e a comunidade acadêmica como um todo possam se informar sobre o que é grêmio, qual seu papel e o passo a passo sobre como esse órgão autônomo deve ser organizado desde o momento da concepção.

Contudo também é muito importante desenvolver um material que se proponha tecer reflexões, construir conhecimentos e articular saberes, a partir dos quais a comunidade escolar

possa (re)pensar a educação profissional e tecnológica e o grêmio como um espaço de formação política e de valorização das culturas juvenis.

A esse respeito Lima Filho (2014) ressalta a importância da escola para a construção das sociabilidades juvenis. E, neste aspecto, o grêmio estudantil pode se constituir como espaço social frutífero onde os jovens podem refletir e (re)construir suas experiências, vivências, valores e conhecimentos.

Este aspecto coaduna com a missão social do IFPI de “promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” (IFPI, 2020), o que implica romper a visão tradicional de educação dual e, mais especificamente, de uma Educação Profissional e Tecnológica fragmentada.

As leituras empreendidas ao longo do processo dissertativo e anteriormente no decurso das disciplinas obrigatórias e optativas, tais como em Ramos (2014) e Ciavatta (2005), apontam os desafios em torno da construção de uma formação humana integral, conforme preconiza um dos princípios da EPT, contudo reconhecem também que muitos esforços têm sido envidados e avanços alcançados. O grêmio deve ser elencado nesse rol de possibilidades e conquistas.

Imbuído desta preocupação e compromisso, é que o respectivo material foi pensado e desenvolvido, complementarmente a esta dissertação, no sentido de lançar luz aos desafios que perpassam a implementação e manutenção do grêmio estudantil nos *campi* do IFPI. Para isso, partiu-se de indagações, como: que desafios concretos os estudantes identificam na trajetória de constituição do grêmio? Que tipo de educação tem sido pensada e efetivada para além do repasse de saberes formalizados de geração a geração? A escola tem assegurados, em sua estrutura, currículo, valores, um espaço de formação política para a classe trabalhadora que nela se encontra em formação? Como construir com os estudantes um protagonismo juvenil ativo, assertivo, consciente e crítico da realidade que os circunda? Como pensar estas questões na escola e fora dela?

Enfim, como se apreende, são muitas as questões que passam e têm passado ao longo dos últimos sete anos pelas reflexões desta servidora enquanto assistente social, a qual humildemente coloca a pesquisa e a cartilha como uma (pequena) contribuição para efetivar as mudanças que se fazem necessárias para que a participação seja pautada também na formação de um trabalhador crítico e para que os desafios na construção do protagonismo juvenil sejam pontuados na formação profissional e acompanhados de possibilidades de intervenção para a consolidação cada vez maior do grêmio como espaço representativo e formativo.

Vale ressaltar que a cartilha poderá se constituir num potencial recurso didático a ser aplicado em contexto real de sala de aula, em particular nas aulas das unidades curriculares da

área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Tal cartilha auxiliará os alunos na compreensão das competências específicas e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dessa área do conhecimento.

Segundo a BNCC, o estudante do Ensino Médio, dado o maior nível de maturidade, tem possibilidade de analisar a realidade a sua volta, questioná-la; pensar sobre si, o mundo, e sobre si no mundo, tanto a nível individual como social; ampliar as condições de diálogo, entendendo que as diferenças fazem parte do processo, dentre outros. Partindo dessas competências e habilidades, a BNCC aponta para a necessidade de utilização de recursos didáticos de diversos estilos para fomentar o desenvolvimento do protagonismo juvenil, priorizando a reflexão sobre si mesmo, o outro e as contradições que perpassam essas relações sociais (BRASIL, 2017).

Neste sentido, a Cartilha, como gênero textual escrito, contando também com imagens, se apresenta como material com determinado recorte de informações, haja vista a impossibilidade de disponibilizar todas as necessárias e existentes, para contribuir com a construção de juventudes críticas e conscientes das possibilidades do grêmio na escola e também fora dela, cientes de que, assim como na lógica marxiana, o ser humano não é como é por acaso, ele é produto e produtor da realidade a partir do trabalho. Atentar a todos estes aspectos é o desafio que se impõe à escola, ao grêmio e aos estudantes.

3.2.2 Justificativa e finalidade do Produto Educacional

A importância de se desenvolver uma cartilha como material educativo e ferramenta facilitadora que contribui no processo de formação dos estudantes para fortalecimento do exercício da cidadania e protagonismo juvenil com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade é a justificativa para sua existência. Os materiais educativos “são veículos por meio dos quais a informação é comunicada. Complementam o ato de ensinar e influenciam o ganho de habilidades cognitivas, afetivas e/ou psicomotoras” (ALMEIDA, 2017, p. 5).

A cartilha também tem a finalidade de se constituir em material didático para facilitar o processo de ensino-aprendizagem das unidades curriculares que compõem a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, haja vista que um dos grandes desafios, entre os muitos enfrentados pelos docentes da educação básica, é a falta de material didático sobre temáticas transversais na contemporaneidade. A despeito de que seu uso também pode se estender às demais áreas do conhecimento.

A princípio, vale destacar que política e trabalho são categorias centrais no ensino médio, visto que mudam conforme a sociedade evolui e, portanto, é imprescindível que os estudantes

desse nível de ensino compreendam as estruturas de poder que perpassam as relações produtivas e de trabalho e a interferência disso na construção de uma sociedade democrática. Da mesma forma, sociedade e cultura também são categorias relevantes, partindo da nossa definição enquanto seres sociais, produtores (e produtos) de saberes, comportamentos, símbolos partilhados por um grupo (BRASIL, 2017).

Neste sentido, com base na BNCC, espera-se que o Ensino Médio contribua com a aquisição de competências e habilidades que permitam ao jovem se inserir criticamente no debate político e na vida social a partir de valores, como cidadania, autonomia, criticidade. E a cartilha pretende levantar discussões e reflexões que venham contribuir com o despertar da escola, dos grêmios e dos estudantes para um protagonismo juvenil consciente e com o compromisso em prol da formação de trabalhadores críticos.

Ademais, este material é oportuno e aplicável para reforçar o desenvolvimento de outra aquisição apontada na área de Ciências Humanas e Sociais pela BNCC: o protagonismo juvenil, o que implica a utilização de linguagens diversas que envolvam as juventudes em ações colaborativas e grupais que as capacitem para compreender, transformar a realidade a sua volta, resolvendo problemas de ordem prática (BRASIL, 2017).

Deste modo, a Cartilha possui aplicabilidade em algumas disciplinas: na Sociologia, ela contribui no processo de desvelamento da realidade pelos estudantes, de questionamento das relações sociais, estruturas de poder que interferem na vida pessoal e coletiva; na Filosofia, com discussões sobre ética, direitos humanos, a evolução do que se tem como ideal de certo/errado/bem/mal no mundo, o que é ser homem e o que se espera de cada indivíduo (e do coletivo) na sociedade; na História, sua contribuição está na compreensão pelas juventudes enquanto sujeitos históricos que fazem parte de um tempo e espaço, determinado por aspectos de naturezas diversas; no estudo sobre a formação das sociedades, no exercício cotidiano de (re)construção de um pensamento crítico balizado na ciência, além da contribuição dos movimentos sociais e juvenis para a democracia. Nas demais disciplinas, como Português, Literatura, línguas estrangeiras, Matemática, dentre outros, o tema pode ser trabalhado com a produção de textos, poesias, redação, atividades práticas, projetos interdisciplinares e outras metodologias que o abordem e as reflexões a ele pertinentes.

Ademais, o referido produto educacional também possui aplicabilidade e relevância para as disciplinas da base técnica dos cursos. A este respeito, pontua-se como exemplo o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Eixo de Recursos Naturais e o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Eixo de Gestão e Negócios, ambos ofertados no IFPI/ *campus* Cocal.

Ao se considerar o processo de interiorização promovido pela ampliação da RFEPCT, que acarretou a instalação de *campi* em pequenos municípios do Estado, a escola passou a receber públicos diversos. Pautada nisso, precisa atentar para a formação não só de jovens como um todo, mas especificamente de jovens rurais, aos quais os IFs em suma se destinam.

Um dos pilares iniciais ao trabalho deve ser a capacidade de autoconhecimento, que permitirá ao estudante se conhecer, pensar sobre si como indivíduo e, de maneira extensiva, apreender e refletir sobre a comunidade na qual ele vive, as práticas rurais ali desenvolvidas, as manifestações culturais existentes, reconhecendo-a como um ambiente de potencialidades e riquezas e o povo como uma fonte de saberes significativos. Esse processo demanda consciência e tempo para que o jovem possa se empoderar para pensar sobre si e o meio em que está imerso, o que não é simples, pois demanda também políticas públicas de ordens diversas, como emprego, renda, saúde, cultura, lazer, dentre outros (AZEVEDO; ANJOS; ANDRADE, 2019; BOMFIM, 2019).

Assim, a identidade juvenil rural vai sendo formada e consolidada, e a migração para os centros urbanos, nesse cenário, é apresentada não como única solução possível, mas problematizando essa complexa realidade como de fato deve ser, a fim de que, deste modo, o jovem possa refletir criticamente, decidir e a partir disso construir o seu projeto de vida.

Do contrário, o jovem não se sente pertencente ao meio, não se identifica, não tem oportunidade de pensar acerca disto ao longo de sua formação acadêmica profissional e, com isso, a escola perde a oportunidade de efetivar sua missão de estabelecer uma educação comprometida com as demandas sociais.

O perfil do egresso, previsto no Projeto Político-Pedagógico (PPC) do curso Técnico Integrado em Agropecuária, é comprometido com a “[...] possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho”, o que situa a aplicabilidade da Cartilha neste eixo, no sentido de fomentar o debate acerca da importância do protagonismo juvenil no meio rural e contribuir com a aquisição de valores de cidadania, autonomia e pensamento crítico que o curso requer (IFPI, 2019a, p. 8).

Nesta mesma linha de raciocínio, o Curso Técnico Integrado em Administração ao Ensino Médio também se propõe formar um determinado perfil de profissional que possa cumprir atribuições a ele pertinentes em áreas e funções correlatas diversas, como: gestão pública e privada, administração, empreendedorismo, direção, avaliação, dentre outros. Contudo o diferencial está na formação de um profissional não só competente para as suas atribuições, mas que possua um olhar integral ao processo e ao mundo do trabalho e que seja

consciente e crítico da realidade local, do Estado/País, dos problemas sociais, a fim de dispor dos conhecimentos adquiridos no curso para atuar aliado a uma visão cidadã (IFPI, 2019b).

Ademais, o mundo do trabalho contemporâneo demanda de praticamente todas as profissões o trabalho em equipe e, na área de Administração, não é diferente, tendo posição de liderança ou de execução. Com isso, o produto educacional pode vir a contribuir em virtude de levantar a discussão e vivências acerca do grêmio e do protagonismo juvenil que, de acordo com os dados levantados na coleta, é um espaço que instiga a socialização, o modo de enxergar e resolver problemas e situações pelos estudantes, a preocupação com a coletividade, a atitude de se envolver em prol de pautas que não são suas apenas. Logo presume-se que, de certa forma, a Cartilha, dentro do Eixo de Gestão e Negócios, pode somar para o desenvolvimento de habilidades que o jovem venha a posteriormente aplicar na sua atuação profissional.

Também neste aspecto a Cartilha pode vir a contribuir na medida em que lança a reflexão sobre a importância de o jovem adquirir valores e princípios socialmente demandados dentro de uma perspectiva humana omnilateral, desde a formação estudantil, na EPT.

Ainda dentro desta discussão e considerando que os processos de ensino e aprendizagem não são restritos ao âmbito escolar, pontua-se que a educação também acontece nos ditos espaços não formais de ensino, como praças, museus, teatros, associações de moradores, dentre outros, o que traz a ludicidade para a aprendizagem, tornando-a mais interessante e diversificada aos estudantes. Face a estas considerações, a Cartilha, além da aplicabilidade supracitada, similarmente pode ser utilizada como material didático para atividades não formais de ensino pelos docentes e equipe multidisciplinar dos Institutos Federais.

Também seu uso se faz oportuno em espaços não formais de ensino promovidos por outros atores educativos, como membros de conselhos de direitos locais, sindicatos, associações de bairros, grupos de igreja ou outros que desejem promover a discussão sobre o grêmio estudantil e o protagonismo juvenil para além dos muros da escola, ampliando assim o acesso de mais pessoas aos saberes contidos na Cartilha, além da possibilidade de aprofundar e construir novos conhecimentos, a partir do material. Ou seja, este produto serviria como multiplicador para novas produções, o que se considera como algo positivo.

Por tudo exposto, defende-se que a educação não formal é tão importante quanto a formal e, se bem utilizada, pode alcançar inúmeros objetivos, dentre os quais incentivar os estudantes a interagir com os ambientes da sua comunidade, desenvolver novas estratégias de ensino e aprendizagem e ter a oportunidade de refletir criticamente sobre as nuances que, fora do espaço escolar, se tornam mais perceptíveis através dessas múltiplas vivências (QUADRA; D'ÁVILA, 2016). Nessa ótica, a Cartilha se vislumbra como material possível.

Dias (2018, p. 10) reporta-se a essa questão quando aponta que a cartilha pode

Estimular nos alunos o interesse pela Ciência é uma tarefa de enorme responsabilidade, na qual é necessário a utilização de diferentes métodos e materiais didáticos para que ocorra o aprendizado de novos conhecimentos. É possível perceber a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem. O uso do lúdico pode ser dito como um aliado para o ensino, pois tem o poder de despertar a atenção das crianças e com isso colaborar no processo de construção do conhecimento.

Ainda na acepção da autora,

Uma proposta para obtenção de melhores resultados, que auxiliem no processo de ensino aprendizagem dos alunos é a utilização das cartilhas educativas, as mesmas são capazes de promover o pensamento crítico dos estudantes e levam consigo uma importante tarefa de mostrar diversas realidades ao público e com isso sensibilizar o leitor sobre a relação entre a sociedade e a natureza. Além das mesmas atuarem como ferramentas educacionais, auxiliando o indivíduo no processo de democratização de informações (DIAS, 2018, p. 10).

Por sua vez, Carvalho (2015) compreende a importância da cartilha, principalmente quando é elaborada por protagonistas que representam os estudantes, fazendo assim com que essa ferramenta possibilite aos alunos indagações e preocupação com o meio ambiente. Quando tal processo ocorre, busca-se a produção de conhecimentos.

Ademais, levantamento feito na plataforma Observatório PROFEPT aponta uma grande limitação de produtos educacionais do tipo Cartilha com o tema estudado, conforme explana o quadro resumo a seguir:

Quadro 3 – Levantamento de produtos educacionais no Observatório ProfEPT

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	AUTOR(ES)/AS	TIPO/TÍTULO DO PRODUTO	PLATAFORMA/ANO	PALAVRA-CHAVE USADA
Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico	Carla Cristina Valois Lins Xavier; José Franco de Azevedo	(Cartilha) Gestão Escolar Democrática: um fazer de muitas mãos	Observatório PROFEPT/2019	Gestão Democrática
A Gestão Democrática escolar e a contribuição do movimento estudantil	Sheila Almeida de Oliveira; José Henrique Duarte Neto	Proposta de gestão democrática escolar	Observatório PROFEPT /2019	Gestão Democrática (e também movimento estudantil)
A Gestão Democrática como pressuposto de efetividade no Instituto Federal de Goiás – Campus Valparaíso – um estudo do Conselho de <i>campus</i> e suas atribuições	Lauce Noriyo de Moraes Nozaki; Adelino Cândido Pimenta	(Blog) Gestão Democrática na EPT	Observatório PROFEPT/2019	Gestão Democrática Continua

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	AUTOR(ES)/AS	TIPO/TÍTULO DO PRODUTO	PLATAFORMA/ANO	PALAVRA-CHAVE USADA
Tempos e espaços para (re)pensar o currículo com estudantes do ensino médio integrado	Ana Cláudia Burmester; Roberta Pasqualli	Oficina formativa: currículo integrado, juventudes e espaços de participação	Observatório PROFEPT /2019	Juventudes
Educação de Jovens e Adultos e possibilidades de emancipação das juventudes: um estudo de caso	Lucas Manoel Andrade; Gizele Geralda Parreira; Eliézer Marques Faria	Cartilha Juventudes	Observatório PROFEPT /2019	Juventudes
Juventudes e escolarização: o ensino médio e o desafio da formação crítica de jovens pertencentes a comunidades empobrecidas	Suzana Medeiros de Souza Aguiar; Luciana Campos de Oliveira Dias	Sequência didática: uma proposta de formação crítica para a juventude pobre baseada na pedagogia histórico-crítica	Observatório PROFEPT /2019	Juventudes
Expressões do movimento estudantil secundarista no ensino médio integrado no <i>campus</i> Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Jeniffer Fernanda da Silva dos Reis; Rodrigo Palucci Pantoni	Material e roteiro para roda de conversa. Expressões do movimento estudantil secundarista	Observatório PROFEPT /2020	Movimento estudantil
Manifestações estudantis e constituição de lideranças: uma análise dos discursos no IFFAR/ <i>campus</i> Santo Augusto de 2015 a 2018	Odair Kunzler; Fernanda de Camargo Machado	Roteiro para elaboração de um cinedebate integrado sobre manifestações e lideranças estudantis	Observatório PROFEPT /2019	Lideranças
A roda de conversa como estratégia para conhecer e ampliar a participação dos estudantes na gestão das ações do PNAES: percepções das lideranças estudantis dos cursos técnicos integrados do IFFAR/ <i>campus</i> Alegrete	Andriara Casarotto	Roteiro para roda de conversa sobre PNAES	Observatório PROFEPT /2019	Lideranças
Movimentos juvenis: a revitalização de espaços de convivência pela arte como forma de resistência	Elizandra Sirlei Del Zotto Ritter; Patricia Thoma Eltz	Diário de campo	Observatório PROFEPT /2020	Movimentos juvenis

Fonte: Autoria própria (2021).

Ressalta-se que o levantamento dos produtos publicados limitou-se ao escopo do Programa, utilizando para isso o Observatório PROFEPT, a partir dos filtros: todas as instituições associadas, todos os tipos de produto, período compreendido entre os anos de 2019

a 2021, haja vista que 2019 foi o ano em que as primeiras turmas do PROFEPT defenderam seus trabalhos, sendo por isso somente a partir daí as primeiras publicações de dissertações com os respectivos produtos.

O referido levantamento aponta que, no filtro Assunto: grêmio; grêmios; grêmio estudantil; grêmios estudantis; protagonismo; protagonismo juvenil; participação política; organização escolar, não retornou nenhum resultado. No Assunto “lideranças”, retornaram dois resultados, mas somente um com sentido semelhante à pesquisa (autoria de Odair Kunzler), no ano de 2019, porém o produto não é cartilha. O Assunto “juventudes” retornou três resultados, em 2019, mas em sentidos e enfoques diferentes dos da pesquisadora. O Assunto “movimento estudantil” obteve um retorno, no ano de 2019, o qual também está registrado no assunto “Gestão Democrática” (autoria de Sheila Almeida de Oliveira) e outro no ano de 2020 e ambos são produtos diferentes. O Assunto “movimentos juvenis” obteve um retorno, no ano de 2020, cujo produto é um diário de campo. A consulta por Assunto “gestão democrática” retornou três resultados, em 2019, dos quais apenas um era cartilha.

Desta prospecção, observa-se, no contexto da Educação Profissional Tecnológica e, especificamente, do PROFEPT, uma escassez de produtos nas temáticas pertinentes ao grêmio estudantil e protagonismo juvenil, o que pode repercutir inclusive na implementação e consolidação desses espaços representativos na instituição e na rede federal como um todo e também na produção e expansão de conhecimentos sobre a temática.

Nesse sentido, a pesquisa e o produto são importantes para colaborar com a produção de conhecimentos que podem contribuir para a ampliação e fortalecimento dos movimentos estudantis sendo positivos para o público beneficiário dessa cartilha que serão os alunos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada dos *campi* do Instituto Federal do Piauí. No entanto, esse material didático se estende para todos os alunos da educação básica da esfera pública, haja vista que será disponibilizado no site da instituição, bem como no Portal eduCAPES.

3.2.3 Plano de desenvolvimento e aplicabilidade do Produto Educacional

A Cartilha “Conectando Saberes: diálogos sobre grêmio estudantil e protagonismo juvenil” foi elaborada levando em consideração as dimensões: conteúdo, linguagem, organização, layout, ilustração, aprendizagem e motivação (HOFFMANN; WARRALL, 2004). No entanto, a construção de um recurso didático no gênero textual cartilha não é um processo simples, pois alguns princípios norteadores devem ser continuamente observados, dentre os

quais: “linguagem clara e objetiva, visual leve e atraente, adequação ao público-alvo e fidedignidade das informações” (ALMEIDA, 2017, p. 14).

O processo de construção da cartilha contou com as seguintes etapas: a) definição do tema; b) definição dos tópicos que iriam compor a cartilha; c) pesquisa bibliográfica; d) elaboração do roteiro; e e) desenvolvimento da cartilha.

A escolha do tema de pesquisa, já explanada anteriormente, também veio acompanhada da necessidade de definir o recorte a ser trabalhado no produto educacional, assim como o formato mais adequado para a consecução do objetivo proposto.

A temática abordada na cartilha é de natureza transversal contemporânea (conforme BNCC), pois uma escola comprometida “com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental” (BRASIL, 1997, p. 15). A esse respeito o Conselho Nacional de Educação (CNE) aborda que,

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2010, p. 24).

A delimitação da temática da Cartilha contou com a colaboração de dois jovens de entidades juvenis: Vitória Emanuely de Oliveira Silva, presidente da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas de Teresina (AMES) e Diretora de Mulheres da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e Santiago Belizário, acadêmico de História da UFPI, membro do Movimento Correnteza e União da Juventude Rebelião (UJR).

A pesquisadora conheceu ambos os estudantes por ocasião do evento institucional INTEGRA 2019, quando compuseram mesa de debate sobre organização estudantil. Assim, partindo do primeiro diálogo efetuado à época, a pesquisadora contactou-os em maio/2021 solicitando parceria para a elaboração do produto educacional, considerando a riqueza e relevância do engajamento nos movimentos sociais que os jovens adquiriram durante toda sua trajetória pessoal e acadêmica/profissional.

Assim, a primeira reunião on-line, ocorrida em 28 de maio, se deu no sentido de apresentar a pesquisa de mestrado e solicitar a colaboração dos estudantes trazendo o olhar de quem vivencia os movimentos estudantis com engajamento.

A segunda reunião on-line, em 09 de junho, destinou-se ao diálogo aberto sobre o tema do grêmio estudantil x protagonismo juvenil e a construção de um esboço de (possíveis) pontos a serem abordados, pois, para tanto, recorreu-se à técnica popularmente conhecida como tempestade de ideias.

Na ocasião, os estudantes que possuem experiência na elaboração de materiais deste tipo apontaram como vantagens do formato Cartilha: 1. o fácil acesso, dado o formato digital, o que não impede a posterior impressão e disponibilização na biblioteca dos *campi* e grêmios ativos, por exemplo; 2. a linguagem didática, que amplia a compreensão do tema; 3. o tamanho reduzido, que prioriza as informações mais cruciais aos estudantes e dinamiza a leitura.

O debate livre sobre o tema, partindo das experiências de todos os envolvidos, proporcionou à pesquisadora juntamente com os estudantes chegar à etapa b) *definição dos tópicos a serem abordados na cartilha*, em reunião realizada em 22 de julho.

Com a elaboração do sumário, deu-se prosseguimento à etapa c) *levantamento bibliográfico e revisão da literatura acerca da temática*, de modo a obter subsídios teóricos para aprofundar a discussão proposta, bem como elaborar o *roteiro da cartilha* (etapa d), composto das informações mais relevantes a serem apresentadas, sempre com vistas à consecução do objetivo da pesquisa. Para isto, partiu-se de perguntas norteadoras básicas, tais como: a quem se destina o material? Qual o perfil do público? Que aprendizados se espera que o material oportunize aos leitores?

A pesquisa bibliográfica (etapa c) foi composta pela leitura e fichamentos de artigos e cartilhas já elaboradas por entidades juvenis e programas de pós-graduação diversos. Momento muito rico para a pesquisadora conhecer um pouco de como a temática tem sido tratada e assim pensar numa abordagem que atenda as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, cujo compromisso deve se dar com a formação de um trabalhador crítico e consciente, em uma perspectiva omnilateral (MOURA, 2016).

Após a elaboração da primeira versão da cartilha, a pesquisadora julgou pertinente o envio do material para leitura e considerações críticas por uma jovem estudante do IFPI, no intuito de analisar aspectos, como tamanho, linguagem, informações disponibilizadas, dentre outros. As sugestões de mudanças foram incorporadas, por terem sido consideradas pertinentes, partindo-se, assim, para a elaboração da segunda versão da cartilha.

O processo de desenvolvimento do material contou ainda com a participação do artista Itanael da Silva Rodrigues, estudante do curso de Tecnologia em Agroecologia do IFPI/*campus* Cocal e cordelista, que elaborou um cordel para a seção final da cartilha, com vistas a reunir as informações apresentadas.

Assim, o material utilizou-se de outra forma de comunicação, a Literatura de Cordel, que não só valoriza a cultura nordestina, como também se constitui em “rica” ferramenta pedagógica que amplia o olhar da comunidade acadêmica para a realidade, aqui no caso, a realidade escolar e do grêmio estudantil, de forma lúdica, favorecendo muito mais o processo de ensino e aprendizagem (SOUZA; PASSOS, 2018).

Após a incorporação das sugestões e conclusão de todas as etapas que contaram com a participação das demais pessoas, a cartilha foi enviada ao editor para diagramação da versão final. Essa última parte corresponde à etapa e) *desenvolvimento da cartilha*.

Dando continuidade e considerando que a cartilha consiste num gênero textual lúdico e imagético, a última etapa contou ainda com a seleção e criação das ilustrações e design gráfico e instrucional do material didático por diagramador/editor, desenvolvendo, dessa forma, a identidade visual do material e realizando a revisão linguística.

Por tudo ora exposto, a Cartilha se mostra aplicável e oportuna como material didático de suporte pedagógico ao docente, à equipe multiprofissional e servidores/gestores que atuem junto a esta demanda. Sem contar que pode atender ao anseio dos estudantes em torno das reflexões nela propostas, partindo sempre do suposto de que ela não dita o fazer, mas pelo contrário, se adapta à realidade e ao público, servindo como alternativa e norte para (re)pensar e (re)construir as mudanças que se acreditam necessárias para tornar o grêmio uma realidade nos *campi* (FISCARELLI, 2007; FREIRE; ROCHA; GUERRINI, 2017). Com este intuito, ela foi pensada, também a partir dos dados levantados na etapa de coleta, os quais serão analisados na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí. Após a coleta de dados, levantou-se a hipótese de que o grêmio estudantil pode se apresentar como um rico e importante espaço de representação estudantil, dotado de potencialidades e desafios que, se ampliados e enfrentados, respectivamente, poderão elevar essa ferramenta democrática e proporcionar um efetivo protagonismo juvenil, pautado na democracia, cidadania, autonomia e consciência crítica dentro e fora da escola.

Assim, posteriormente ao levantamento dos dados, procedeu-se à respectiva análise e interpretação dos resultados, a fim de buscar atingir os objetivos propostos e construir conhecimentos que visam elucidar as lacunas apontadas pela pesquisa. Para isso, foi utilizada a Estatística Descritiva e a Análise de Conteúdo. Ressalta-se que os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico da pesquisa sobre grêmio estudantil, juventudes, protagonismo juvenil e outras categorias relevantes no intuito de buscar preencher as lacunas teóricas identificadas, de modo também a obter subsídios que possam contribuir com o desenvolvimento do produto educacional *cartilha*.

Conforme Moraes (2005, p. 8), “a estatística descritiva pode ser considerada como um conjunto de técnicas analíticas utilizado para resumir o conjunto dos dados recolhidos numa dada investigação, [...] através de números, tabelas e gráficos”.

Foi ainda utilizada a análise de conteúdo, que permitiu levantar categorias de respostas, as quais contribuiriam para responder à questão norteadora da pesquisa. Para Bardin (2009, p. 42), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

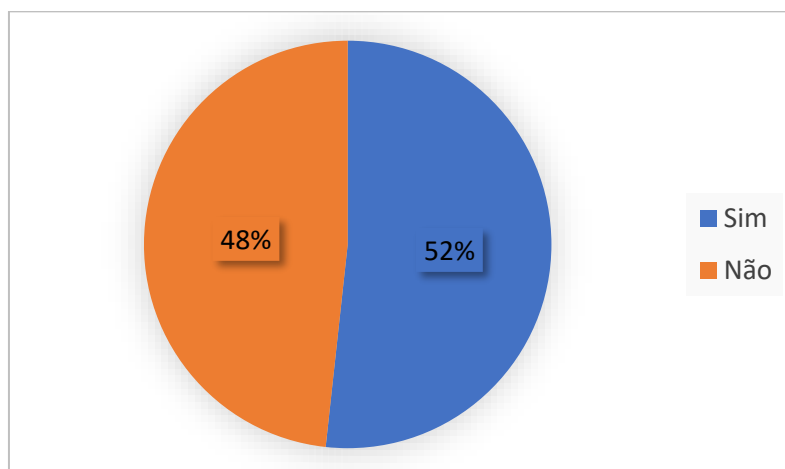
Acredita-se que a escolha da estatística descritiva tenha sido a alternativa mais adequada para inicialmente organizar os dados coletados, permitindo resumi-los e, a partir de então, começar a etapa propriamente destinada à análise, o que demandou não apenas fazer a leitura dos dados obtidos nos questionários e apresentá-los em gráficos e tabelas para maior compreensão, mas também associá-los aos dados mais densos levantados por ocasião das entrevistas semiestruturadas. A partir disso, possibilitou-se a definição de categorias que levaram à resposta do problema de pesquisa, consecução dos objetivos do estudo, bem como identificação das lacunas teóricas e práticas que, se melhor trabalhadas institucionalmente, poderão consolidar o protagonismo juvenil e os grêmios estudantis como realidade.

4.1 Análise do questionário: o que os números têm a nos dizer?

Os dados coletados, à luz do referencial teórico, permitem a aproximação de alguns aspectos que serão discutidos nesta seção, não como respostas definitivas ao cenário e às lacunas identificadas, mas como possibilidades que se vislumbram frente à realidade e como perspectivas que podem ser pensadas e melhoradas no processo de caminhada das juventudes, junto ao grêmio, como espaços de representação discente e formação política com criticidade e autonomia. As hipóteses levantadas também podem e devem ser melhor aprofundadas em estudos futuros.

Nesse sentido, a primeira pergunta do questionário, “Já participou de algum órgão de representação juvenil em alguma escola em que estudou?”, visou identificar se os estudantes líderes de turma já haviam tido alguma experiência prévia de representatividade, bem como alguma vivência relacionada à representação do coletivo de estudantes. O resumo das respostas encontra-se no Gráfico 01, a seguir.

Gráfico 01 – Experiência anterior de representação juvenil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A partir dos dados coletados, apreendeu-se que a maioria dos sujeitos participantes apontou que já participou de algum órgão de representação estudantil em outra escola na qual estudaram anteriormente ao ingresso no IFPI, o que implica dizer que, de alguma forma, esses alunos já tiveram contato com a experiência de representatividade juvenil.

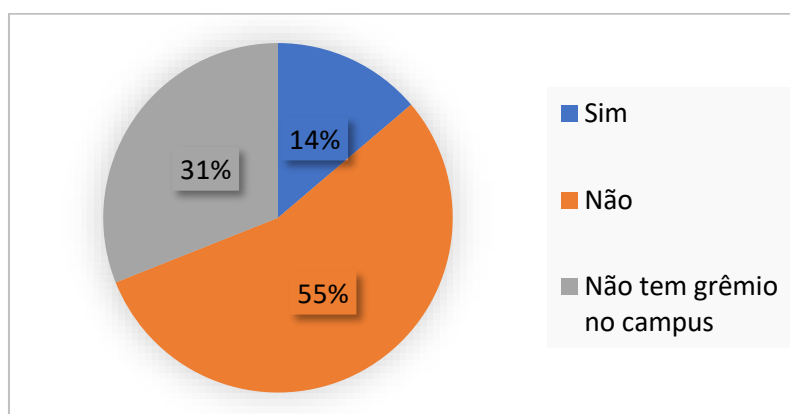
Espera-se que os estudantes tenham compreendido, a partir do cabeçalho do instrumental onde constam as informações referentes à pesquisa, que, por órgão de representação estudantil na escola, entende-se o grêmio e não outros espaços, como liderança de turma, conselhos e colegiados.

Também se registra que o quantitativo de estudantes que apontou não ter nenhuma experiência prévia de representação estudantil constitui uma quantidade até considerável (48%), embora menor que a outra parcela (52%), o que permite inferir que ainda é presente o estudante que ingressa na instituição sem ter tido vivência prévia.

De toda forma, esse dado, por si só, já demonstra ser positivo, pois indica que muitos estudantes, de alguma forma, tiveram contato anterior com a temática e a vivência de serem representantes estudantis no Ensino Fundamental. Isso é vantajoso, sobretudo ao se considerar que é nessa faixa de idade, a chamada pré-adolescência, que eles começam a ter mais pensamentos abstratos e formular hipóteses, segundo Piaget (1972), no que o grêmio pode auxiliá-los.

Na pergunta 2, “Se tem grêmio no seu *campus*, você participa dele?”, obteve-se o resultado apresentado no Gráfico 02, a seguir.

Gráfico 02 – Participação no grêmio estudantil do *campus*



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Com o objetivo de verificar o nível de participação nos *campi* do IFPI que têm grêmio, 55,17% dos alunos especificaram que não participam, demonstrando que, na instituição, o engajamento não tem acontecido a contento para a maioria dos alunos, mesmo quando esse espaço de representação estudantil existe no *campus*.

Infere-se daí que, se a maioria já participou previamente de espaço de representação estudantil em outra escola, mas não o faz no ensino médio no IFPI, isto é ainda mais sintomático ao considerar que a experiência estudantil aconteceu na escola anterior, mas no *campus* não. O que permite supor que algo justifica ou ajuda a explicar esse baixo nível de engajamento estudantil como uma realidade na instituição.

Entretanto o baixo nível de participação nos grêmios estudantis não é uma especificidade apenas da instituição analisada – IFPI. Pesquisas comprovam essa realidade, como a de Figueirôa e Miranda (2021, p. 3), resultante de dissertação de mestrado da

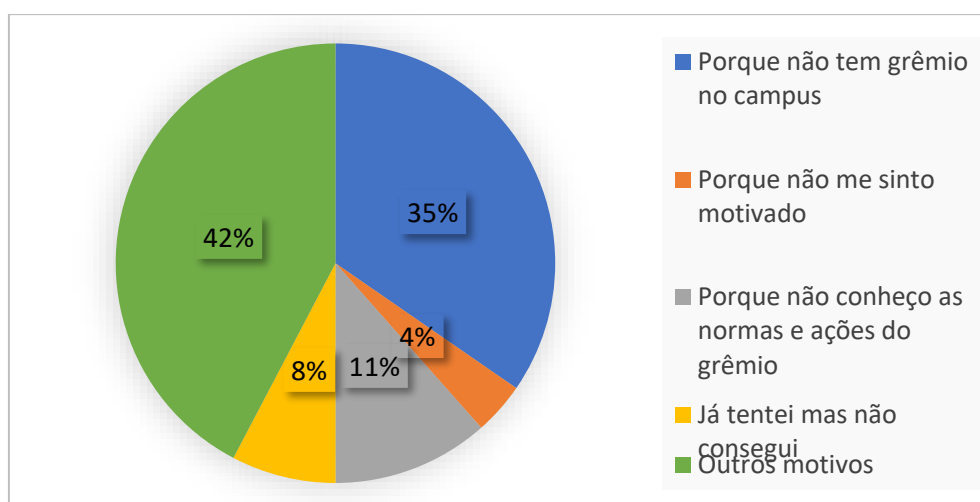
Universidade Federal Rural de Pernambuco, segundo a qual “[...] boa parte das escolas brasileiras ainda não se apresentam como espaço de promoção para o protagonismo infantojuvenil por meio dos grêmios estudantis”.

Deste modo, o protagonismo juvenil é fomentado em inúmeras normativas e legislações, como Estatuto da Juventude, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei do Grêmio Livre, contudo ainda não se efetivou plenamente.

Nesse sentido, a pesquisa se apresenta como prioridade no intuito de diagnosticar/compreender quais desafios e/ou agravantes têm se dado no IFPI que contribuem para a não implementação e/ou manutenção do grêmio estudantil nos *campi*, bem como no não envolvimento dos estudantes nele.

A pergunta 3, “Se não, porque não participa?”, foi direcionada apenas àqueles que anteriormente responderam que não participam de grêmio estudantil em seu *campus*, a fim de identificar os possíveis motivos principais para a não participação, com pedido para marcação de uma única resposta. Sobre isso, tem-se o Gráfico 03.

Gráfico 03 - Motivo(s) para a não participação



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A maioria dos estudantes (42%) não informou motivo específico para sua não participação, apontando outros motivos como a principal resposta, portanto não se sabe se marcaram essa opção por não se identificarem com nenhuma das outras apresentadas ou se sentiram receio, vergonha ou algo similar para marcar a resposta de fato desejada. Também não se sabe se “outros motivos” reflete uma possível atitude de indiferença ao fato de não participarem do grêmio estudantil.

Infelizmente a opção metodológica de questionário, em formato on-line, trouxe essa limitação à pesquisa no sentido de não se conseguir esclarecer com o respondente no ato do preenchimento do questionário alguma dúvida ou orientação que lhe possibilitasse marcar a sua

verdadeira intenção de resposta ou uma alternativa mais real sem receio de qualquer pré-julgamento por parte da pesquisadora. A esse respeito, Neves, Augusto e Terra (2020) indicam que os respondentes podem distorcer as respostas em questionários on-line, com ou sem intencionalidade, às vezes por não entendimento da pergunta.

Dando prosseguimento à análise, embora em menor proporção, também foram identificadas situações importantes, tais como: 11% dos estudantes atribuem sua não participação ao desconhecimento das normas e ações do grêmio (o segundo maior quantitativo de respostas). Isso aponta para a importância da ampla divulgação relacionada ao grêmio no espaço escolar, para contribuir, possivelmente, para o nível de engajamento estudantil, bem como é indicativo de lacuna/desafio para os grêmios na instituição.

Este dado reforça inclusive a fala de alguns entrevistados que apontaram um desconhecimento da comunidade acadêmica em torno do grêmio, o que acaba afastando alunos e gerando distorções por parte de todos, como se pode comprovar pela fala de uma estudante:

Acho que a instituição não, não tomava essa frente de incentivar os alunos a procurar saber o que é, procurar saber as funções [...] E aí eu queria incentivar as pessoas a buscarem porque as pessoas tem muito estigma também por ser um grupo só. Acaba que as pessoas criam um certo preconceito, pelo menos lá na escola, de que não vale a pena entrar (Estudante 2).

Além disso, 8% não conseguiram participar, a despeito de terem tentado, indicando possibilidades, como falta de acolhimento no espaço gremista, dificuldade de organização de sua rotina ou outras situações a serem vistas a seguir. E para 4% faltou motivação, mas, nesse momento, não se identificou se o prejuízo foi em face da motivação interna ou de condicionantes externos que afetaram a questão, o que caberia aprofundamento em outro estudo.

A pergunta número 4, “Se tiver grêmio estudantil no seu *campus*, você conhece?”, seguida dos desdobramentos: 4.1. Suas ações? 4.2. Suas normas? 4.3. Seus membros?”, objetivou avaliar se os estudantes conhecem os aspectos correlatos ao grêmio. O levantamento visava, ainda, tentar inferir se os dados podem ter alguma relação, por exemplo, com o nível de participação no grêmio ou se poderia configurar alternativa ao não engajamento com o grêmio estudantil.

Os dados e análise cruzada com as demais respostas indicam que, nos *campi* que possuem grêmio, quase 38% dos estudantes apontaram que conhecem as ações (e 31% não, que também é um percentual elevado). Mais de 44% conhecem os membros do grêmio. Contudo mais de 48% não conhecem suas normas. Desta forma, nota-se que o grêmio se faz mais conhecido pelos estudantes na instituição através das ações que desenvolvem cotidianamente ou naquelas em que se envolvem através de parcerias. Boa parte dos respondentes informou

conhecer os gremistas, estudantes que compõem o grêmio na escola ou de alguma forma estão diretamente envolvidos com ele.

Contudo carece ao alunado um melhor esclarecimento e conhecimento acerca das legislações internas e externas que respaldam o trabalho do grêmio, pois isso pode inclusive prejudicar o envolvimento dos alunos por não saberem qual o verdadeiro papel, função, responsabilidades, direitos e deveres que perpassam a constituição de um grêmio na escola e a influência disso para a construção de um protagonismo juvenil pleno e de uma sociedade democrática.

Amaro e Quadros (2016) corroboram que o desconhecimento dos estudantes acerca do espaço representativo do grêmio estudantil pode prejudicar a construção de uma real gestão democrática à medida que, de certa forma, pode afastar o público discente das agremiações. Neste aspecto, conhecer o grêmio e suas especificidades é uma estratégia oportuna para torná-lo uma realidade na instituição.

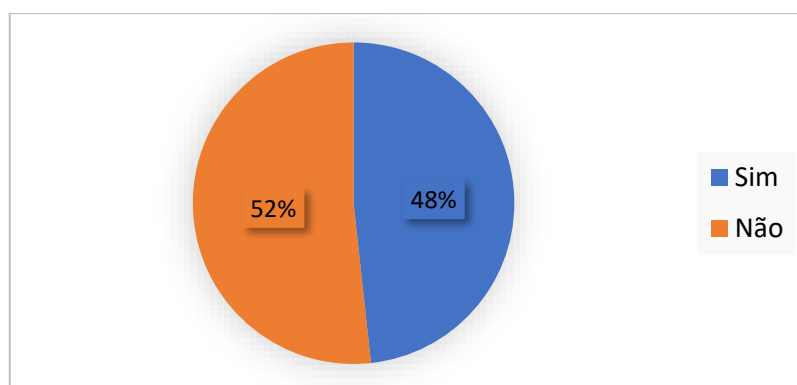
O conhecimento das normas é imprescindível para que os estudantes tenham ciência do real papel do grêmio, dos processos que dele fazem parte e da sociedade em geral. Tudo é relevante, como os documentos, etapas de implementação, dentre outros.

A estudante 1, em sua entrevista, apontou a importância de sua vivência no grêmio estudantil, no sentido supracitado:

Eu aprendi também muita coisa sobre direito, meio que a formação de uma ata, a formação de um horário. [...] Assim, quando eu vejo as reuniões na Câmara, sempre é meio o que a gente passava no grêmio (Estudante 1).

Outro aspecto relevante versa sobre a participação juvenil no espaço extraescolar, constante na pergunta 5: “Participa de algum espaço de organização e representação juvenil em sua comunidade (Conselho, Associação, Sindicato, Cooperativa, Igreja)?”, que originou o Gráfico 04:

Gráfico 04 – Participação juvenil no espaço extraescolar



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa.

A participação, como defende Bordenave (1994), não é algo natural, que nasce com o ser humano, pelo contrário, faz parte da sua constituição enquanto ser social que se (re)produz na relação com os outros, em coletividade. No que tange à participação escolar, ela se torna uma realidade mais (ou menos) consolidada à medida que se coloca também como uma realidade comum, acessível em casa, no bairro e nos demais espaços que os jovens frequentam para além da escola.

Assim, em relação à participação em espaço de organização e representação juvenil na comunidade, como exemplo de Conselho, Associação, Sindicato, Cooperativa, Igreja, 51,72% responderam que não. A partir daí, presume-se um contexto de não participação política dos respondentes, na comunidade em que moram, nesse tipo de organização especificamente, junto aos demais atores sociais que compõem o espaço público.

Alguns estudiosos, inclusive, fazem crítica à visão que associa de maneira quase que natural o jovem à política, como se existisse um único padrão de ser jovem e uma única forma de fazer política na sociedade, o que não condiz com a realidade, haja vista que as juventudes são múltiplas, e essa fase é permeada de características diversas, em que os jovens ora se colocam em uma postura mais combativa, ora mais apática (MESQUITA *et al.*, 2016).

Reconhecendo e concordando com essa visão crítica, a presente pesquisa com a pergunta em tela visou sondar a participação juvenil em espaços comunitários representativos que vêm a ser uma das possibilidades de atuação e intervenção política, mas não a única. Obteve-se, das respostas, um maior percentual de não participação em nenhum espaço do tipo.

Partindo do pressuposto de que a participação é um processo que só se constrói na prática, esse dado pode se relacionar com os 55% que apontaram, na pergunta 2, que não participam do grêmio escolar, nos *campi* onde ele existe, ou seja, a julgar que estes estudantes não têm vivência da participação em espaços de representação diversos, torna-se compreensível o não engajamento e participação no grêmio também.

Inclusive, a esse respeito, ao ser indagado se antes do grêmio já tinha histórico de participação em outros movimentos estudantis ou sociais, culturais, políticos, um dos estudantes entrevistados afirmou: “Eu sempre participei [...] mas nunca tinha realmente interesse” (Estudante 1). O que demonstra que havia algum tipo de participação anterior, mas de forma assistemática ou pouco engajada, a julgar pelo pouco interesse relatado.

Isso quer dizer que, se na vida cotidiana externa à escola o jovem não tem a vivência de engajamento político com as pautas coletivas e nem convive com outros atores que incentivam este processo reflexivo contínuo, dificilmente ele adentrará na escola com o nível de consciência crítica que dele se espera.

A esse respeito Rodrigues, Oliveira e Souza (2014) colocam que a forma como as atuais relações sociais tem se constituído, pautadas em valores como individualismo e imediatismo, prejudicam a participação social e a representação política e também impactam no engajamento juvenil com a coletividade, o que, por sua vez, prejudica a construção da cidadania que implica necessariamente ser/estar em sociedade.

Outro aspecto defendido pelos autores supracitados, que convém ser destacado no que tange ao baixo nível de participação política juvenil, é que: 1. isso, na realidade, diz respeito à participação como um todo, independente de idade e classe social; 2. tem relação direta com as condições socioeconômicas enfrentadas pela maior parte da população como também apresentou Gohn (2019) no referencial teórico; 3. também se relaciona ao sentimento de descrença para com a política brasileira e descrédito aos seus representantes políticos, bem como o misto de princípios democráticos e reacionários vigentes que interferem diretamente no relacionamento com o espaço público (RODRIGUES; OLIVEIRA; SOUZA, 2014).

A realidade distanciada de muitos jovens de uma formação política justifica ainda mais a importância de a escola promover, desde o ingresso nessa etapa de ensino, reflexões que perpassam por esses conceitos, no intuito de fomentar entre eles a representação estudantil como uma possibilidade concreta e profícua, atentando que isso é diferente de tentativas de manipulação aos estudantes em seus espaços de debate e demandas.

O que esta pesquisa defende, respaldada pelos dados coletados, é a necessidade de o acolhimento dessa demanda (relacionada aos grêmios estudantis) ser claramente estabelecida nas atribuições de setores que a instituição julgar como aptos, dentro da formação que possuem, para fomento do debate, pois isso poderia ajudar na sistematização do trabalho cotidiano junto aos estudantes e repercutir na criação, reativação e manutenção dos grêmios estudantis.

A definição de que hoje não existe na atribuição de nenhum dos cargos que compõem a equipe multiprofissional do *campus* pode ser indicada como uma lacuna e dificuldade para uma maior consolidação da representatividade estudantil na instituição, assim como essa atribuição demandaria também capacitação aos servidores, conforme as entrevistas mostrarão adiante.

Assim, é preciso incentivar tais experiências dentro e fora da escola, em casa, no bairro, nos demais espaços de lazer e cultura para que o jovem não só execute aquilo que lhe determinam, mas possa ocupar os diversos espaços que lhe cabem, refletindo acerca de si e do mundo que o cerca e enxergue, no grêmio estudantil, um espaço de representação juvenil rico em potencialidades, inclusive na sua formação.

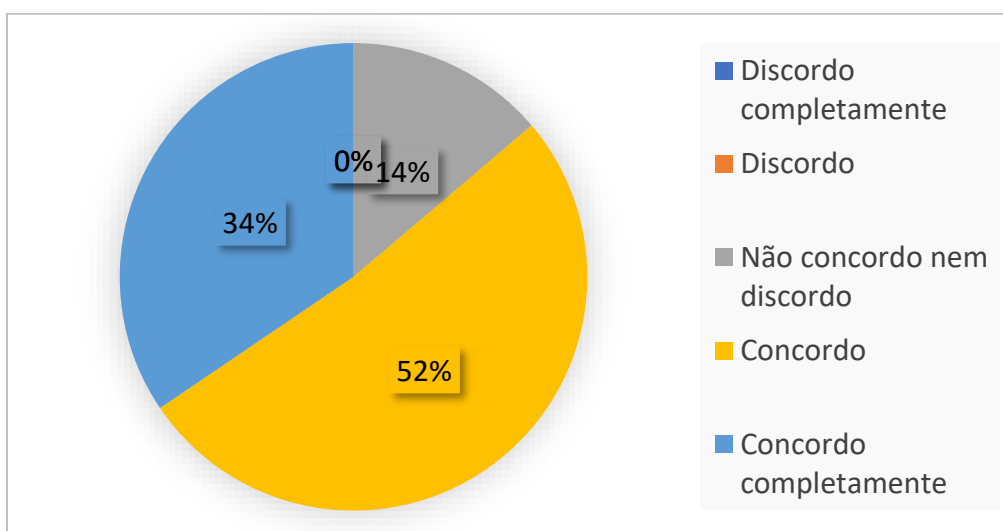
A dimensão formativa é central no âmbito do debate entre grêmio estudantil e protagonismo juvenil, pois, para além de um espaço de representação, é também um espaço

que, pela sua natureza e especificidades, pode potencializar a formação dos estudantes na perspectiva da autonomia e criticidade, que são tão importantes na educação profissional e tecnológica.

Autonomia, inclusive, é direito dos jovens, estabelecida na Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, popularmente conhecida como Estatuto da Juventude, que tem como um dos princípios a “promoção da autonomia e emancipação dos jovens” (BRASIL, 2013). Por conseguinte, deve ser promovida e incentivada pelos diversos agentes públicos e privados e nos diversos espaços onde os jovens estejam inseridos, dentre eles a escola, instituição essencial para este fim.

A pergunta 6, “O grêmio estudantil contribui para a formação dos alunos?”, objetivou obter dados para aferir o nível de concordância dos estudantes a essa indagação e gerou o Gráfico 05:

Gráfico 05 – Contribuição do grêmio estudantil para a formação dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

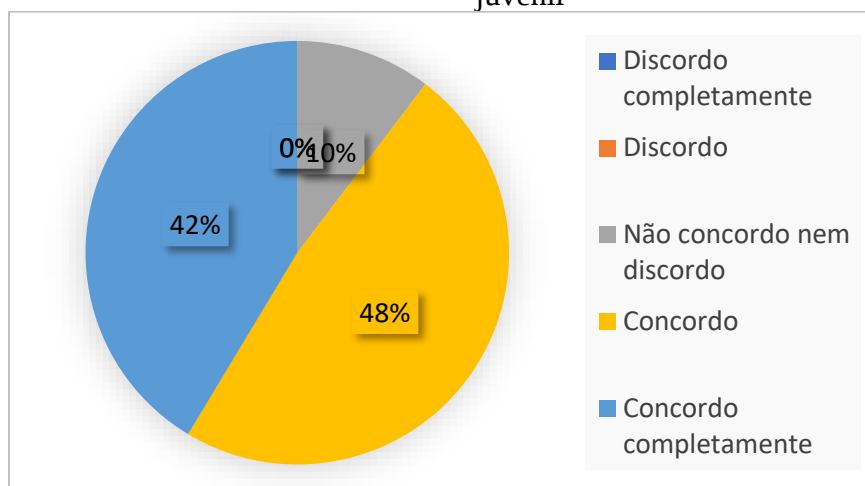
A esse respeito, quase 52% dos estudantes concordam que o grêmio contribui para a formação dos estudantes, seguido de 34% que concordam completamente com esta afirmação. Assim, dentre os estudantes que preencheram o questionário, um percentual elevado (86%) compreende a relevância do grêmio para a formação do alunado, o que permite inferir que, mesmo nos campi onde a maioria dos estudantes não participa do grêmio, ainda assim os discentes concordam com a dimensão formativa deste órgão.

Isso, por si só, já pode ser indicado como um dos atenuantes à resistência ou dificuldade de implementação ou manutenção do grêmio nos *campi*, pois há indicativos de que os alunos possuem uma compreensão positiva acerca da relevância do grêmio para sua vida acadêmica e

pessoal também, o que pôde ser confirmado na fala de um entrevistado que disse: “Eu tive que aprender a lidar com situações que eu nunca iria lidar se não participasse” (Estudante 2).

Com vistas a inferir a percepção dos alunos sobre se a sua participação em grêmio estudantil contribui para o protagonismo juvenil, a pergunta 7, “A participação dos alunos em grêmio estudantil contribui para o protagonismo juvenil”, gerou o Gráfico 06:

Gráfico 06 - Participação dos alunos em grêmio estudantil contribui para o protagonismo juvenil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Aferiu-se do gráfico que 48% concordam que a participação dos alunos em grêmio estudantil contribui para o protagonismo juvenil, seguido de 42% que concordam completamente com esta afirmação. Logo cerca de 90% dos estudantes reconhecem que o engajamento estudantil com o espaço de representação legítimo na escola, como o grêmio, contribui para o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Esse entendimento traz a reflexão no sentido de buscar compreender: se concordam, por que não participam na mesma proporção? Para melhor compreensão da dúvida, vejam o quantitativo de 55% que não participam do grêmio existente no seu *campus* (pergunta 2). Isso sugere que, em tese, a maioria compreende a importância e riqueza do grêmio inclusive para serem mais protagonistas de seus projetos de vida, mas ainda não conseguiu transcender para o nível vivencial, ou seja, a escola ainda possui desafios que se colocam como barreiras à representação juvenil nos grêmios, sem obviamente desprezar os aspectos de ordens diversas que também interferem diretamente nessa realidade.

Neste aspecto, não se pode deixar de considerar que a escola, enquanto parte da sociedade, e o grêmio, enquanto parte da escola, se inserem em um contexto sociopolítico mais amplo, do qual resultam relações internas e externas com os diversos sujeitos, embates, interesses que, a depender, podem se constituir como facilitadores ou dificultadores da mobilização estudantil no espaço do grêmio (BARBEIRO; SALVADOR; MEZZAROBÀ,

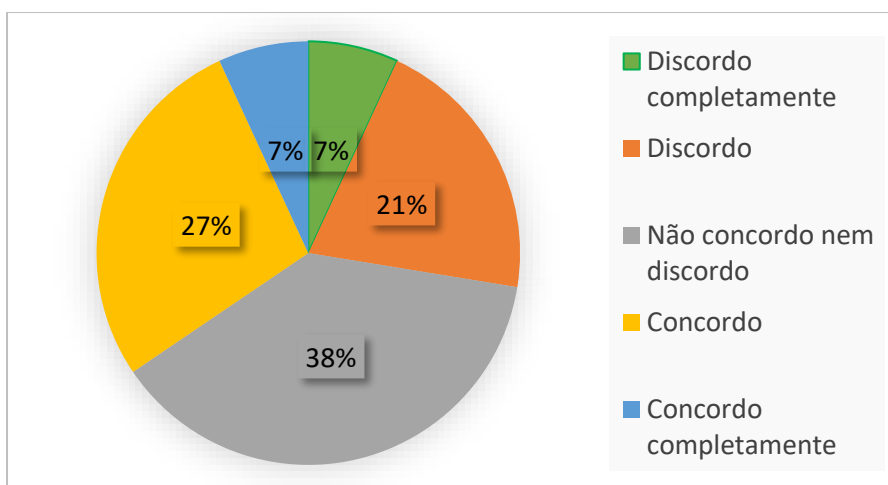
2019). Podem, assim, gerar essa distância entre a percepção dos estudantes sobre a importância do grêmio e o seu efetivo engajamento nele.

Há, portanto, a necessidade de maior aprofundamento em estudos posteriores no intuito de verificar as questões que têm dificultado uma ampla participação estudantil na realidade da instituição analisada – o IFPI. Nesta perspectiva, novamente a pesquisa se mostra oportuna em compreender o grêmio como espaço legítimo e legalmente constituído, mas que, na prática, assim como a escola como um todo, é carregado de particularidades, resistências que precisam ser analisadas, enfrentadas para que o protagonismo juvenil possa se efetivar nos espaços dos quais os jovens dispõem na escola e também fora dela.

O currículo praticado na escola, bem como o oculto, são fatores que, de modo decisivo, podem contribuir ou dificultar a construção de um protagonismo juvenil real pautado na autonomia e consciência crítica. Por currículo oculto entende-se aquele que está para além dos documentos, normativas, diretrizes, e representa o currículo praticado; é aquele relacionado às experiências e vivências no espaço da escola, orientado e influenciado por princípios, valores, visões, convicções que também fazem parte do ensino (ARAÚJO, 2018).

Por isso, o questionário na pergunta 8, “As disciplinas do seu curso abordam o tema de protagonismo juvenil”, objetivou saber o que pensam os estudantes a respeito, gerando o Gráfico 07:

Gráfico 07 – As disciplinas do curso abordam o protagonismo juvenil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Vale pontuar que esta foi a pergunta com maior divisão na quantidade de respostas, obtendo marcação em todas as alternativas, o que pode indicar que, de fato, os estudantes possuem opiniões bem divergentes sobre este aspecto ou não escolheram a opção que de fato desejavam ou realmente não possuem ainda clareza quanto a isso.

Quando perguntados se as disciplinas do seu curso abordam o tema do protagonismo juvenil, quase 38% afirmaram que não concordam e nem discordam como resposta predominante, o que indica uma lacuna que institucionalmente pode e deve ser melhorada, uma vez que anteriormente 48% dos estudantes concordaram com a contribuição do grêmio estudantil para a formação dos alunos e 51% concordaram que a participação dos alunos neste espaço contribui para o protagonismo juvenil. Então, pode-se inferir que, em alguma medida, o aluno reconhece a relevância do papel do grêmio para sua formação acadêmica e pessoal e o reflexo desse engajamento para que os jovens se tornem protagonistas de si e do mundo. Entretanto, se não possuem opinião formada sobre a abordagem dessas temáticas pelas disciplinas, e 21% inclusive discordam da afirmação, então provavelmente este aspecto não tem funcionado adequadamente ou ainda constitui um dos desafios para uma plena atuação do grêmio ou para sua manutenção nos *campi*, o que pode até mesmo ajudar a explicar este cenário de quase total inexistência de grêmios ativos na instituição.

Se, com as opções de concordar ou concordar totalmente com a afirmação acerca da abordagem das disciplinas a respeito do tema do protagonismo juvenil, a maioria dos estudantes indicou uma resposta inconclusiva, possivelmente eles não enxergam com total clareza e convicção a abordagem/reflexão dessas temáticas no currículo escolar (praticado e oculto).

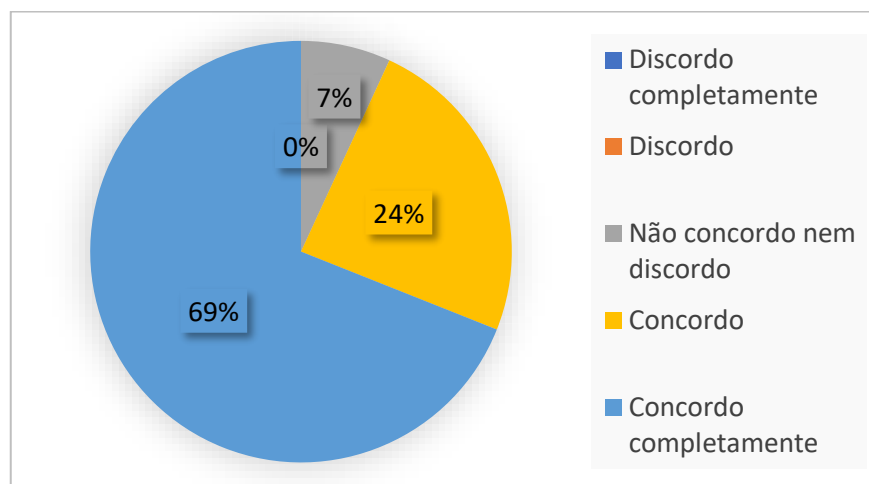
Repensar o currículo é não só uma necessidade, como uma urgência que atravessa a educação pública, pois proporcionar aos alunos acesso aos conhecimentos essenciais para compreender o currículo como espaço de poder e conflitos representa um compromisso com uma formação comprometida com valores sociais de justiça, igualdade e democracia, o que exige jovens conscientes e críticos (LOPES; BUENO; MACHADO, 2018).

A partir disto, a pesquisa apreende que este se configura como um dos desafios que, sem dúvida, repercutem/podem repercutir, sobretudo negativamente, na atuação do grêmio estudantil, vez que o contato com essas discussões nas disciplinas, em sala de aula, bem como em atividades e projetos extraclasse, trariam aos jovens subsídios que, com certeza, incentivariam a conhecer acerca dos movimentos estudantis. Além disso, poderia levá-los a refletir sobre a função deles na escola e na sociedade, podendo assim resultar em um maior nível de protagonismo juvenil e de organização gremista.

Teóricos, como Moura (2016), Ramos (2014) e Pacheco (2010) apontam que a função social da escola inclui uma formação para além do mercado de trabalho, uma formação humana integral que dialogue com as realidades e subsidie os jovens na capacidade de leitura e intervenção, que inclusive é princípio básico da EPT. Para melhor compreensão deste aspecto,

dispôs-se a pergunta 9 do questionário, “A escola tem o papel de discutir com os alunos sobre cidadania, participação política, protagonismo juvenil”, a qual originou o gráfico 08, a seguir:

Gráfico 08 – Papel da escola na discussão de temáticas sobre protagonismo juvenil



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Os dados coletados reforçam essa posição ao indicar que praticamente 69% dos estudantes concordam completamente que a escola tem o papel de discutir com os alunos sobre cidadania, participação política, protagonismo juvenil, seguido de 24% que concordam, totalizando 93% que são favoráveis à afirmação. Desta forma, vislumbra-se que quase a unanimidade entre os estudantes pesquisados reconhecem a importância de um olhar integral, uma formação completa que rompa com o tradicionalismo o qual privilegia a escola como espaço de preparo para o mercado de trabalho e ingresso nas universidades que ainda se faz presente no currículo escolar praticado e oculto.

Se 93% concordam que a escola tem o papel de discutir as temáticas relativas à cidadania, democracia e afins, mas quase 38% não concordam e nem discordam que as disciplinas do curso abordam o tema do protagonismo juvenil, daí se infere a existência de uma lacuna que pode residir na carência de uma abordagem efetiva e sistemática pelo currículo do ensino técnico integrado ao médio no que tange a esses temas.

A formação do currículo não se dá de maneira neutra, pelo contrário, reflete e reproduz os projetos, valores e concepções de sociedade e de mundo, dando corpo aos saberes, conhecimentos e habilidades que se julgam importantes e válidos de serem construídos e possibilitados ao longo do processo. Silva (2011) reporta-se à questão ao pontuar que essa construção se relaciona a questões de poder que muitas vezes não se estabelecem de maneira transparente. Assim, os dados levantados sugerem que o currículo não tem abordado temas transversais relativos ao protagonismo juvenil, o que pode indicar um desafio que a instituição ainda precisa superar no sentido de fazer valer a sua missão social de prestar um atendimento

de excelência voltado às demandas sociais. O que só poderá ocorrer a partir da inclusão, no cotidiano escolar, de temas que proporcionem aos jovens pensar a escola, a comunidade e a sociedade da qual fazem parte.

Destarte, o cenário é favorável a um efetivo engajamento das juventudes nos seus espaços de representação, visto reconhecerem a importância deles e a função social da escola junto à dimensão formativa não só para o mercado de trabalho, mas para a vida e todas as suas nuances.

Contudo alguns fatores se colocam historicamente como impeditivos ou agravantes à construção e consolidação de uma gestão escolar realmente democrática e ao fortalecimento dos órgãos representativos dos estudantes, como, por exemplo, a ausência e/ou precariedade no trato das questões pertinentes pelo currículo escolar, dentre outros aspectos de naturezas diversas que prejudicam um real protagonismo juvenil dentre os discentes.

4.2 Análise das entrevistas: ampliando o olhar sobre o problema de pesquisa

Com vistas a encontrar outros dados que pudessem complementar aqueles inicialmente obtidos nos questionários aplicados, bem como obter subsídios que permitam aprofundar a temática estudada, lançando luz sobre o problema de pesquisa, definiu-se como oportuna a aplicação de outra técnica, a entrevista. O tipo escolhido foi o semiestruturado, a partir de um roteiro pré-estabelecido, com perguntas abertas previamente elaboradas e outras que surgiram no momento, conforme a necessidade.

Reitera-se, aqui, que, atenta à proposta da banca de qualificação para extrapolar a percepção de estudantes e servidores acerca do grêmio estudantil e buscar problematizar a realidade tal como se apresenta hoje no que tange às dificuldades que perpassam a atuação gremista no IFPI, a sua contribuição para o protagonismo juvenil e o impacto disso na EPT, a pesquisadora buscou abordar, nas entrevistas realizadas, perguntas que pudessem complementar aquelas inicialmente previstas no roteiro, no intuito de obter subsídios ou indicativos de lacunas que representam obstáculos para uma plena efetivação dos espaços de representação estudantil na instituição.

Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas com gestores da Pró-Reitoria de Ensino; Diretores de Ensino de três *campi*, escolhidos a partir dos critérios de: 1. ter grêmio; 2. nunca ter tido; e 3. já ter tido e não ter no momento, com o objetivo de investigar a percepção dos gestores acerca da importância do grêmio estudantil como espaço participativo e democrático na instituição. Também foram entrevistados dois estudantes presidentes de grêmios ativos com

o intuito de verificar a percepção dos alunos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPI acerca da importância do grêmio estudantil para o exercício da cidadania e protagonismo juvenil. No total, foram realizadas sete entrevistas.

A entrevista, segundo Gerhardt e Silveira (2009), é uma importante técnica que privilegia a interação social, de forma dialogada, onde uma parte deseja obter dados necessários à pesquisa e a outra parte possui as informações relevantes. E foram oportunas para ampliar a compreensão acerca da problemática de pesquisa.

Da aplicação desse instrumental, apreendeu-se que a (res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil perpassa naturalmente pelo reforço às inúmeras possibilidades que o grêmio possui como um espaço de representação estudantil. Os estudantes reconhecem sua relevância (vide os dados dos questionários). Contudo, sem perder de vista a especificidade institucional, aquilo que atribui aos Institutos Federais uma identidade única, a indissociabilidade dos quatro pilares da EPT – Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura – que contribui para a efetivação de uma educação de fato emancipadora.

Para tanto, é imprescindível, a princípio, conhecer a realidade posta, em nível de escola e comunidade, pois conhecê-la é o que torna possível intervir sobre ela. A partir disso, as juventudes imbuídas de suas experiências, vivências, saberes, ampliam seu olhar sobre a realidade sócio-histórica, agem, em um contínuo processo de ação-reflexão e, com isso, conseguem promover as mudanças necessárias, seja na escola, na comunidade, seja na sociedade (FREIRE, 1983).

O levantamento dos desafios e o estabelecimento de alternativas de enfrentamento a eles implicam reconhecer que a escola e o grêmio, especificamente, possuem limitações de várias ordens, são perpassados por conflitos, embates subjacentes ao jogo de poder e relações que deles fazem parte.

Nesse sentido, as mudanças necessárias são muitas vezes de ordem micro e macro, o que demanda maior organização, reflexão por parte de todos os sujeitos que compõem a educação (estudantes, servidores, gestores, famílias, comunidades). Enfim, exige uma intencionalidade político-pedagógica que coadune com os princípios da EPT de formação humana integral e de valores sociais de democracia, cidadania e criticidade. O fato é que, a despeito de todas as limitações, a escola ainda é uma instituição imprescindível para o fomento da formação política das juventudes brasileiras (RODRIGUES; OLIVEIRA; SOUZA, 2014), especialmente aquelas das classes mais vulneráveis que são a maior parte na educação pública e também nos IFs.

A coleta de dados primários, através desse instrumental, levou a duas categorias finais divididas entre: 1. possibilidades para a atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil e 2. desafios à atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil. Dentro delas incluíram-se categorias iniciais e intermediárias que serão melhor analisadas nesta seção a fim de lançar luz ao problema de pesquisa e à consecução do objetivo geral do estudo, partindo do referencial teórico que respaldou o trabalho.

4.2.1 Possibilidades para a atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil

A princípio, os pontos positivos em torno do grêmio estudantil destacados nas falas dos entrevistados foram definidos como categorias iniciais que serão melhor explanadas em breve e agrupadas nas seguintes categorias intermediárias: 1. relação com a gestão; 2. relação com a escola e a comunidade; e 3. potencialidades do grêmio. Estas, por sua vez, agrupadas levaram à categoria final: possibilidades para atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil.

Um dos aspectos fortemente apontados nas entrevistas diz respeito à importância da gestão democrática escolar como um dos aliados favoráveis (e na verdade imprescindíveis) à atuação do grêmio estudantil, a exemplo:

Quando vai para esse lado de direção, direção de ensino, que a gestão, a gente já vê de outra maneira. Então diante disso aí, na minha concepção, é gestão democrática né, é aquela na qual a gente prioriza a participação coletiva de todos, da comunidade interna e da comunidade externa (Gestor 2).

[a gente tem] Buscado a participação tanto dos docentes, dos discentes, dos TAES e da comunidade escolar, de todos para que a gente possa fazer a tomada de decisões, possa fazer nossos planejamentos (Gestor 1).

Estudiosos, como Paro (2016), defendem que a gestão democrática escolar pode superar o discurso de utopia como é retratada por alguns no debate acadêmico, contudo é um caminho tortuoso que demanda o conhecimento crítico e consciente das condições objetivas e contradições concretas da realidade, para o que este trabalho pretende contribuir.

Os entrevistados reconhecem, em suas falas, que é de suma importância a escola reforçar o protagonismo juvenil e, conseqüentemente, o papel do grêmio. Inclusive a maioria dos sujeitos reconhece a função primordial desse órgão na representação de demandas junto à gestão escolar; vide o seguinte trecho:

A gente não forma um cidadão sem ele ser protagonista porque a educação acima de tudo tem que ser algo que instrumentaliza as novas gerações para que eles tenham condições de tomar decisões e de participar de todas as instâncias que se refere à vida dele (Gestor 4).

Destaca-se que, legalmente, o grêmio é esse espaço de representação, no qual estudantes

eleitos por seu coletivo, a partir de processo democrático, definem um grupo para representá-los no que diz respeito às suas demandas, necessidades, críticas, sugestões, anseios, com a consciência, claro, de que representatividade não significa necessariamente unanimidade entre todos os estudantes e de que, nessa relação grêmio-escola, nem sempre suas solicitações se fazem possíveis por inúmeros motivos.

Neste sentido, observa-se, a partir das falas, que os entrevistados reconhecem que o grêmio estabelece estratégias junto à gestão para otimizar sua atuação, que perpassa pelo planejamento conjunto de ações, diálogo prévio das intenções e demandas, intermédio para resolução de conflitos. Ao mesmo tempo, a gestão também coaduna dessas estratégias como benéficas para a consolidação do grêmio, como se extrai das falas:

E a gente também tentava agradar eles pra sempre ter eles ao nosso lado. É..pra sempre não dificultar tanto a nossa comunicação (Estudante 1).

E é um diálogo bom porque ele não é um diálogo homogêneo, ele tem uma multiplicidade de entendimentos, E isso enriquece nosso diálogo e as vezes até a nossa visão porque a gente muitas vezes por tá na gestão [...] pensamos que só nós podemos estar conduzindo esse processo. Então quando eles trazem questões [...] nos faz também refletir e ver o quanto é positivo a atuação do grêmio dentro da instituição (Gestor 5).

Quer dizer, o processo de construção democrática é uma troca entre grêmio e escola, que enriquece a todos, inclusive os servidores que passam a ter novos olhares, a acreditar que, sem o intermédio do grêmio, algo não teria acontecido. Entretanto também é necessário atentar para o limite para que essa busca por “agradar a gestão” não se torne uma relação de subserviência. O estabelecimento de parcerias é fundamental para que o grêmio possa existir/se manter e também para uma real gestão democrática, mas a problematização e eventuais impasses são naturais ao processo e até o enriquecem. E, nesse aspecto, deve-se investir na mediação, pautada no diálogo, criatividade e cooperação (ALMEIDA, 2009).

Exemplos de parcerias frutíferas que possibilitaram ao grêmio participar de todas as etapas do processo, desde o planejamento, destacam-se na fala deste estudante:

alguns eventos não são organizados diretamente pela gente, mas as pessoas nos buscam pra ajudar eles [...]. Em 2019 os professores do grupo NAPNE organizaram um evento sobre diversidade [...]. Eles nos procuraram novamente para parceria, para gente ajudar a organizar todo o roteiro de como seria, do que seria mais atrativo para os alunos, de como conversar melhor com os alunos. E aí a gente buscou alunos até para se apresentar, teve teatro, teve música (Estudante 2).

E complementa:

A gente também fez parceria com setor de Psicologia, a gente conversou com a psicóloga se ela precisasse de ajuda pra qualquer coisa. A gente desenvolveu um projeto com a psicóloga nos banheiros femininos (Estudante 2).

Desta maneira, a pesquisa compreende que as parcerias não só são importantes ao crescimento dos gremistas, à gestão escolar, como também são imprescindíveis para a consolidação do grêmio, cujo trabalho se faz em rede, pois o fazer coletivo é permeado por dificuldades e a rede de suporte é um atenuante neste processo (GUIDARINI; NUNES, 2016).

Em contrapartida, há um outro tipo de participação não ideal, também identificada em algumas passagens, que se resumem à consulta de opiniões, desenvolvimento de atividades pontuais às vezes condicionada à presença de adultos, especialmente as do tipo recreativo, de lazer, culturais, além daquelas de cunho socioeducativo.

Teóricos, como Bordenave (1994), indicam que, embora este não seja o tipo de participação ideal, ela não deve ser totalmente tolhida, pois ainda assim é positivo se considerar que a partir dela os jovens evoluem e se fortalecem para um nível de participação ideal, pautada na tomada de decisões em todas as etapas do processo. Neste mesmo sentido, Johann (2015) reforça a relevância de pensar a participação para além da dimensão meramente colaborativa, que também é importante, mas ainda limitada.

Pode-se estabelecer, ainda, que a escola dificilmente conseguirá alcançar um nível de participação que idealmente se espera dela, contudo os gestores e todos os atores envolvidos devem continuar permanentemente buscando (LUCK, 2009).

Gestores e estudantes entrevistados também defendem que o grêmio contribui para a construção e consolidação de uma gestão democrática escolar. Inclusive, respaldado pelo restabelecimento de normas no período pós-Ditadura, a exemplo da Lei do Grêmio Livre, o Instituto Federal do Piauí definiu normativas institucionais, como o Regimento Interno, o Plano Diretor Institucional – PDI (vide Meta 2 do Objetivo Estratégico 5 – IFPI, 2020), dentre outros, que amparam a existência desse espaço de representação. Evidente que as normas por si só não garantem que os grêmios surjam ou se mantenham atuantes, mas é o primeiro passo.

A literatura acessada no referencial teórico por ocasião do estudo permite apontar inúmeros ganhos e aspectos positivos oportunizados pela vivência gremista, os quais também foram apreendidos nas falas dos entrevistados e organizados na categoria (intermediária) que versa sobre a relação com a escola e a comunidade.

A princípio, observou-se que um dos principais ganhos perpassa pela capacidade de mobilização dos estudantes entre si e do coletivo. Inclusive a representação das demandas estudantis, via de regra, acontece quando os alunos se mobilizam em torno de pautas coletivas que, portanto, são de interesse comum. A partir daí, os estudantes precisam se mobilizar, traçar prioridades de atuação, intermediar os sujeitos necessários para o pleito ou ação. Assim, à medida que os estudantes se mobilizam na sua atuação interna, também emergem demandas

que ultrapassam o espaço da escola, atingem a comunidade no entorno e requerem uma articulação mais ampla.

Essa realidade coaduna com a função da escola, transmitida na fala:

Mas se eles não se organizarem de forma autônoma [...] aí a gente não vai estar realmente efetivando as políticas de participação democrática em relação aos estudantes (Gestor 4).

Você se prepara para resolver coisas que provavelmente você precisa resolver no futuro e que a escola não tá ali para lhe dar. Se você conseguir resolver aquilo você realmente provoca um crescimento individual. Isso você aprendeu na escola, mas não foi a escola quem lhe deu (Estudante 1).

Além disso, o grêmio também possibilita a socialização juvenil à medida que estabelece e reforça as relações interpessoais dos gremistas entre si e destes com os demais estudantes, representando um ganho que tende a fortalecer o protagonismo juvenil quando os discentes se reúnem para o trabalho de intervenção demandado pela organização. A escola, acredita-se, é instituição promotora das experiências, vivências e identidade das juventudes (SIQUEIRA, 2021).

Uma das possibilidades apontadas na coleta versa sobre a articulação de demandas intercampi ou com outras instituições de ensino, a exemplo do que aconteceu especialmente por ocasião das manifestações populares decorrentes do corte do orçamento da educação em meados de 2020 ou para representação do grêmio em algum evento regional/nacional.

A articulação que os estudantes gremistas e outros efetuam com os demais *campi* do IF e também com outras instituições se inscrevem, de certa forma, em uma relação com a comunidade e contribuem para a aquisição de habilidades e competências entre os jovens, pautadas em valores de diálogo, resolutividade, comunicação e, assim, favorece um maior protagonismo juvenil, como se comprova na fala:

Pra muitas pessoas que participaram eu acredito que contribuiu muito para essa questão de protagonismo, de buscar conhecer seus direitos porque principalmente ano passado, quando teve muitos cortes na educação a direção não podia ir atrás de manifestação, essas coisas né. E aí eu tive, eu participei juntamente com outros grêmios...foi uma das primeiras vezes que a gente conseguiu integrar com outros grêmios da cidade (Estudante 2).

A vivência oportunizada pelo grêmio envolve trâmites burocráticos que vão desde a composição e eleição da chapa, campanha eleitoral, definição de planejamento de atuação estabelecido a partir das prioridades e possibilidades, até a elaboração de estatuto do grêmio e outros documentos necessários para sua atuação, articulação com os diversos sujeitos que fazem parte do espaço escolar.

Tais procedimentos, em menor escala, se assemelham àqueles que fazem parte dos processos democráticos sociais, sendo este um dos aspectos destacados nas entrevistas:

Sempre tem uma secretária que faz a ata, tem um tesoureiro, tem o presidente da câmara, tem o vice-presidente, tem os vereadores que trazem os projetos no papel, numa papelada e o presidente da câmara analisa o projeto e caso ele queira ele assina embaixo [...] Por todo tem uma votação ao todo. E era a mesma coisa que acontecia no grêmio (Estudante 1).

Eu tive que organizar eventos e falar com pessoas que eu nunca falaria se eu não estivesse lá dentro buscando organização de manifestação estudantil [...]. Eu não conhecia a UBES, a UNE. E aí eu conheci eles através do grêmio [...] Então acho que é muito importante para conhecer principalmente quem nos representa por aí afora (Estudante 2).

O estudante, a partir das experiências proporcionadas no (e através do) grêmio, tem maiores possibilidades de adquirir conhecimentos práticos sobre a vida em democracia, como a questão da representatividade, os trâmites burocráticos, a relevância da formação política para a coletividade, o que enriquece a práxis educativa. Antunes (2016), nesse sentido, defende que o alcance de uma educação pública de qualidade perpassa necessariamente pelo fortalecimento dos espaços representativos diversos no âmbito escolar, a exemplo do grêmio.

Assim, haja vista que a educação profissional e tecnológica é destinada aos filhos da classe trabalhadora brasileira, especialmente aqueles das camadas mais populares, o papel do grêmio na instituição pode adquirir ainda mais centralidade, no sentido de contribuir desde os primeiros momentos da formação de nível Técnico Integrado com o desenvolvimento de um estudante e também um trabalhador mais politizado, consciente e crítico de si e do entorno.

Corroborando esse entendimento, Oliveira (2019, p. 92) destaca que, com a presença “[...] de um grêmio - local identificado para aplicação da práxis democrática por parte do corpo estudantil, a escola [...] torna-se também um lugar de formação política”.

Pela lógica, posteriormente, esses trabalhadores, inseridos no mundo do trabalho, construirão relações sociais em uma sociedade capitalista. Com isso, é de suma importância que eles tenham uma formação atenta a tais questões e nuances, aos valores sociais e projetos de mundo vigentes. E nesse sentido a escola e seus espaços colegiados e representativos se mostram oportunas ferramentas colaborativas nesta dimensão formativa.

A coleta de dados apontou inúmeras potencialidades que o grêmio pode promover, fortalecer e contribuir junto ao alunado. O primeiro aspecto diz respeito ao crescimento individual possibilitado pelo grêmio que ultrapassa o âmbito escolar, alcançando igualmente a dimensão pessoal (e social). Nesse aspecto, gestores e estudantes entrevistados convergem que a experiência junto ao grêmio suscita perspectivas, olhares, compreensões diferenciadas perante a sua vida e sua constituição enquanto parte de um todo, enriquecendo a formação integral:

É uma relação de formação imprescindível e quem passa por esse processo com certeza tem uma visão de cidadania e de direitos político-sociais

completamente diferente [...] principalmente porque se trata de alunos secundaristas que estão ali numa adolescência né, num processo de formação (Gestor 5).

Isso me amadureceu bastante, aprendi muito a viver, aprendi a me responsabilizar pelos outros. E que não é só eu que defino meu futuro. E tudo ao meu redor vai definir isso. Aprendi muito (Estudante 1).

Freire (2008) reconhece que a aprendizagem no ambiente escolar acontece nos mais variados espaços, sendo a sala de aula apenas um deles, mas não o único. Esta pesquisadora concorda com tal entendimento que, nessa linha de raciocínio, apresenta o grêmio como um espaço de múltiplas aprendizagens, pois oportuniza o acesso a saberes diversos, à medida que muitos conhecimentos teóricos das disciplinas e também temas transversais são mobilizados nas suas vivências, além de ganhos de outras naturezas, conforme pontuado anteriormente.

As aquisições adquiridas pelos estudantes, no espaço participativo e democrático do grêmio, são apontadas por um gestor também nos processos de mobilização, planejamento, avaliação, articulação das ações junto aos setores/servidores/estudantes/comunidade, na fala:

A autonomia que eles passam a ter porque eles vão tomar decisões primeiro, eles vão se planejar pra fazer algo né, eles vão realizar aquela atividade, eles vão convidar as pessoas né, eles vão repensar num tema que esteja presente na sociedade que os alunos precisam saber (Gestor 1).

Esta perspectiva, que deve estar presente no currículo escolar, vai ao encontro da função social da instituição. E vários parceiros convergem para que essa finalidade seja alcançada. O grêmio estudantil é um deles e auxilia nesse processo à medida que, enquanto espaço representativo das juventudes na escola, pode ser capaz de identificar pontos a serem retirados, incluídos, melhorados com vistas a promover um processo de ensino e aprendizagem cada vez mais atento às realidades juvenis.

Quando o grêmio intervém nessa construção, ganha a escola que pode (re)ver seus planos, ações, metodologias, currículos, aproximando-se assim cada vez mais de um ensino que não se preocupe tão somente em cumprir as normas burocráticas, como também ganham os estudantes que têm acesso a um processo educativo com mais sentido e significado.

Para tanto, a relação entre educação, democracia e formação política precisa se basear em um debate e em condições favoráveis para que os sujeitos envolvidos possam cada vez mais estar comprometidos com o bem comum (OLIVEIRA, 2019).

A potencialidade relativa ao fomento do protagonismo juvenil, na perspectiva da formação cidadã a partir da atuação gremista, se faz ainda no momento em que os jovens se posicionam, intervêm, atuam e, com isso, têm a oportunidade de vivenciar uma cidadania e

autonomia, baseadas em uma consciência crítica da realidade, ressaltando a omnilateralidade – princípio da educação profissional e tecnológica, ao que o grêmio deve sempre estar atento.

Ademais, a democracia invariavelmente requer o respeito às diversidades de culturas, gêneros, raças, pensamentos, religião, dentre outros. Nesse sentido, as falas também apontaram o grêmio como espaço de socialização e respeito a valores sociais fundamentais, como empatia e cooperação, que demandam o pensar sobre si como indivíduo, sobre si como parte do todo e sobre o outro. Vide a fala:

Na nossa chapa tinha muita diversidade, tinha gay, tinha branco, hétero, tinha negro, tinha mulher, tinha homem [...] A gente tentou reunir tudo de diferente que tinha no *campus*, diferente entre aspas para uma chapa só (Estudante 1).

À medida que diferentes pessoas convivem e se relacionam em busca de objetivos comuns, é natural que conflitos venham à tona, impasses se estabeleçam, divergências se apresentem, relacionamentos se desenvolvam, preferências e ideais se manifestem, haja vista que a unanimidade nem sempre é possível e, com frequência, não se alcança. São esses detalhes, vivenciados por pessoas reais, que proporcionam a convivência com o diferente e o diverso, incentivando o respeito à diversidade. A gestão também reconhece esta vantagem:

o grêmio ele também não tem uma voz de unanimidade dentro da instituição, ele representa a voz da maioria. Isso muitas vezes causa esse não entendimento. Então isso é um obstáculo, mas que eu posso ver de maneira positiva porque se fosse o contrário o grêmio seria um instrumento impositivo, doutrinário dentro da instituição (Gestor 5).

Nessa direção, afirma-se: o grêmio é rico de potencialidades promotoras do protagonismo juvenil nos aspectos ora expostos, tendo potencial benéfico para os estudantes, a escola e a sociedade.

4.2.2 Desafios à atuação do grêmio estudantil e ao protagonismo juvenil

A seção anterior analisou, a partir dos dados coletados, os indicativos de possibilidades de atuação do grêmio, seus aspectos positivos, inclusive no que tange ao problema de pesquisa, mas também precisa ser problematizado como um espaço que, em menor medida, representa uma parte da sociedade e, por consequência, é atravessado por particularidades que por vezes prejudicam e até mesmo impossibilitam uma atuação pautada em preceitos democráticos.

Desta forma, a análise das informações levantadas também permitiu apreender das falas, dificuldades e obstáculos que, agrupados, levaram às categorias intermediárias: 1. aspectos histórico-estruturais; 2. aspectos institucionais; e 3. dificuldades na relação grêmio x estudantes,

as quais em conjunto levaram à categoria final: desafios à atuação do grêmio estudantil e ao protagonismo juvenil, que será melhor analisada nesta seção.

Ressalta-se que os grêmios estudantis compõem os movimentos sociais e especificamente os juvenis e, ao longo da história, possuem papel de destaque nas reivindicações e lutas coletivas que, em suma, proporcionaram muitas conquistas e direitos sociais. Convém pontuar, entretanto, que a sociedade está em constante evolução, motivo pelo qual os movimentos sociais estão envoltos em um contínuo e dinâmico processo de (re)constituição, no qual ora influenciam ora são influenciados pelo contexto mais amplo (GOHN, 2011).

Desta forma, muitos dos aspectos histórico-institucionais situados nas falas dos entrevistados dizem respeito a pontos da ordem mais macrossocial que se observam desde os primórdios e repercutem trazendo empecilhos para a constituição e atuação do grêmio.

A primeira delas trata de entendimento, ainda predominante no ambiente institucional e também fora dele, que diz respeito à percepção da escola como espaço destinado unicamente ao repasse de saberes sistematizados.

A literatura demonstra, em Ramos (2014) e Frigotto (2011), que a escola surgiu em meados do século XVIII como instituição formal para o repasse de saberes sistematizados, a princípio para os futuros dirigentes, os filhos da elite e, posteriormente, para a classe trabalhadora, tanto para formação de mão de obra para a incipiente indústria como para consolidação da nascente sociedade capitalista burguesa.

Nesse contexto sócio-histórico, a partir de então, a escola passou a ser a instituição formal exclusiva para a formação dos trabalhadores, ainda dentro de uma perspectiva de dualidade. Contudo a educação profissional e tecnológica evoluiu dentro de princípios que passaram a se afastar de uma formação dual, atuando em prol de uma perspectiva omnilateral.

Vale pontuar que a fundamentação teórica que respalda a Educação Profissional e Tecnológica desde Gramsci é contra-hegemônica, no sentido de ser diferente da concepção dual ainda presente na EPT. Importante essa sinalização para contextualizar quão complexo se torna para os Institutos Federais a materialização de um projeto político-pedagógico e a construção da sua identidade em uma lógica de EPT diferente da dominante, que é uma luta antiga dos setores sociais mais progressistas.

Assim, atualmente, o que se espera da escola é o compromisso com uma formação humana integral, porém as falas dos entrevistados apontam indícios de um desafio central ainda recorrente, a presença de concepções que situam as escolas como meras transmissoras de

conhecimentos, anulando a dimensão político-pedagógica do processo de ensino-aprendizagem e também do grêmio.

Tinham professores que apoiavam muito a gente[...]. Também tinham professores que era contra a gente. E por mais que era contra a gente se sentia mais desafiado ainda e fazia melhor ainda (Estudante 1).

Eles dão bastante voz pra gente nesses dois órgãos [colegiado e conselho de classe]. A questão do grêmio que eu acho que tem esse, essa dificuldade por não ser ligada totalmente só com acadêmico, envolver também outras atividades de lazer, por exemplo, que podem ser vistos como uma distração ou uma coisa que não tem muita importância (Estudante 2).

A ênfase no aspecto academicista escolar, verificada, sobretudo, na fala do Estudante 2, reflete o entendimento errôneo que privilegia as atividades acadêmicas em detrimento das demais, quando, na verdade, se sabe que a aprendizagem acontece nos múltiplos espaços formais e não formais de ensino e que todas as dimensões compõem a formação humana integral, não tendo, portanto, aspectos que se devam sobrepor a outros.

Inclusive, a educação não formal se dá nas múltiplas vivências e experiências sistematicamente organizadas e com finalidade estabelecida, nos espaços além da sala de aula, a partir do cotidiano concreto, o que possibilita aos estudantes saberes diversos relacionados aos valores de cidadania, autonomia, liberdade, direitos e deveres (GOHN, 2014).

Uma visão como essa não apenas contrapõe a riqueza do espaço escolar, formado por sujeitos diferentes de realidades diversas, como também atinge a construção do grêmio como espaço múltiplo e diversificado no âmbito escolar, prejudicando sua possibilidade de contribuir para o protagonismo juvenil e auxiliar no cumprimento da função social da escola.

É de conhecimento geral que a escola é perpassada por interesses, visões e projetos divergentes e conflitantes. Araújo e Rodrigues (2010) afirmam que as disputas e antagonismos inerentes à educação podem se estruturar no sentido de reforçar a realidade posta ou de transformá-la. O processo educativo é dotado de contradições internas, podendo servir tanto ao cerceamento como à mudança, para o controle ou para a autonomia.

Cientes de tais contradições e da impossibilidade de eliminá-las, o embate e a defesa devem se alinhar com uma perspectiva democrática e cidadã, que demanda uma consciência crítica e autônoma das juventudes às quais a escola se destina e que deve ser assumida como compromisso por todos que fazem parte da escola, como afirma um gestor:

Se tá bom para mim, beleza, você que quiser que corra atrás, você não conseguiu porque você é fraco, eu que tive o mérito. Que é isso? A gente vai reproduzir as desigualdades para sempre. Então a gente não tá fazendo educação. A gente tá fazendo o quê? Instrução, fazendo o jogo, o jogo do capital (Gestor 4).

Algumas falas analisadas dão conta de que a escola, em alguma medida, tem sido espaço de reprodução das desigualdades sociais, a partir do entendimento de Bourdieu (1989). Este importante teórico aponta que a escola possui os mecanismos de confronto, entretanto historicamente tem se aliado com visões que as reforçam, a partir do momento em que se apresenta como um espaço de exclusão, seja pelo capital cultural, seja pelo econômico que a maioria dos estudantes de escolas públicas não tem.

Quando a escola tem a opção de fazer uma leitura crítica das realidades interna e externa para romper com uma educação dual e deixa de fazer os embates necessários, está assumindo um projeto político pautado exatamente em valores antidemocráticos, consolidando-se como segregadora e, conseqüentemente, que pode contribuir para um grêmio estudantil despolitizado.

Esse cenário configura um desafio ao protagonismo juvenil, mas, por outra ótica, também se constitui como uma rica possibilidade, pois o grêmio tem aí um fértil terreno de intervenção, enquanto espaço de representação estudantil, legitimamente constituído pelos/para os jovens.

Tal intervenção não se estabelece de maneira simples e fácil, pois, muitas vezes, a reprodução se constitui de maneira tão sutil que os estudantes não visualizam e reconhecem a exclusão a eles imputada. Contudo, por vezes, o processo é explícito, contribuindo nos alarmantes índices e problemáticas comuns no cotidiano escolar.

O grêmio, como um dos atores no chão da escola, pode agregar nesse embate. Entretanto o processo é paulatino, especialmente ao considerar o aspecto histórico da contemporaneidade que diz respeito, em alguma medida, à descrença popular em relação aos movimentos sociais, como se infere das falas de alguns entrevistados:

Eu nem atribuo isso a “ah é porque é jovem. Isso vai acontecendo porque acho que o pessoal pensa: “ah a gente faz movimento e não dá em nada”. Pensa que faz hoje, amanhã já tem mudado tudo. Esse imediatismo que a sociedade contemporânea aguarda, de as coisas serem tudo mágicas, fáceis de ser resolvido. E nos movimentos sociais não tem como fazer esse negócio a toque de caixa ou nessa mesma velocidade (Gestor 3).

Normalmente quando a gente entra no grêmio você entra com aquela animação 100%, que eu tô aqui, e eu vou fazer isso, vou fazer aquilo, vou fazer aquilo. Só que, com o tempo, você percebe que não tem esse poder todo de fazer isso, aquilo. E você vai percebendo o trabalho que dá de fazer [...] foi passando-se o tempo, aí muitas pessoas saíram, foi meio que ficando vazio (Estudante 1).

Assim, apesar de todas as limitações que os movimentos sociais e juvenis (e o grêmio) enfrentam na sua inserção no contexto social mais amplo, o que é essencial às suas existências é o exercício da cidadania contido na participação direta das pessoas em prol das reivindicações

pleiteadas e a (tentativa de) consolidação de uma democracia social plena (GOHN, 2005). Esta é a responsabilidade de construir uma sociedade diferente daquela que se tem, o que demanda o conhecimento de seus direitos, deveres, papéis sociais nos espaços que ocupam (ARENDT, 2006).

A descrença supracitada, em torno dos movimentos em geral, possivelmente não está desconectada da compreensão acerca do grêmio estudantil como espaço representativo dos jovens na escola, o que, por vezes, gera um sentimento de descrédito, desconfiança em torno dele, que prejudica de modo considerável sua organização, manutenção e papel nos *campi*. Vide as falas:

O grêmio é acolhido pelos espaços por onde ele passa mas não por todos também. E nem sempre ele é visto como deve ser num todo por conta dessa ausência do nosso processo de formação (Gestor 5).

E complementa:

Nós [equipe multidisciplinar] precisamos continuar impulsionando que eles tenham o desejo de seguir essa luta se não o movimento pode ir enfraquecendo, a voz do aluno pode ir ficando silenciada pelas próprias circunstâncias e de uma maneira que a gente veja até como natural e vai caindo no esquecimento (Gestor 5).

Essas falas trazem àqueles que estão no cotidiano escolar e trabalham mais diretamente com os estudantes, a exemplo da equipe multidisciplinar, a importância de incentivar a organização estudantil, fomentando o debate, esclarecendo dúvidas pertinentes, construindo parcerias, no sentido de auxiliar que a mobilização estudantil possa iniciar/se manter nos *campi*, discernindo para o limite de não ultrapassar para um processo de manipulação que afronta a autonomia do grêmio estudantil, como já pontuado antes.

Essa nuance também compõe o rol de aspectos institucionais que se referem à segunda categoria intermediária definida por ocasião da coleta de dados e que diz respeito a um reduzido incentivo/estímulo ao protagonismo juvenil via grêmio estudantil, conferindo-lhe um menor grau de importância, comprovado nas falas:

Nesses eventos que tinha um professor no meio a gente se sentia mais acolhido pela diretoria, mas distintamente disso não. Sempre que era evento que só o grêmio resolvia, fazia, a diretoria não apoiava 100%. Sempre tinha um ponto pra interrogar, um ponto pra fazer uma coisa que não tava dando certo (Estudante 1).

Acho que a instituição não, não tomava essa frente de incentivar os alunos a procurar saber o que é, procurar saber as funções. E aí acabava que quem se interessava pelo Grêmio eram só pessoas que as próprias pessoas do Grêmio iam atrás (Estudante 2).

O que se infere da fala do Estudante 1 é uma certa ação de tutela que, por vezes, pode se estabelecer de forma consciente ou não pela instituição, reduzindo a mobilização estudantil

à necessidade de participação de um adulto, geralmente docente, como forma de referendar a organização dos estudantes (LELES, 2007).

A mesma autora aponta que a escola, enquanto parte da sociedade, ainda tem resquícios da divisão do trabalho e dos saberes pela lógica semelhante àquela da divisão social (pautada nas desigualdades), distinguindo e também hierarquizando todos que fazem parte do espaço escolar, desde a gestão aos estudantes. Esse processo tem nuances implícitas e outras mais explícitas. Assim, grêmios estudantis e a instituição como um todo, pautados nesse entendimento, precisam problematizar e resistir a uma proposta de educação patrimonialista, ainda que não seja a intenção confessa.

Esta pesquisa também reconhece o avanço que a gestão democrática escolar tem tido nos últimos anos, apesar de todas as limitações, a exemplo do que defende Paro (2016). Contudo reconhece que os processos não são dados, mas ao contrário, são frutos de embates, projetos divergentes e relações contraditórias. Por isso fica aqui o registro da necessidade de que os atores estejam vigilantes às propostas autoritárias, patriarcais que, por vezes, emergem no espaço da escola e podem prejudicar a formação crítica dos trabalhadores aos quais a EPT se destina.

A literatura sobre a EPT constantemente aborda a formação permanente como um investimento urgente no intuito de combater a visão tecnicista que alguns sujeitos ainda possuem. Este é um dos desafios que podem dificultar a intervenção do grêmios, pois, embora autônomo, é imprescindível à sua atuação o estabelecimento de parcerias com as comunidades interna e externa. Assim, faz-se necessário um olhar diferenciado à educação emancipadora e ao protagonismo juvenil, repercutindo diretamente no trabalho do grêmios.

Este aspecto institucional reforça outro recorrentemente levantado nas falas dos entrevistados que se reportam à ausência de capacitação/formação, por parte da reitoria ou da gestão local dos *campi*, sobre as temáticas da organização estudantil e do protagonismo juvenil através do grêmios. Com isso, a prática de trabalho tem sido desenvolvida a partir das vivências no cotidiano, com base nas situações concretas, buscando formas de contribuir com o trabalho dos gremistas e efetivar uma gestão democrática escolar, que se apreende nas falas:

A partir do momento que eu estou gestor não chegou nenhuma capacitação para mim ou para a equipe pedagógica sobre grêmios estudantis, sobre o que fazer (Gestor 1).

A partir do momento que eu assumi a gestão eu nunca recebi nenhuma capacitação com relação a isso aí não. Por exemplo, quando começa a surgir a gente tem que ir buscar informação, a gente troca experiência com os outros *campi* [...] (Gestor 2).

Na verdade, a parte do conhecimento que eu tenho foi mesmo da vivência [...]. Então tinha essa formação da vida, mas de dizer que houve essa formação dentro da instituição pra isso [...] não houve essa formação (Gestor 3).

O Grêmio mesmo a gente, a gente fomenta nesse sentido e a gente também orienta em termo de políticas lá na PROEN é que a cada encontro pedagógico [...] que se faça uma formação, uma formação de líderes já estimulando essa organização, essa representação estudantil e que eles cheguem a formar os seus grêmios [...]. Então eles têm que se organizar nesse sentido (Gestor 4).

Das falas apresentadas, verifica-se que a Pró-reitoria de Ensino, representante maior da instituição, dentro dessa pauta, apresenta uma postura orientativa, no sentido de incentivar que os *campi* desenvolvam a formação aos estudantes e contribuam no processo de agremiação deles, definindo também nas normas institucionais essas metas, conforme explanado anteriormente. Contudo apreende-se que os gestores locais entrevistados não receberam nenhuma formação acerca da pauta e com isso reconhecem que o trabalho é feito a partir das vivências que já possuem e do contato com a realidade concreta, o que pode ser pensado como um empecilho a um protagonismo juvenil mais ativo.

Esta situação pode suscitar a reflexão no sentido de que se as equipes que atuam nos *campi* junto ao corpo discente não possuem formação que julgam suficiente para fomentar a contento o protagonismo juvenil, a participação política e temáticas afins, isto pode ser um empecilho ao desenvolvimento de um trabalho mais sistemático e/ou efetivo sobre essas pautas, pois a instauração de uma cultura democrática escolar perpassa pela formação de docentes e discentes com foco no protagonismo, trabalho em equipe e autonomia (ANJOS; CUSATI, 2021).

Em um *campus*, o gestor indicou que a equipe pedagógica, apesar de também não ter recebido qualquer capacitação relacionada, eventualmente desenvolve atividades de orientação aos estudantes sobre o grêmio estudantil, sobretudo no início do ano letivo. Em outro *campus*, o trabalho relacionado à representação discente se dá com maior sistematização, mas junto aos líderes de turma, através de um projeto que hoje se estende também aos estudantes das demais escolas do município.

Em contrapartida, o que se observou, a partir das falas recorrentes nas entrevistas é que a representação estudantil em torno da qual os *campi* concentram maior atenção diz respeito aos líderes de turma, cuja eleição se dá pelos pares, sob atribuição da equipe pedagógica, à qual compete “Participar, em parceria com o Serviço Social, Setor de Psicologia e Coordenação de Disciplina, do processo de escolha dos representantes de turma” (IFPI, 2016). Não há, neste documento, nenhuma atribuição relacionada ao fomento do protagonismo juvenil através dos grêmios estudantis.

Menção relacionada a essa demanda foi identificada nas competências do Serviço Social, no que tange à contribuição, à mobilização e à organização política dos estudantes, entretanto o levantamento realizado em contato com os profissionais assistentes sociais apontou que, em suma, esse trabalho não tem sido desenvolvido de modo sistemático nos *campi*, associado a fatores, como o principal foco do trabalho e, consequentemente, o maior volume de demandas em virtude de o setor residir no Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS), que se desdobra em afazeres muitas vezes burocráticos. Este cenário é agravado ainda pela quantidade insuficiente de profissionais nos *campi* frente ao crescente ingresso de estudantes na instituição e demandas diversas no cotidiano de trabalho, em todos os setores dos *campi*, haja vista que esta competência é apenas uma dentre várias para o assistente social na Coordenação Pedagógica. Sua inserção e competências/atribuições privativas ainda perpassam outros setores, como: coordenação de saúde, de extensão, comissão de assistência estudantil, dentre outras a depender da realidade local.

Outro agravante reside no perfil que nem todos julgam ter, assim como no preparo para o trabalho junto à demanda, o que dificulta o planejamento em prol da formação política estudantil, somado aos fatores citados acima, apesar de os servidores contactados concordarem sobre a relevância de tal aspecto. Deste modo, a maior parte desses profissionais informou que desenvolve alguma intervenção junto aos líderes de turma, assim como a pesquisa já indicou que esse é o maior foco da instituição e, ainda assim, pontualmente, em geral no ingresso das turmas. Com isso, o fomento aos grêmios tem sido pouco efetivado pelo Serviço Social e somente na medida das possibilidades face às demais demandas e ao fator tempo.

Assim, o incentivo ao protagonismo juvenil como competência da equipe multidisciplinar poderia ser pensado nos documentos institucionais como alternativa à realidade atualmente posta, onde cada profissional contribuiria com o seu olhar dentro do/a incentivo/formação, e então essa demanda e os estudantes ficariam melhor assistidos a partir de um trabalho em equipe e não apenas de uma categoria.

Deste modo, se for considerado que as normativas institucionais já asseguram a existência legal dos grêmios, a importância do fortalecimento do protagonismo juvenil, a meta de implementar/reactivar o grêmio estudantil (vide Meta 2 do Objetivo Estratégico 5 do PDI 2020-2024 (IFPI, 2020)), a fala recorrente nas entrevistas sobre a representação estudantil na ótica, principalmente, das lideranças de turma, somadas à realidade de apenas dois grêmios ativos dentre os 17 *campi* do IFPI, a pesquisa sugere, como achado, a inclusão da temática como política institucional de formação continuada aos servidores para proporcionar um trabalho de qualidade, que os credenciaria a fomentar debate e mobilização entre os estudantes nos *campi*.

A capacitação continuada aos servidores, além de promover uma maior qualidade ao trabalho prestado junto ao alunado nos *campi*, poderia também reduzir a possibilidade de o atendimento desta demanda ser condicionado ao interesse ou experiência prévia da equipe, que poderia prejudicar um trabalho sistemático.

Inclusive, a este respeito, no que tange à perspectiva do Aprendizado e Crescimento, na área de concentração Capital Humano, previsto no PDI 2020-2024, está estabelecido como um dos objetivos estratégicos: “Fortalecer competências, capacitação e desenvolvimento dos servidores” (IFPI, 2020, p. 42). Neste aspecto, o referido documento prevê, para o próximo exercício, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento de Pessoas, que anteriormente fará o levantamento das competências que se esperam de cada cargo/função.

Com o intuito de obter maiores subsídios à análise proposta por ocasião do estudo, a pesquisadora realizou levantamento de metas estabelecidas no GEPLANES da instituição, por parte da Reitoria (e suas Pró-reitorias e Direções) e das gestões locais dos *campi* e constatou que, no período de 2018 a 2020, foi baixa a quantidade de metas relacionadas à capacitação de servidores. Algumas delas, inclusive, não foram realizadas no tempo previsto e passaram para o exercício seguinte, por motivos como orçamento, redefinição de calendário, de estratégias, o que sinaliza uma lacuna a ser pensada institucionalmente com vistas ao fortalecimento das competências e habilidades para o melhor desempenho do trabalho a ser executado e aqui neste caso específico, aquele trabalho sistemático de fomento ao protagonismo juvenil e grêmio estudantil que poderia torná-lo maior realidade no IFPI. Ou seja, a orientação por parte da reitoria aos *campi*, em momentos de eventos, contatos pontuais ou outros, não parece ser suficiente para impactar no cenário esboçado em face dos dados e levantamentos explanados.

Nesse âmbito, a formação continuada ou permanente é vista como uma alternativa necessária para proporcionar aos trabalhadores conhecimentos, habilidades, competências importantes para a qualificação do “fazer profissional”, que deve ser um processo contínuo, como defende Firmino e Silva (2019). Presume-se que o debate coletivo nos *campi* e *intercampi*, de modo institucionalizado e sistemático, possibilitaria ao IFPI pensar e efetivar as mudanças necessárias no contexto apontado, em relação ao currículo, à valorização da dimensão político-pedagógica, ao maior conhecimento do papel do grêmio, à disponibilidade para parcerias junto aos gremistas a fim de consolidar uma maior gestão democrática, dentre outros.

Assim, reitera-se que as pautas relacionadas à gestão democrática escolar, organização estudantil, espaços de representação discente sejam incluídas no plano supracitado, com a ressalva de que a instituição, paralelamente a ele, também possa pensar com maior brevidade

em estratégias para formação mais sistemática aos servidores e gestores, pois acredita-se que poderia repercutir na mobilização estudantil e maior engajamento político dos estudantes em seus municípios. Além de que as equipes teriam um olhar mais atento e colaborativo para com os grêmios, evidentemente respeitando a autonomia a eles inerente.

A consulta GEPLANES, ainda no mesmo período de 2018 a 2020, também indicou pouquíssimos registros de metas das Pró-reitorias e *campi* em relação aos grêmios, como, por exemplo, criação de fórum com estudantes, incentivo à participação estudantil nos *campi*, reuniões com o grêmio para pautas diversas e algumas também não realizadas por redefinição de estratégias. Isso, inclusive, destoa do discurso consolidado em várias passagens das entrevistas sobre a importância do fortalecimento do protagonismo juvenil e o espaço representativo do grêmio estudantil.

A este respeito, Freire (1983) defende que uma educação libertadora perpassa invariavelmente por um contínuo (re)pensar-se como educador e educando, dentro da realidade concreta e das relações sociais e históricas das quais fazem parte, conseguindo, a partir disso, efetuar uma leitura crítica da realidade, condição básica para transformá-la, a partir de ações-reflexões indissociáveis e simultâneas.

O que Freire (1983) quer dizer é que teoria e prática devem caminhar lado a lado, por isso, para além de reconhecer a importância dos conceitos, é necessário estabelecer formas para efetivá-los no cotidiano escolar. Isto significa que, neste sentido, a instituição ainda carece de estar atenta para aliar o discurso com a prática, vez que a baixa presença de metas registradas pode indicar, ainda que não intencionalmente, uma preterição da demanda, pois o trabalho na administração pública é desenvolvido a partir dos objetivos estabelecidos e das prioridades elencadas. E o não estabelecimento de metas relativas ao trabalho com o grêmio nos *campi*, pode contribuir para o entrave desta questão, o que traz novamente o questionamento se isto não teria relação com o baixo quantitativo de grêmios ativos no momento.

A pesquisa indica também a necessidade de lançar reflexão sobre outro fator institucional verificado nas falas de alguns entrevistados que pode se apresentar como agravante à organização estudantil nos grêmios e às ações de caráter político-pedagógico em geral: o currículo escolar.

Conforme Araújo (2018), o currículo não é apenas um documento formal que atende as exigências legais na política de educação; ele diz respeito a um instrumento político que reflete princípios, valores, interesses e projetos que norteiam, formal e informalmente, todo o trabalho educativo.

Os dados coletados apontaram que a estrutura do currículo desenvolvido no Ensino Técnico Integrado ao Médio, com extensa grade curricular da base comum e técnica, acompanhada da necessidade de contraturno de aulas em alguns dias da semana, acarreta um maior volume nas atribuições acadêmicas do alunado, o que pode prejudicar o seu envolvimento em ações não acadêmicas, como indicam os excertos a seguir:

Um dos motivos deles também não querer assumir a responsabilidade de estar participando de um Grêmio: o tempo, porque o Instituto ele requer muito tempo (Gestor 2).

A gente não sabe se é porque os cursos técnicos integrados ao ensino médio eles tem um currículo muito denso de disciplinas, várias disciplinas. E isso faz com que o aluno foque muito mais no seu processo mesmo de formação curricular acadêmica do que nos seus processos formativos de cidadania né, reivindicação e participação (Gestor 4).

A gente encontra muita dificuldade pra realizar algum evento dentro da escola porque sempre tem que organizar diante do calendário, não pode atrapalhar nenhuma aula, tem sempre que buscar um horário livre para fazer uma assembleia. Então acho que é bem complicado por não ser envolvido diretamente só com o acadêmico (Estudante 2).

Gohn (2014) discorre sobre a importância dos espaços não formais de ensino, dentre os quais o grêmio também se situa, como fundamentais fontes de aprendizagem. Quando a instituição privilegia a dimensão acadêmica em detrimento daquelas relacionadas à formação política das juventudes, está exatamente na contramão de uma educação verdadeiramente emancipadora e cidadã, contribuindo para o aludido distanciamento antes citado entre os estudantes e os seus espaços de representação legitimamente assegurados.

Ademais, quando segrega disciplinas e/ou prioriza um tipo de saber como mais relevante (a dimensão acadêmica em detrimento da política), prejudica a integralidade que a EPT defende como princípio ao seu currículo escolar. É dentro desse entendimento que Ramos (2017) defende que o currículo integrado visa dotar os trabalhadores de conhecimentos que os permitam realizar uma leitura crítica da realidade e, conseqüentemente, intervir sobre ela, em uma concepção omnilateral.

Entretanto, apesar de tais percalços, a escola pode e tem ferramentas para adequar o currículo oficial e construir outro que efetivamente se adeque às necessidades, demandas e realidades vivenciadas, o que na EPT perpassa pelo fortalecimento dos seus quatro pilares indissociáveis: Trabalho-Ciência-Tecnologia-Cultura em um projeto político-pedagógico comprometido com valores de cidadania e autonomia.

Deste modo, indagados se o currículo do IFPI aborda a temática do protagonismo juvenil e outras correlatas, algumas falas sinalizam negativamente, tais como:

Eu vejo que nós poderíamos avançar mais porque [...] as vezes são projetos pontuais ou disciplinas mais assim referente a área de humanas que trabalham mais sobre esta questão. A gente poderia abranger sim, dar um significado maior (Gestor 5).

Inclusive este dado coaduna com os quase 38% de estudantes que, no questionário, demonstraram-se indiferentes à afirmação de que as disciplinas do seu curso abordam o tema do protagonismo juvenil, ou seja, presume-se que este quantitativo de estudantes não possui opinião formada acerca da questão da abordagem do tema pelo currículo no IFPI, o que permite supor que o currículo não aborda ou não aborda de modo claro e suficiente, pois, se assim o fizesse, muito provavelmente os estudantes apontariam que concordam ou concordam completamente com a afirmação. Isso reforça também a necessidade de que a discussão seja encampada de modo transversal e não apenas restrita a uma área ou ação pontual.

Para tanto há que se considerar o conceito de interdisciplinaridade, vez que

na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida (BRASIL, 1997, p. 31).

É sabido que o currículo escolar praticado, via de regra, é deliberado nas instâncias de gestões educacionais superiores, a exemplo do MEC e, a partir daí, chegam às escolas para execução, muitas vezes distante da realidade das comunidades, sem interlocução com as equipes que estão no chão na escola. Com base nisso, a pesquisa indica como lacuna a necessidade de rever o currículo desenvolvido, o real e o oculto. Do contrário, pode-se afirmar apenas como um protocolo burocrático desconectado do público e de seus anseios/demandas.

Este é o compromisso ético-político que este estudo defende: a resistência à lógica neoliberal que atravessa a construção dos currículos e a educação como um todo, segundo a qual:

As grandes finalidades são transformadoras em metas de curto prazo, consequentemente, o currículo é abarrotado com mais conteúdos, fazem-se mais testes, os conceitos são transmitidos a grupos de idade mais novos, dedica-se mais tempo aos aspectos básicos que serão testados, os professores dão menos tempo aos alunos para responderem a questões nas aulas e as perguntas e a curiosidade começam a evaporar-se (HARGREAVES; FINK, 2007, p. 68).

Todo esse caminho está muito longe de ser fácil, mas é o necessário. O cotidiano escolar está em permanente construção. E o grêmio estudantil, dentro disso, é um dos atores demandados nesse espaço de conflitos e mediações que deve estar alinhado aos princípios de autonomia com os quais condiz a construção de uma sociedade democrática e de uma educação emancipadora.

A última categoria de análise identificada, a partir da coleta de dados das entrevistas, refere-se à relação do grêmio com os estudantes e que, na verdade, já foi anteriormente abordada, a partir da identificação de aspectos, como: o desconhecimento de servidores e alunos acerca do grêmio; a dificuldade de vivenciar a dimensão política na escola em face do seu currículo, o que requer pensar um currículo afinado com a realidade local. Para tanto, precisa envolver as comunidades interna e externa e, sempre que possível, pautar estas mudanças nos espaços consultivos e deliberativos da instituição.

Assim, infere-se que, apesar da valorização do grêmio estudantil nos dados coletados pelos estudantes e gestores, o estabelecimento de normas gerais e institucionais assegurarem sua existência, o cotidiano do IFPI ainda não tem conseguido garantir a organização e manutenção desses espaços representativos a contento. Contudo o estudo deixa também indicativos anteriormente apontados de possibilidades de enfrentamento aos desafios identificados com vistas à consecução do protagonismo juvenil através do grêmio estudantil na instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fechamento de um ciclo, seja na vida pessoal, acadêmica ou profissional, sempre proporciona a oportunidade de reflexões e autocríticas que trazem lembranças de que todo processo tem limitações e impasses. O objetivo não se torna menos importante pelas intempéries do caminho.

No percurso trilhado, reconhece-se a potencialidade social e política dos jovens dentro e fora da escola, construindo, a partir deles e com eles, uma educação efetivamente emancipadora, o que torna pesquisas desta natureza e com esta temática ainda mais relevantes do ponto de vista social para a defesa da democracia, cidadania e de juventudes críticas e conscientes de todos os acessos e retrocessos.

O grêmio estudantil, objeto de estudo nesta pesquisa, hoje é assegurado legalmente pela Lei nº 7.398/1985, fruto dos movimentos sociais e juvenis no cenário de redemocratização brasileira. Contudo a existência de leis não significa sua efetivação no cotidiano das instituições, vide o próprio *campus* no qual a pesquisadora atua como assistente social, o que resultou em inquietação para (tentar) responder à questão norteadora: Como o grêmio estudantil pode contribuir para o protagonismo juvenil dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal do Piauí?

Com o objetivo de investigar a forma como o grêmio estudantil pode oferecer a contribuição constante da questão norteadora da pesquisa, o estudo buscou ainda: a) Investigar a percepção dos gestores acerca da importância do grêmio estudantil como espaço participativo e democrático na instituição; e b) Verificar a percepção dos alunos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio do IFPI acerca da importância do grêmio estudantil para o exercício da cidadania e protagonismo juvenil.

Para o estado da arte, a pesquisa recorreu à pesquisa bibliográfica em teóricos, como Bourdieu (1983), Gohn (2000) e Ramos (2014), dentre outros, e à pesquisa documental em sites institucionais e documentos eletrônicos, os quais apontam matérias sobre grêmio em algum momento, porém dispersas. Não há aba específica e as informações correlatas não são regularmente apresentadas, o que indica que as ações são parcas ou acontecem, mas não são divulgadas.

A fim de investigar a percepção dos gestores acerca da importância do grêmio estudantil como espaço participativo e democrático na instituição, a pesquisa utilizou, como técnica de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. E, para verificar a percepção dos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPI acerca da importância do grêmio

estudantil para o exercício da cidadania e protagonismo juvenil, além da entrevista com dois estudantes de (dois) grêmios ativos no IFPI, também se aplicou questionário fechado com líderes de turma do Técnico Integrado ao Médio de três *campi* selecionados pelos critérios de: 1. terem grêmio; 2. nunca terem tido; 3. não terem no momento, mas já tiveram.

Os questionários utilizaram Estatística Descritiva e a interpretação das entrevistas à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2009), gerando as categorias de análise: 1. Possibilidades para a atuação do grêmio estudantil e o protagonismo juvenil; e 2. Desafios à atuação do grêmio estudantil e ao protagonismo juvenil.

Sobre as possibilidades, os participantes reconheceram a importância da gestão democrática escolar e do grêmio dentro dela, porém metas no PDI da Instituição e outras normativas não os asseguram.

Há lacunas na realidade institucional que podem ser empecilhos à plena atuação e manutenção dos grêmios. A primeira perpassa pelo resquício da visão tradicionalista da escola como mera transmissora de conhecimentos. Hoje, a EPT tem buscado se colocar contra esta visão. E os grêmios estudantis são atores que podem contribuir nesse processo. Contudo devem se apropriar do verdadeiro papel, atentar para não incorrer em uma relação tutelada com a gestão escolar e transcender a participação do nível de executores de ações (como se observou em maior medida).

Como lacunas, identificaram-se: o currículo escolar, a discussão restrita a algumas áreas/ações, a falta de formação permanente aos gestores e servidores, e a necessidade de atendimento compartilhado pela equipe multidisciplinar desta demanda. Pautado nisso, sugere-se: a formação permanente dos servidores como uma política institucional; a revisão do currículo aproximando-o da realidade social e escolar e do público; e o estabelecimento da demanda à equipe, a fim de não concentrar unicamente em um setor/servidor, o que poderia comprometer a formação política no *campus*.

Esta discussão precisa estar pautada na identidade dos Institutos Federais, a indissociabilidade dos seus quatro pilares: Trabalho, como princípio educativo; Ciência, como conjunto de saberes sistematizados e repassados de geração a geração; Tecnologia, como inovações tecnológicas socialmente comprometidas com a comunidade; e Cultura, como conjunto de normas que influenciam um indivíduo, grupo ou povo.

Assim, para ressignificar, é preciso reconhecer que as normas não são garantia, por isso as dificuldades necessitam ser contextualizadas para que os grêmios se tornem o que são de fato: não apenas um instrumento burocrático, mas um espaço democrático, participativo e de formação política estudantil.

Logo, compreendendo as ressalvas e necessidade de recorte ao tema de estudo por questões metodológicas, aponta-se a relevância de aprofundar a temática em estudos futuros que tragam mais subsídios para gestores/servidores, pois o tema do protagonismo juvenil/grêmio e a formação política não dizem respeito apenas aos jovens, mas a todos que estão no chão da escola. Também indica a necessidade de, junto ao alunado, investigar com maior detalhamento as questões por eles apontadas como agravantes ao protagonismo juvenil e à organização estudantil na instituição, com o intuito de ampliar o debate e construir conhecimentos favoráveis à consolidação do grêmio com toda a potencialidade que possui.

Neste sentido, reconhecem-se as limitações enfrentadas em seu percurso metodológico, por ocasião da pandemia de Covid-19, contudo acredita-se que o estudo trouxe reflexões oportunas a se somarem na literatura acadêmica da temática, ainda limitada, especialmente no que tange ao estudo do grêmio como espaço representativo discente na EPT que, como já indicado, possui especificidades em relação às demais escolas. O que se espera é que este trabalho possa levantar o debate e reflexões necessários sobre o tema na instituição, bem como possa contribuir para criar/reactivar os grêmios estudantis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

AGUIAR, Guthierry Cassiano de. **Educação Moral e Cívica: marco na educação brasileira (1964-1985)**. 2019. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ALMEIDA, Denise M. **Elaboração de Materiais Educativos**. Disciplina Ações Educativas na Prática de Enfermagem. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2017.

ALMEIDA, S. M. N. de. **Avaliação das concepções de violência no espaço escolar e a mediação de conflitos**. 2009. 189f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: www.ufc.br. Acesso em: 20 out. 2021.

AMARO, K.; QUADROS, M. B. de. A importância do grêmio estudantil na formação cidadã dos estudantes. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Cadernos PDE**. Versão on-line. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uenp_keilaamaro.pdf. v.1., 2016. Acesso em: 05 dez. 2021.

ANJOS, Dayane Priscilla Bernardes; CUSATI, Iracema Campos. **Protagonismo juvenil na escola: interrogando a participação dos estudantes**. E-book: Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos - Volume 01... Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1487-1502. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74129>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ANTUNES, Ângela. O Conselho de Escola, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil como espaços de exercício de cidadania participativa. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 93-122, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/66>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ARAÚJO, Viviane Patrícia Colloca. O conceito do currículo oculto e a formação docente. **REAe - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5341. Acesso em: 19 out. 2021.

ARAUJO, R. M. de L; RODRIGUES, D. do S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 19 ago. 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

AZEVEDO, Pâmela Rodrigues; ANJOS, Mário Melquíades Silva dos; ANDRADE, Horasa

Maria Lima da Silva. Identidade Jovem Rural, uma construção necessária. *In*: I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade, 1, 2019, Campina Grande, UFCG. **Anais eletrônicos**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conimas-e-conidis/2019/TRABALHO_EV133_MD1_SA41_ID428_05112019182811.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

BARBEIRO, F. S.; SALVADOR, I. N.; MEZZAROBIA, S. M.B. Grêmios estudantis: a escola como enriquecedora na formação de adolescentes políticos. **Revista Amazônica**, ano 12, vol. XXIV, número 2, jul-dez, 2019, Pág.655-672. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/6776/4772>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BESSA, Chera Rosane Leles de; CAVALCANTE, Rivaldália Porto; MALDANER, Jair José; CORREIA, Khellen Cristina Pires. Interdisciplinaridade no Ensino Médio Integrado: considerações para uma formação omnilateral. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 19, p. e9496, abr. 2020. ISSN 2447-1801. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9496>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BIANCO, Ariane Andrade. A Contribuição dos Grêmios Estudantis para o Exercício da Gestão Democrática. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. v.1. **(Cadernos PDE)**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2459-8.pdf>. Acesso em 21 out. 2021.

BOMFIM, W.S. **Permanência e Saída do Jovem no Campo**: uma abordagem dos jovens rurais da Matinha, Ituberá-Ba, 2019. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas/BA, 2019. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1645/1/TCC%20Wesley%20Junho%20OK%20%282%29%20assinatura%20%281%29.pdf> Acesso em: 18 out. 2021.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos; 95).

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. **Grêmios estudantis e participação do estudante**: limites e possibilidades para o processo de emancipação em comunidades de periferias da cidade de Ponta Grossa. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971.** Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 7.398, de 4 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p.: il. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Plataforma Nilo Peçanha, ano base 2020. Disponível em:

<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRITTO JÚNIOR, A.F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em:

https://met2entrevista.webnode.pt/_files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.

CARVALHO, R.T. Novela Gráfica: autobiografia e de subjetivação. *In*: **6º Seminário**

Brasileiro de Cultura e Educação e 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação-Educação Transgressão narcisismo. Rio Grande do Sul: ULBRA, Canoas, 2015.

CASTELLAR, Sônia (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo-SP: Contexto, 2005. 167p.

CHAUÍ, Marilena. O Discurso Competente: crítica e ideologia. *In*: CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1982.

CIAVATTA, M. A formação integrada. A escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em:

<https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 06 out. 2021.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, A.C.G. **O protagonismo juvenil passo a passo: um guia para o educador**. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

COSTA, Davi Silva da; BATISTA, Edneia Aparecida; LIMA, Talyta Maria Coelho de Deus. Juventudes, Escola e Protagonismo: o site institucional do IFMG como espaço de inter(ação). I Seminário Regional Sul de Educação Profissional e Tecnológica: **Anais eletrônicos**. 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sept2021/>. Acesso em: 23 out. 2021. ISBN: 978-65-5941-186-3. DOI: 10.29327/134996.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa** [recurso eletrônico]: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ymi5AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=autores+atuais+sobre+abordagem+qualitativa&ots=MvbOypKt5p&sig=Jghgjam9wmexo9Rsu_QM0aEMC5o#v=onepage&q=autores%20atuais%20sobre%20abordagem%20qualitativa&f=false)

[BR&lr=&id=Ymi5AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=autores+atuais+sobre+abordagem+qualitativa&ots=MvbOypKt5p&sig=Jghgjam9wmexo9Rsu_QM0aEMC5o#v=onepage&q=autores%20atuais%20sobre%20abordagem%20qualitativa&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ymi5AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=autores+atuais+sobre+abordagem+qualitativa&ots=MvbOypKt5p&sig=Jghgjam9wmexo9Rsu_QM0aEMC5o#v=onepage&q=autores%20atuais%20sobre%20abordagem%20qualitativa&f=false). Acesso em: 02 maio 2020.

DIAS, Isabella Cristina Galvan. **O uso de cartilha como ferramenta para promover a educação ambiental no ensino de Ciências**. 2018. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4657.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FERNANDES, M. J. P. **Entre o sindicato e o grêmio: como se organiza o trabalhador-aluno**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2001.

FIGUEIRÔA, Plínio Xavier de; MIRANDA, Humberto da Silva. Adolescentes-Jovens e o grêmio estudantil na escola pública: questões sobre participação. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre, jan-jun. 2021, v. 34, n. 1. ISSN 2595-4377 (on-line). Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/viewFile/111030/61458>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FIRMINO, Maria Aparecida Dias; SILVA, Thaís Coutinho de Souza. Formação Continuada: Reflexos da prática pedagógica docente no processo de ensino e aprendizagem. **DiversaPrática Revista Eletrônica da Divisão de Formação Docente**, v. 6, n. 2, 2º semestre 2019. ISSN 2317- 0751. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratika/article/view/58989>. Acesso em: 22 out. 2021.

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira. Material didático e prática docente. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**, v. 2, n. 1, p. 31-39, 2007.

FRANKENTAL, Rafaela. Entenda a escala Likert e como aplicá-la em sua pesquisa. **MindMiners**, 24 de maio, 2017. Disponível em: mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert. Acesso em: 18 out. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Coleção Leitura).

FREIRE, Gabriel Gonçalves; ROCHA, Zenaide de Fátima Dante Correia; GUERRINI, Daniel. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR–Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Revista Polyphonia**, v. 28, n. 2, 2017.

FRIGOTTO, G. A qualidade da educação escolar no Brasil: um contraponto à concepção hegemônica. In: BERTUSSI, G.T.; OURIQUES, N. (Org.). **Anuário Educativo Brasileiro: visão retrospectiva**. São Paulo: Cortez, 2011.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.;

PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

GANDOLFO, M.A.P. **Formação de Professores de Ensino Médio e (in)visibilidade de experiências de protagonismo juvenil**. 2005. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Cidadania Negada**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>. Acesso em: 11 nov. 2019.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, aug. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, Porto, v. 2, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>. Acesso em: 22 out. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. DOSSIÊ. **Cad. CRH** 32 (85), Jan-Apr., 2019 • <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Lc4THRCyDjMdgWmHHJhpdzb/?lang=pt#>. Acesso em: 12 out. 2021.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GRAMSCI. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUIDARINI, Vera Lúcia de Oliveira; NUNES, Mônica Cristina. Grêmio estudantil: uma instância desarticulada do contexto escolar. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (**Cadernos PDE**). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unicentro_veraluciadeoliveira.pdf. Acesso em: 22 out. 2021. ISBN 978-85-8015-093-3.

HARGREAVES, A.; FINK, D. **Liderança sustentável**. Porto: Porto Editora, 2007.

HOFFMANN, T.; WARRALL, L. **Designing effective written health education materials: considerations for health professionals**. Disabil Rehabil, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça o Brasil** - População. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

IFAM – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Conselho Superior. **Resolução nº 57 CONSUP/IFAM, de 26/12/2013**. Aprova as normas disciplinares do corpo discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/manacapuru/arquivos/resolucao-n57-reduzido.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

IFCE – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE. **Formação de entidades estudantis: guia prático**. Fortaleza: IFCE, 2016. 32 p.: il.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Guia das atribuições das equipes pedagógicas do IFPI**. Piauí: IFPI, 2016. 24p.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na forma Integrada**. Piauí: IFPI, 2019a, 92p.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração na forma Integrada**. Piauí: IFPI, 2019b, 96p.

IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024: construindo para o futuro/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI**. Teresina: IFPI, 2020. 264 f.: il.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desempenho recente para o mercado de trabalho e perspectivas para o ano**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/04/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-e-perspectivas-para-o-ano/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

JOHANN, Emanueli Luisa. **A participação estudantil no espaço escolar**. 2015. 91f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/846/1/2015EmanueliLuisaJohann.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LELES, Maura da Aparecida. **A participação dos estudantes na gestão da escola**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2946>. Acesso em: 22 out. 2021.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. Culturas juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p. 103-118. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2421/1874>. Acesso em: 06 out. 2021.

LOPES, C.L.M.A.; BUENO, M.R.C. de C.; MACHADO, R.M.A. Educação, currículo escolar e protagonismo juvenil: os desafios da educação na contemporaneidade. **Simbiótica**, Revista Eletrônica, 5(1), 63–74, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v5i1.20499>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

MANZINI, Eduardo José. Uso da Entrevista em Dissertações e Teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. **Revista Percurso NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/18577>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARCONI, Maria de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MENDES, F. B. **Um grêmio estudantil mais politizado**: formas de engajamento e construção identitária em um grêmio estudantil. In: XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais Eletrônicos**, 2011.

MENDES JÚNIOR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/06/antonio-mendes-jr-me-no-brasil.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MESQUITA, M. R.; BONFIM, J.; PADILHA E.; SILVA, A. C. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicol. Soc.** 28 (02), p. 288-297, May-Aug 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7KqkS7nPLg55HnS46sWRPw/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAIS, Carlos. **Escala de medida, estatística descritiva e inferência estatística**. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7325/1/estdescr.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016. 244 p. il.

NADANOVSKY, Paulo; SANTOS, Ana Paula Pires dos. **Mortes por causas externas no Brasil: previsões para as próximas duas décadas**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. 60 p. (Textos para Discussão, n. 56). Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/05/NADANOVSKY-e-SANTOS-2021-Mortes-Causas-Externas-Brasil-previsoes-proximas-duas-decadas-Fiocruz-Saude-Amanha-TD056.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

NEVES, Catarina; AUGUSTO, Cláudia; TERRA, Ana Lúcia. Questionários on-line: análise comparativa de ferramentas para a criação e aplicação de e-surveys. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, 2020. ISSN: 2237-826X. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/149523>. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Caio Perdomo de. A construção pedagógica da democracia no espaço escolar: o papel do grêmio estudantil. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 91-102, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://cp2.gov.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/2747/1747>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 28 p.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PASQUALI, Matheus Boucault de. **Juventude e participação: os sentidos da experiência juvenil em duas escolas municipais de Campinas – SP**. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, *Campus Sorocaba*, Sorocaba, SP, 2014.

PEREIRA, Cássia Regina Dias. Filosofia e Sociologia no ensino médio: um estímulo à consciência crítica. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba. **Anais ...** Disponível em: <http://docplayer.com.br/8513164-Filosofia-e-sociologia-um-estimulo-a-consciencia-critica.html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PIAGET, J. **Problemas de psicologia genética**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

QUADRA, Gabrielle Rabello; D'ÁVILA, Sthefane. Educação não-formal: qual a sua importância? **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 17, n. 2: 22-27, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/zoociencias/article/view/24644>. Acesso em: 20 out. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RAMOS, Marise Nogueira. **Práticas de integração curricular e interdisciplinaridade na educação profissional**. 2017. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/joaopessoa/ensino/articulacao-pedagogica/projeto-de-atualizacao-dos-ppcs/2017/encontros-pedagogicos-2017/ii-encontro-pedagogico-de-2017/texto-curriculo-integrado-e-interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

RÊGO, Vilson Ribamar. **100 Anos de uma Escola Centenária**. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, 2009. 147p.il.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RODRIGUES, Dayane Silva; OLIVEIRA, Maria Cláudia Lopes de; SOUZA, Tatiana Yokoy de. Participação Política Juvenil. p. 161-178. In: MEDEIROS, A. M. A; BISINOTO (orgs). **Docência na Socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, *Campus Planaltina*, 2014. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/Docencia_na_Socioeducacao_versao_eletronica.pdf#page=161. Acesso em: 19 out. 2021.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SANTOS, Geovanna. Dia 13 de maio e a falsa abolição: 133 anos de luta e resistência. **Sinprodf**, 2021. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/dia-13-de-maio-e-a-falsa-abolicao-133-anos-de-luta-e-resistencia/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTOS, S.P. Os intrusos e os outros oxigenando a universidade: por uma relação articulada entre raça e classe nas ações afirmativas. In: Reunião Nacional da ANPED, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina, 04 a 08 de out, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4634.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCORSOLINE, Ailton Bueno; MOURA, Marcilene Rosa Leandro; SANTICS, Ricardo José Orsi de. **Grêmios Estudantis: desafios e impasses na construção da cidadania**. Universidade de Sorocaba – UNISO, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Ailt

on%20bueno%20scorsoline.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERO, Mirlene Fátima Simões Wexell. **Os movimentos sociais de juventude e os direitos dos jovens no Brasil**. 2006. 219f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98959/severo_mfsw_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 jul. 2020.

SILVA, Thaís Gama da. **Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_gamasilva.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SIQUEIRA, Thaís Batista. Protagonismo juvenil: cooptação ou emancipação dos jovens? **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jan.-jun. 2021. ISSN 2595-4377 (on-line). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111194>. Acesso em: 17 out. 2021.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 351f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, C.; PAIVA, I. L. de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, 17(3), setembro-dezembro/2012, 353-360. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/02.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SOUZA, Luana Rafaela dos Santos de; PASSOS, Virgínia de Oliveira Alves. Literatura de Cordel: um recurso pedagógico. **Revista Científica da FASETE**, 2018.1. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2018/17/literatura_de_cordel.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF - Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.comcom.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes-segunda-rodada>. Acesso em: 17 out. 2021.

APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL



Descrição técnica do produto

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: Estudantes da Educação Básica de Nível Médio.

Categoria: Manual textual.

Formato: Cartilha.

Organização do produto: O produto está organizado nas seções: 1. Descrição técnica do produto, 2. Sumário, 3. Apresentação, 4. Afinal, qual a diferença do IFPI para as outras escolas? 5. IFPI e a representação estudantil, 6. Gestão democrática escolar, 7. Você já ouviu falar em um grêmio estudantil?, 8. Áreas de atuação do grêmio estudantil, 9. Quais os espaços que os estudantes podem atuar no IFPI?, 10. Dicas, 11. Fique esperto(a)!, 12. Tira-dúvidas!, 13. Desafios e possibilidades para o incentivo ao grêmio estudantil e ao protagonismo juvenil, 14. Indicações, 15. Considerações finais, 16. Referências bibliográficas, 17. Anexos, 18. Sobre os autores.

Registro: Biblioteca do Instituto Federal do Piauí – IFPI/campus Parnaíba.

Origem: Produto desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Disponibilidade: Ampla, desde que mencionando a autoria. Vedado uso comercial por terceiros.

Divulgação: Por meio digital.

Cidade: Parnaíba/PI.

País: Brasil.

Ano: 2021.

Conectando saberes:

Diálogos sobre Grêmio Estudantil e Protagonismo Juvenil



Ficha Editorial

Autora

Talyta Maria Coelho de Deus Lima
talyta.lima@ifpi.edu.br

Orientador

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
marcio@ifpi.edu.br

Projeto editorial e diagramação

Bárbara Larissa Alexandre Figueira
barbara.alexandre.figueira@gmail.com**Hermerson Soares da Silva**
hermersonhsn@hotmail.comFICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)L792c Lima, Talyta Maria Coelho de Deus
Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantis e
Protagonismo Juvenil / Talyta Maria Coelho de Deus Lima. -
2021.
33 p.; il.Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Parnaíba, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes.

1. Movimentos estudantis. 2. Grêmios Estudantis. 3. Educação
básica (ensino médio). I. Título.

CDD: 371.81

Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque - CRB N° 3/1353

O trabalho Conectando Saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantis e Protagonismo Juvenil
de Talyta Maria Coelho de Deus Lima e Márcio Aurélio Carvalho de Moraes está licenciado
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.**Sumário**

Ilustração de Freepiku/Vecteezy

- 7** Apresentação
- 11** Afinal, qual a diferença do IFPI para as outras escolas?
- 17** IFPI e a representação estudantil
- 19** Gestão Democrática Escolar
- 21** Você já ouviu falar em um grêmio estudantil?
- 27** Áreas de atuação do grêmio estudantil
- 31** Quais os espaços que os estudantes podem atuar no IFPI?
- 35** Dicas
- 37** Fique esperto(a)!
- 39** Tira-dúvidas!

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantis e Protagonismo Juvenil

Sumário

5

Apresentação

Ilustração de Freepik/Vectozzy



41 Desafios e possibilidades para incentivo ao grêmio e ao protagonismo juvenil

45 Indicações

45 Documentários

46 Entrevistas

47 Contato

49 Considerações finais

53 Referências

57 Anexos

65 Sobre os autores

A Cartilha Conectando Saberes: Diálogos sobre grêmio estudantil e Protagonismo Juvenil é um material educativo e didático produzido a partir da pesquisa “(Res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no IFPI”, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do IFPI/campus Parnaíba, pela mestranda Talyta Maria Coelho de Deus Lima, sob orientação do Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes.

Para contribuir com a construção dos conhecimentos e reflexões sobre a importância do grêmio estudantil como espaço democrático e formativo na instituição, na comunidade e na sociedade como um todo, este material tem como público-alvo estudantes da Educação Básica de Nível Médio¹.

Este objetivo soma-se ao papel da escola de formar cidadãos conscientes, críticos e reflexivos sobre si, o mundo e suas questões, para além do compromisso de formação exclusivamente voltada ao mercado de trabalho. Inclusive, este é um dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, “[...] garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p. 2-3).

¹ Para aprofundar a discussão apresentada no material, consultar a dissertação “(Res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no IFPI” que levou ao desenvolvimento desta Cartilha como produto educacional (LIMA, 2021).

Os Institutos Federais possuem uma identidade única, que faz com que se tornem diferentes das universidades e demais instituições de ensino, pois eles “[...] constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade” (PACHECO, 2010, p. 16). O que significa que nos IF’s estas quatro dimensões se associam para que os estudantes estejam aptos a exercerem a cidadania e se inserirem no mundo do trabalho, caracterizando uma formação humana integral (LIMA; RIOS, 2019).

Assim, não por acaso, esta Cartilha tem o título “Conectando saberes: Diálogos sobre grêmios estudantil e protagonismo juvenil”. Ela foi pensada como uma ferramenta para contribuir com o IFPI nesta construção, levantando entre os estudantes a reflexão sobre a importância da atuação política e do protagonismo das juventudes dentro e fora da escola, assim como apresentar o grêmios como um dos espaços enriquecedores para a formação humana integral dos estudantes.

Este material está organizado nas seguintes seções: 1. Descrição técnica do produto, 2. Sumário, 3. Apresentação, 4. Afinal, qual a diferença do IFPI para as outras escolas? 5. IFPI e a representação estudantil, 6. Gestão democrática escolar, 7. Você já ouviu falar em um grêmios estudantil?, 8. Áreas de atuação do grêmios estudantil, 9. Quais os espaços



Ilustração de Freepik/Vecteezy

que os estudantes podem atuar no IFPI?, 10. Dicas, 11. Fique esperto (a)!, 12. Tira-dúvidas!, 13. Desafios e possibilidades para o incentivo ao grêmios estudantil e ao protagonismo juvenil, 14. Indicações, 15. Considerações finais, 16. Referências bibliográficas, 17. Anexos, 18. Sobre os autores.

Entendendo que o tema relacionado aos movimentos sociais, e especificamente os movimentos estudantis, são muito amplos e cheios de detalhes, esperamos que esta cartilha seja para você um material simples e de fácil acesso para uso na sala de aula e fora dela, para os estudantes envolvidos no grêmios estudantil, os que pretendem se envolver e também aqueles que não o conhecem até este momento, mas estão atentos à escola como um espaço de fortalecimento da democracia².



Ilustração de Freepik/Vecteezy

² O termo democracia está sendo usado para se referir ao sistema político brasileiro no qual o povo exerce o poder, seja direto (como em plebiscitos, orçamento participativo, dentre outros) ou através da eleição de representante. Definição adaptada do Dicionário Oxford Languages.

Afinal, qual a diferença do IFPI para as outras escolas?



Você, estudante do IFPI, talvez em algum momento já se perguntou: qual a diferença entre o IFPI e as demais escolas da cidade? Será que o diferencial é o turno integral das aulas? Se você pensou assim, te convido a refletirmos um pouco sobre alguns pontos. É importante que saiba que os Institutos Federais – IF's possuem algumas características específicas que o tornam com identidade única, como mencionado na seção anterior.

Vamos começar pelo nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que já apontam alguns aspectos. Primeiramente, a ideia de educação defendida pelos Institutos Federais não coloca os conhecimentos em “caixinhas” por ordem de importância e nem separa as profissões voltadas ao “pensar” como mais relevantes que aquelas voltadas ao “fazer”.

Hoje não cabe mais na sociedade uma divisão e hierarquia de saberes, todos são necessários dentro de contextos particulares. Assim como todas as profissões são socialmente importantes, cada uma com suas atribuições, responsabilidades e exigências.

Antigamente, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tinha como preocupação formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, como aprendizagem de um ofício. Hoje, a EPT reconhece a necessidade de desenvolver indivíduos capacitados para o mundo do trabalho, além de valorizar a formação cidadã, o que requer compreender o mundo a sua volta e os aspectos que dele fazem parte para assim

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantil e Protagonismo Juvenil

interagir com a realidade em busca das transformações desejadas.

Por isso, os IF's têm o compromisso de formar pessoas críticas, reflexivas, conscientes sobre si, o espaço escolar, a comunidade e o mundo. Isso é o que se chama de formação humana integral, que é um dos princípios da EPT, que os torna diferentes das demais escolas.

Para você compreender como se dá essa formação humana integral, é preciso conhecer os quatro pilares que formam a EPT: Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura. São eles que compõem a unidade que em conjunto dão a identidade dos IF's³.



Ilustração de Freepik/Vecteezy

Como é de seu conhecimento, junto ao Ensino Médio você está cursando o Ensino Técnico que lhe capacita para o desenvolvimento de um trabalho. Porém, o conceito Trabalho, no IF, não é considerado como a simples execução de uma prática descontextualizada da realidade. Trabalho é tomado aqui no sentido de realização humana, aquilo nos torna indivíduos que vivem em sociedade e que nos diferencia dos demais animais, pois é a partir do trabalho que adaptamos a natureza às nossas

³ Para melhor compreensão do entendimento desta seção, consultar autores como Ramos (2014) e Pacheco (2010), utilizados como referencial.

necessidades. E quando fazemos isso o meio é transformado, assim como também nós.

Então, para que consigamos não só desenvolver um trabalho, mas também compreender os aspectos científicos, tecnológicos, históricos, sociais dessa produção, é preciso lembrar que os conhecimentos científicos, chamados de Ciência, são produzidos e repassados de geração a geração, em cada tempo e espaço. Por isso a ciência muda ao decorrer da evolução da humanidade, e é o segundo pilar da EPT.

Usamos a Ciência em nosso cotidiano para muitas ações simples e complexas, como o desenvolvimento de celulares, a construção de um poço para a falta de água em uma comunidade, a produção de remédios para a cura de doenças, para entender sobre o impacto da poluição nas grandes cidades, para saber o tempo certo de plantar e colher, para confeccionar a mochila onde você guarda seus livros.

Enfim, como podemos perceber, a ciência está no dia a dia e em ações diversas, o que demonstra ainda mais a sua importância e como não conseguimos viver sem ela. Por isso, os Institutos Federais buscam o desenvolvimento de uma ciência que seja comprometida com as demandas sociais e que, portanto, levem ao desenvolvimento socioeconômico da região.

Nesse sentido, devem ampliar cada vez mais o acesso de toda a população aos conhecimentos científicos, a partir de uma linguagem clara, voltados à realidade local. Do contrário, a ciência continuará concentrada nas mãos de um grupo pequeno, com interesses próprios, o que não é bom para o progresso das cidades e do país.

À medida que nos aproximamos dos conhecimentos científicos aprendidos no curso e no espaço da escola como um todo e aplicamos esses saberes na comunidade, é mais fácil de conseguirmos transformar esses conhecimentos de maneira prática. Com isso, chegamos ao outro pilar da EPT: a Tecnologia.

O sentido de tecnologia que os IF's desenvolvem não está restrito

apenas à criação de máquinas complexas. De modo mais amplo, aqui o sentido é de inovação técnica e tecnológica, enquanto soluções práticas e situações concretas que promovam o desenvolvimento local e regional das comunidades e permita as pessoas terem mais qualidade de vida.

As tecnologias são dinâmicas, mudam conforme o tempo, espaço e contexto. Daí a importância de um conhecimento baseado na relação teoria/prática, pois a teoria é importante para guiar a ação e a ação permite rever a teoria, modificando-a conforme necessário. Por isso, na grade curricular todas as disciplinas tem sua função para a sua formação acadêmico-profissional.



Ilustração de Freepik/Vecteezy

Pois é preciso, por exemplo, saber realizar o plantio de tomate, mas antes disso é preciso saber o solo adequado, a correta época do ano, a influência das questões climáticas para uma boa colheita, o descarte adequado dos tomates podres, a produção de tempero para ajudar na renda familiar, dentre outros.

Por fim, o quarto pilar da EPT: Cultura, também se associa aos demais, pois Cultura é expressa pela forma como uma população vive, com seus símbolos, valores, normas de conduta, significados que são construídos em cada contexto. A partir do momento em que temos acesso à Ciência conseguimos pensar sobre os padrões culturais socialmente impostos e como eles repercutem na vida das pessoas, dos grupos e do país.

Desta forma, se você observar, os quatro pilares estão associados

na sua trajetória enquanto estudante do IFPI, pois nessa caminhada você diariamente aprende saberes científicos que lhe enriquecem para desenvolver tecnologias socialmente importantes para as comunidades e pensar sobre questões que vivencia na sua cultura local e regional. Com isso, ao término do curso, você com certeza sairá um trabalhador pronto para o mundo do trabalho e muito mais consciente de todos os demais aspectos que estão envolvidos nesse processo.

Esta pesquisadora acredita que a escola tem papel extremamente importante nessa construção. E os Institutos Federais, sobretudo, pois tem a missão de “promover uma educação de excelência direcionada às demandas sociais”. O que só será possível a partir dessa articulação entre Trabalho-Ciência-Tecnologia-Cultura.

Dentro da escola, o grêmio é um espaço que pode contribuir nesse papel de promover reflexões, debates, ações que representam seus interesses e direitos e, de modo mais amplo, também amplia o seu olhar para entender a importância de estarmos ligados ao que se passa em todos os espaços que frequentamos e o que podemos fazer para que eles se tornem melhores. Espero que esta Cartilha, te ajude nisso.



IFPI e a representação estudantil



Ilustração de Freepix Vecteezy

Agora que sabemos que a escola pública tem o compromisso social junto aos filhos das classes trabalhadoras, é preciso entender um pouco mais sobre os Institutos Federais e suas particularidades, o que será feito nesta seção.

Os Institutos Federais são instituições criadas pela Lei nº 11.892/2008 e são pluricurriculares, pois ofertam diversas modalidades de ensino que vão desde a formação inicial continuada à pós-graduação e também são multicampi, pois se organizam em campi localizados em vários municípios de um Estado (BRASIL, 2008). Por isso, é comum você encontrar um IF na cidade que você mora ou perto dela, além de ser algo positivo pois contribui com o desenvolvimento da cidade e da região e da sua população, sem a necessidade de sair da sua comunidade em busca de formação acadêmica/profissional.

O IFPI tem como missão “promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” (IFPI, 2020, p. 32), o que significa o compromisso com o atendimento das necessidades e demandas da comunidade local onde ele está inserido, sempre considerando as características e singularidades do público atendido.



Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantil e Protagonismo Juvenil

Este compromisso parte do entendimento de que você, estudante do IFPI, é um ser social e cultural, ou seja, você faz parte de uma comunidade, vivencia uma determinada cultura, possui experiências diversas que ganham sentido dentro de um contexto mais amplo (LEÃO, 2011).

É desta forma, interagindo uns com os outros, com os demais atores que fazem parte do contexto escolar e social que os jovens vão se (re) construindo como seres que pensam, agem e decidem com autonomia e criticidade dentro e fora da escola, a qual só terá êxito nesta tarefa se desenvolver uma educação horizontal, baseada no diálogo entre todos os envolvidos, a partir de uma gestão democrática escolar, como veremos adiante.



Ilustração de Freepik/Vecteezy

Gestão democrática escolar



Você sabia que a educação é uma política garantida na Constituição Federal brasileira como “direito de todos e dever do Estado e da família [...] com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988)? Isso significa que é um compromisso que deve ser defendido e garantido por todos, devido a importância desse objetivo de proporcionar que as gerações atuais e futuras tenham acesso aos conhecimentos que são necessários para viver em sociedade, se desenvolver como um cidadão consciente e ainda se inserir no mundo do trabalho de modo contextualizado, não apenas executando um determinado fazer, mas compreendendo todo o processo do qual ele faz parte.

Vale ainda lembrar que “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 9). Mas a escola é um dos locais possíveis, é a instituição formal dedicada à educação. Por isso primeiramente é preciso identificar de modo crítico e consciente quais as condições reais presentes no cotidiano escolar para a partir dessas condições buscar uma democratização da escola, ou seja, a garantia dela enquanto espaço de promoção de direitos e de inclusão para todos.

Para que esse objetivo seja alcançado a educação tem como um de seus princípios “a gestão democrática do ensino público”⁴, quer dizer, para isso se tornar uma realidade é necessário que a escola tenha uma

⁴ Para maiores informações consultar o Inciso VIII, do Art. 3º da Lei nº 9.394/1996, popularmente conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 2 nov. 2021.

gestão compartilhada entre servidores, estudantes, gestores, famílias e comunidade da qual ela faz parte. Desta forma, o diretor não está perdendo seu poder, mas está dividindo responsabilidades e consequentemente governando a escola de modo mais próximo das demandas e necessidades de todos os envolvidos no processo, principalmente dos estudantes que são o público-alvo da instituição (PARO, 2016).

O estudante deve compreender que a escola é um espaço de formação e produção de saberes para você e, sobretudo COM você, o que significa dizer que você é protagonista nesta história, produtor de conhecimentos e de cultura, então busque fazer parte da gestão escolar, conhecendo a realidade, as dificuldades e desafios e, participando ativamente das decisões a serem tomadas que são importantes para todos.

Existem diversos órgãos e espaços de consulta e decisão do qual você estudante pode fazer parte na escola, a exemplo do grêmios estudantil. Vamos conhecer um pouco mais sobre ele?

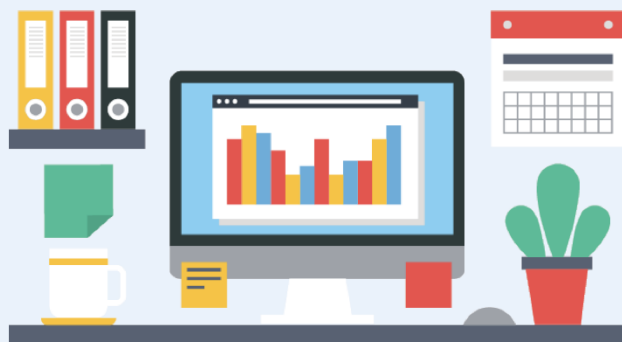


Ilustração de Freepik/Vecteezy

Você já ouviu falar em um grêmios estudantil?



Ilustração de Freepik/Vecteezy

Os grêmios estudantis são "entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais", de acordo com o art. 1º da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, popularmente conhecida como Lei do Grêmios Livre (BRASIL, 1985).

O que significa que os grêmios são espaços de participação e formação política que por lei tem direito a existir dentro das escolas para representar os interesses dos estudantes do nível fundamental, médio e técnico concomitante/subsequente.

A importância dele está em reunir um grupo de estudantes que, através de eleição, são indivíduos legítimos e reconhecidos no espaço escolar para representar toda a comunidade estudantil, buscando seus interesses, demandas e objetivos. Daí a necessidade de a escola investir na formação política e cidadã dos estudantes o que, sem dúvida, ajuda na conquista de uma sociedade democrática e no desenvolvimento de juventudes mais engajadas, críticas e conscientes dos direitos e deveres nos diversos lugares que ocupam (PAULA; AFONSO, 2018).

Vale lembrar que o sentido de política adotado nesta Cartilha não se refere apenas ao direito de votar e ser votado nas eleições ou à participação em partidos políticos e outros espaços institucionalizados como sindicatos. Mas se associa a uma educação para a cidadania, a partir de conhecimentos e práticas que permitam uma verdadeira participação social e protagonismo juvenil (MARCILIO, 2007).

É importante dizer que o grêmio não é a única entidade de representação estudantil. Existem muitas outras, a nível de município, Estado e país e todas elas estão conectadas em prol dos interesses dos estudantes. A imagem abaixo mostra como elas se interligam:

Figura 1 - Entidades estudantis

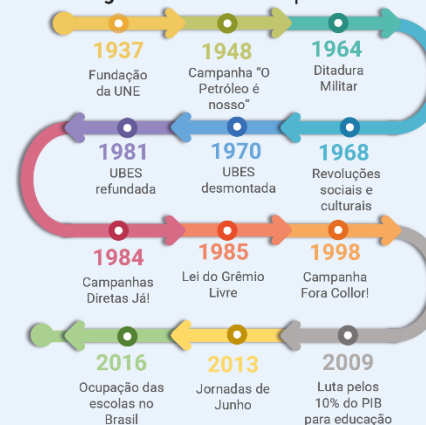


Fonte: Adaptado de UNE (2011).

Agora que você conheceu um pouco sobre as entidades estudantis é importante refletir um pouco sobre os movimentos sociais e estudantis, pois no Brasil a atuação deles reflete a própria trajetória do país, atuando como espaços de resistência, reflexão e reivindicação por direitos e garantias coletivas. Com o tempo as lutas mudaram, mas o ponto central é compreender que os movimentos sociais e os estudantis possuem uma dimensão educativa, pois geram saberes, conhecimentos e aprendizagens (GOHN, 2011).

A partir deste entendimento, segue abaixo uma linha do tempo com alguns fatos importantes no Brasil que contaram com a grande presença de jovens mobilizados nas ruas, escolas, universidades, partidos políticos em busca de objetivos comuns. Importante destacar que a organização dos movimentos estudantis e espaços de representação estudantil, como os grêmios por exemplo, devem ser independentes de partidos políticos, mantendo-se como espaços autônomos e livres apenas para representar os interesses discentes, sem manipulações externas.

Figura 2 - Linha do tempo UBES



Fonte: Adaptado de UBES (s. d.).

Deste modo, percebe-se que o grêmio é exitoso no fortalecimento da democracia, além de contribuir com o desenvolvimento do protagonismo juvenil, ao possibilitar aos jovens terem novas vivências, refletirem sobre questões diversas, enfrentarem a realidade que vivem, pensarem/construírem novas possibilidades, o que é social e culturalmente enriquecedor (BENEVIDES, 2004).

Agora que se sabe os benefícios de um grêmio na escola é interessante pontuar quais os passos para criação de um grêmio escolar:



1º Passo Os alunos interessados em concorrerem ao grêmio devem informar a direção escolar. Em seguida forma-se a Comissão Pró-grêmio com os estudantes que desejarem e os líderes de turma, se concordarem. Esta Comissão organiza todos os detalhes anteriores à eleição, como por exemplo, elabora o Estatuto do grêmio, a ser votado depois.



2º Passo É chegado o momento da Assembleia Geral, convocada pela Comissão Pró-grêmio, com todos os estudantes do campus, com o objetivo de escolher o nome do grêmio, as datas da campanha e das eleições, votar o estatuto do grêmio e definir a Comissão Eleitoral. Todas as decisões tomadas pela assembleia devem ser registradas em Ata que é um documento público.



3º Passo Formação das chapas pelos estudantes que irão concorrer. Neste momento o plano de gestão de cada chapa deve ser apresentado em debates organizados pela Comissão Eleitoral. As propostas de ação das chapas também devem ser divulgadas na escola, para que a maior quantidade de pessoas tenha acesso a tais informações que são do interesse de todos. Os estudantes devem participar dos debates com atenção, como um espaço de reflexão, críticas construtivas e levantamento de questões coletivas importantes.



4º Passo Eis que finalmente chega o dia da eleição, cujo voto é secreto. Após o final da votação, inicia-se a contagem dos votos, que é realizada pelos líderes de turma, representantes das chapas e, caso desejem, algum servidor do campus também pode acompanhar esta etapa. A Comissão Pró-grêmio não pode esquecer de registrar o resultado em uma Ata de Eleição que também é um documento público.



5º Passo A direção da escola deve ser informada da nova gestão do grêmio e para isso recebe da Comissão Pró-grêmio a cópia da Ata de Eleição com o resultado e do estatuto do grêmio. Por fim, esta comissão também organiza a cerimônia de posse, aberta a todos os estudantes e servidores, para a Diretoria eleita do grêmio. A partir deste ponto, o grêmio começa atuar efetivamente na escola a partir do plano de ação construído na fase de eleição, e com isso deve fechar parcerias, realizar assembleias com os estudantes, dentre outras responsabilidades que estão estabelecidas no estatuto do grêmio.

Áreas de atuação do grêmio estudantil



Ilustração de Freepix Vecteezy



Agora que você sabe o que é um grêmio estudantil, é importante também conhecer que tipos de ações ele pode desenvolver e em que áreas costuma atuar. Para isso, vamos explicar um pouco sobre algumas delas.

Antes de prosseguirmos, é necessário que você saiba que todas as ações desenvolvidas são importantes para os estudantes, a escola e/ou a comunidade, o que diferencia apenas é o contexto e o objetivo a ser alcançado em determinado momento.

Para definir qual atividade o grêmio irá organizar ele deve fazer, se possível, um levantamento junto aos demais estudantes, sempre avaliando os prós e contras de cada uma das sugestões. E assim, decidir com base nas necessidades apontadas e principalmente nas prioridades, pois nem tudo o grêmio terá tempo e/ou condições de fazer por vários motivos.

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmio Estudantil e Protagonismo Juvenil

O ideal é buscar um consenso entre o grêmio e os estudantes, mas nem sempre a reunião da assembleia é a melhor alternativa e, com isso, o grêmio enquanto órgão eleito, tem o papel de resolver e comunicar a decisão, sempre priorizando as demandas reais, a realidade do momento e as condições para desenvolver uma ou outra atividade (DIAZ BORDENAVE, 1994). Pois, lembrem-se, o grêmio nem sempre contará com unanimidade entre todos os alunos e isso é normal. Faz parte do processo democrático e a decisão dos gremistas deve ser respeitada.

A seguir resume-se algumas áreas importantes nas quais o grêmio pode atuar⁵, seja como organizador ou como parceiro colaborando com outras pessoas na organização, além de exemplos de algumas atividades:



Ensino

- Organização de simulados em parceria com os docentes;
- Organização de cursos e atividades extracurriculares a partir das necessidades dos estudantes;
- Rodas de conversa para discutir com a gestão e servidores sobre questões relativas ao ensino como metodologia, avaliações, calendário, currículo;
- Oficinas/concurso de Redação com foco no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e como metodologia do processo de ensino-aprendizagem;
- Parceria para organização de atividades interdisciplinares com docentes e servidores.

⁵Apresentam-se algumas áreas, mas não esgota as possibilidades, pois existem outras como lazer, esporte, meio ambiente, dentre outros. O grêmio deve adaptar os exemplos de ações de acordo com as condições da escola e da comunidade, disponibilidade de materiais, frequência disponível para o desenvolvimento das ações. Por isso a importância de conhecer a realidade local.



Pesquisa

- Pesquisas junto à comunidade interna e externa para levantamento de dados que levarão ao melhor desenvolvimento de ações na escola.



Cultura

- Concursos artístico-literários (poesia, rima, repente, desenho, pintura, grafite, dentre outras manifestações locais);
- Organização de atividades educativas em museus, associações, praças, pontos locais;
- Cine debates;
- Semanas Culturais com temas relacionados aos conteúdos escolares;
- Mostra de artesanatos de grupos da comunidade.



Política

- Debates;
- Organização de manifestações políticas;
- Rodas de conversa sobre temas políticos;
- Discussão e participação nos órgãos de decisão escola;
- Articulação com os movimentos sociais locais regionais/ nacionais;
- Articulação com grêmios e entidades de outras instituições locais, regionais e nacionais;
- Visitas a instituições/espços políticos da cidade (sindicatos, câmara de vereadores, prefeitura).



Social

- Eventos festivos dentro e fora da escola;
- Campanhas de arrecadação de roupas, alimentos para doação;
- Debates sobre temas diversos;
- Projetos de conservação dos espaços escolares e comunitários;
- Desenvolvimento de projetos sociais na comunidade.

Vale lembrar que uma mesma atividade pode se encaixar em várias áreas, dependendo do objetivo que pretende alcançar, como também o grêmio pode unir ações e assim conseguir realizar mais. Como por exemplo, a organização de uma oficina de redação para o ENEM aos estudantes do bairro, cujas inscrições são alimentos para serem doados a algum projeto social da cidade ou uma visita à Câmara de Vereadores da cidade seguida de uma roda de conversa sobre políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes.

Assim, o grêmio deve pensar no seu plano de ação com antecedência, entregá-lo à gestão e se organizar em relação aos detalhes como: local, dia, horário, tempo de duração, parceiros necessários para a ação, materiais a serem utilizados, divulgação e articulação da atividade na escola, dentre outros.

Agora que você viu as áreas de atuação do grêmio, mostraremos alguns espaços de consulta e decisão dos quais os estudantes também podem fazer parte no IFPI de modo a contribuir com a gestão escolar.

Quais os espaços que os estudantes podem atuar no IFPI?



Conselhos de Classe 01

02 Colegiados de cursos



03 Conselho Superior

Além das áreas apresentadas na tabela, o grêmio também pode se envolver nos órgãos consultivos e deliberativos da escola⁶, os quais discutem questões importantes para o campus, o IFPI como um todo e a comunidade. Esta participação só se faz possível a partir do diálogo e da vivência da experiência em si, pois só se aprende a participar participando, não é um processo natural desde que nascemos (PARO, 2016).

Desta forma você, estudante, desenvolve o senso crítico e a autonomia que contribuirão para ser protagonista da sua trajetória na escola, na comunidade e na sociedade.

Antes de prosseguirmos, lembrem-se que os estudantes podem

⁶ Órgãos colegiados se referem aos espaços de consulta e decisão na instituição escolar.

participar destas comissões e núcleos independentemente de serem do grêmio ou não. Basta ter o interesse de contribuir para que a escola se torne um local cada vez melhor para todos. Vamos, então, conhecer alguns destes espaços?

Conselho Superior (CONSUP): “Órgão superior colegiado máximo do IFPI, de caráter consultivo e deliberativo”. A escolha do representante discente ocorre através de eleição entre os pares (estudantes).

Colegiados dos Cursos: “Órgãos consultivos e deliberativos de cada curso, encarregados da coordenação didática, da elaboração, execução e acompanhamento das políticas de ensino dos respectivos cursos”. A escolha do representante discente ocorre através de eleição entre os pares (estudantes).

Conselho de Classe: “Função consultiva e deliberativa pertinentes ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem [...]”. Os representantes estudantis são os líderes de turma.

Agora que você conheceu alguns destes espaços, vamos discutir como o grêmio pode atuar junto deles? Primeiramente, ele pode incentivar os estudantes para se candidatarem nas eleições para representante estudantil nesses conselhos, colegiados, podendo ser gremista ou não. O

⁷ Para maiores informações consultar Resolução nº 002/2011 (IFPI, 2011). Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/orgaos-colegiados/consup/regimento-interno-conselho-superior-consup.pdf/view>. Acesso em: 3 nov. 2021.

⁸ Para maiores informações consultar Resolução nº 14/2019 - Conselho Superior (IFPI, 2019). Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/orgaos-colegiados/consup/resolucoes/2019/resolucao-no-14-2019>. Acesso em: 3 nov. 2021.

⁹ Para maiores informações consultar Resolução nº 20/2019 - Conselho Superior. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/orgaos-colegiados/consup/resolucoes/2019/resolucao-no-20-2019-conselho-de-classe-cursos-concomitantes-e-ou-subsequentes.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

importante é cumprir as exigências do edital.

Além disto, o grêmio estudantil pode divulgar estes órgãos colegiados na escola, através de cartazes, rodas de conversa e dinâmicas com uma linguagem clara e interessante, fazendo com que mais estudantes conheçam e se envolvam com as decisões institucionais e o processo educativo em si.

Desta forma, o envolvimento do grêmio com estes espaços deve ocorrer em todas as etapas do processo, desde o planejamento até a avaliação, pois os órgãos colegiados auxiliam a escola a construir uma gestão efetivamente democrática, promovendo assim uma educação pública de qualidade e uma democracia fortalecida (LUCK, 2009).

Por isto, estudante, busque participar não apenas como ouvinte das ações ou cumprindo as decisões tomadas por outras pessoas. Procure conhecer a realidade concreta e a partir dela fazer as reflexões necessárias e tomar as decisões de maneira compartilhada e corresponsável.



Ilustração de Freepik/Vecteezy

Dicas



Ilustração de Freepik Vecteezy



Agora que sabe o que são espaços consultivos e deliberativos, nesta seção pensamos em algumas dicas que podem ser úteis para você estudante gremista ou que deseja participar do grêmio futuramente:



Assembleias em grupos menores para facilitar a real participação de todos: Quando precisar reunir grupos maiores, pense em alternativas para que mais estudantes consigam se manifestar. Por exemplo: cartazes, desenhos, debates. As reuniões, mesmo mais informais, trazem ricas discussões para a educação e a democracia (MARTINS; DAYRELL, 2013);

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmio Estudantil e Protagonismo Juvenil

Ampla divulgação dos canais de comunicação com o grêmio na escola: A comunicação é elemento essencial nas relações entre as pessoas. Por isto, o grêmio (e a escola) devem ser um espaço de escuta, acolhimento e respeito às diversidades (PORTO, 2005). Pode investir, por exemplo, em Caixa de sugestões na porta da sala do grêmio ou em locais estratégicos da escola e também nas redes sociais muito utilizadas pelos jovens.



Um Jornal do grêmio estudantil no *campus*: Os jornais permitem aos jovens conhecer o mundo, a realidade e pensá-los criticamente (FARIA, 2006), possibilitando assim uma postura mais ativa, além de benefícios em várias áreas do conhecimento.

Elaboração do planejamento de trabalho do grêmio estudantil: Nele registram-se as reuniões com a gestão e equipe da escola, assembleias com os demais estudantes, o que não impede as reuniões extraordinárias (quando preciso), além das atividades propostas, contribuindo para uma gestão democrática.



Fique esperto (a)!



Ilustração de Freepix Vecteezy



O grêmio é um espaço de representação estudantil importante na escola, mas é necessário que todos fiquem atentos a algumas situações que podem acontecer e prejudicar a atuação dos gremistas e o papel do grêmio em si:



Tentativas de manipulação do grêmio por gestores, servidores e até alunos: A atuação do grêmio deve ser livre de manipulações que buscam conduzir o processo. Da mesma forma, se a participação depende de autorização ela não é democrática (PARO, 2016). Parcerias colaborativas são bem-vindas!

Atenção aos níveis de participação em uma gestão escolar: A comunicação de decisões já tomadas pela gestão aos estudantes ou pedido para que realizem ações pensadas por outros é o menor nível de participação, não sendo ideal aos estudantes, que devem se envolver em todas as etapas (execução à avaliação) (DIAZ BORDENAVE, 1994).





A participação e envolvimento no grêmio podem gerar conflitos: A diferença de ideias e experiências faz parte do processo democrático dentro e fora da escola e pode gerar atritos (SILVA; SANTOS, 2019). O diálogo é a melhor forma de resolver os impasses.

Respeito às decisões tomadas: Há momentos que o grêmio deve resolver/refletir questões com a assembleia de estudantes. Em outros, ele deve decidir sozinho, enquanto órgão de representação eleito pelo coletivo. Em qualquer das duas situações, a decisão deve ser respeitada, mesmo que você não concorde (DIAZ BORDENAVE, 1994).



Tira-dúvidas!



Ilustração de Freepix/Vecteezy

Patrimônio

01

Espaço físico

02

Voluntário

03

Contas

04

Grêmio

Nesta seção serão esclarecidas algumas dúvidas comuns em relação à organização do trabalho dos gremistas e dos demais estudantes interessados em participar dos movimentos estudantis na escola:



O grêmio tem espaço físico na escola?

No IFPI, não há norma que garanta uma sala específica para o grêmio estudantil nos campi. Ao tomar posse recomenda-se aos gremistas conversarem com a gestão sobre esta possibilidade que contribui com a identidade e envolvimento dos estudantes. Se não for possível, quando necessitarem, a escola deve ceder um espaço para as atividades do grêmio.

Qual a fonte de recursos do grêmio estudantil?

O grêmio não possui fonte de financiamento para custear sua gestão.

**Como levantar recursos para o grêmio estudantil?**

O grêmio pode organizar projetos e atividades para arrecadar recursos que necessitará para sua gestão. Por exemplo: rifas, bingos, sorteios, ações com ingresso a preço simbólico, bazares, dentre outros. Quando possível, envolver os estudantes nas decisões sobre o melhor uso dos recursos financeiros do grêmio.

**Como gerenciar o patrimônio do grêmio estudantil?**

Tudo que foi adquirido pelo grêmio durante sua gestão, pertence ao grêmio. Ao fim do mandato, é importante fazer a prestação de contas com transparência perante a nova gestão e os demais estudantes.

**Os membros do grêmio estudantil podem ser pagos?**

Não! A participação de todos os estudantes no grêmio é voluntária, não remunerada.



Desafios e possibilidades para incentivo ao grêmio e ao protagonismo juvenil

Ilustração de Freepik/Vecteezy



Agora que você já sabe diversas informações sobre o grêmio, é importante pensar os desafios presentes na escola que podem dificultar a formação/continuidade deste espaço estudantil de representação. E também as possibilidades de enfrentamento para fortalecer a atuação gremista e contribuir com uma formação humana integral.

O primeiro desafio é o desconhecimento das pessoas em geral quanto ao grêmio, o que acaba contribuindo para uma desmobilização estudantil e também a compreensão errada sobre a sua atuação e responsabilidades, o que reduz o trabalho e cria um ponto de vista negativo sobre o protagonismo juvenil.

A visão limitada da comunidade acadêmica (gestores, servidores, famílias e até mesmo alunos) sobre a participação estudantil é percebida muitas vezes no pouco incentivo ao envolvimento dos estudantes nos espaços de decisão e na ideia da formação política como algo menos importante na escola.

Nesse aspecto, os cursos/atividades de formação para servidores e estudantes sobre o protagonismo juvenil são alternativas e podem ser ofertados pelo próprio grêmio (se houver), pelo *campus* (em parceria com os estudantes) ou ainda pela Reitoria, como parte do planejamento estratégico institucional. E ajudam para que as pessoas entendam a importância da política na sua vida, na escola, na comunidade e no mundo (PORTELINHA; MARTINS, 2017).

São necessários também momentos com os estudantes para construção coletiva de um plano de ação do grêmio, que o possibilite conhecer, problematizar e intervir na realidade escolar e local. Este deve ser o verdadeiro propósito da educação escolar e do grêmio como espaço de formação política¹⁰.

Estudante, no *campus* que não tem grêmio, os momentos de reunião e reflexão coletiva podem ser organizados pelos líderes de turma do Técnico Integrado ao Médio ou através de parceria com movimentos juvenis locais, se existirem, e funcionam como bom incentivo para criação ou reorganização do grêmio.

O diálogo com a gestão para definir dias no calendário letivo para assembleias ou reuniões de criação do grêmio (se ainda não tiver) também é uma estratégia que pode auxiliar, já que o horário para as atividades coletivas é um desafio que costuma desmobilizar os estudantes. Esta decisão depende da realidade de cada *campus* e pode ser revista sempre que preciso.

Importante destacar a necessidade de que a formação política estudantil seja uma dimensão presente na educação profissional e tecnológica de forma constante, não apenas nas disciplinas de Ciências Humanas ou em eventos isolados, mas a partir de uma interdisciplinaridade que reconhece a força e o papel de cada um. Com isso ganham a escola e todos que dela fazem parte (FAZENDA, 2008).

O trabalho se fortalece quando é desenvolvido em rede dentro e fora da escola. Por isso o grêmio (ou o coletivo de alunos mobilizados, na

¹⁰ Esta compreensão parte do entendimento de Freire (1987), segundo o qual o ser humano e a realidade são dinâmicos, portanto, são modificados e modificam o espaço constantemente. A educação faz parte deste processo sócio-histórico como uma das formas que permite ao homem a consciência crítica para transformar a realidade concreta.

ausência dele) devem fazer parcerias para sua atuação escolar.

Outro desafio para uma plena participação política estudantil dentro e fora da escola é o currículo escolar, muitas vezes extenso demais e distante da realidade local e dos interesses juvenis, prejudicando as experiências que são valiosas fontes de saber, pois muito se aprende ao fazer e o ensino e aprendizagem não acontecem apenas em sala de aula (FREIRE, 1983).

Desta forma, é necessário envolver toda a comunidade acadêmica (gestores, servidores, estudantes, pais) na discussão sobre o currículo escolar, de modo a (re)pensá-lo para além de um documento obrigatório, mas como o que ele é de fato: o eixo que conduz o processo educativo, um instrumento pedagógico e político que pode embasar uma educação libertadora (FREIRE, 1987).

A partir do que foi apresentado sobre alguns dos desafios e possibilidades em torno do grêmio estudantil e da escola segue o mapa mental abaixo que resume esta discussão:

Figura 3 - Desafios e possibilidades



Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Documentários



Nunca me Sonharam: 2017. Brasil.

Duração: 84min. Direção: Cacau Rhoden. Resumo: "Os desafios do presente, as expectativas para o futuro e os sonhos de quem vive a realidade do Ensino Médio nas escolas públicas do Brasil. Na voz de estudantes, gestores, professores e especialistas, 'Nunca me sonharam' reflete sobre o valor da educação".

Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/nuncamesonharam>.



Pro Dia Nascer Feliz: 2006. Brasil.

Duração: 1h28min. Direção: João Jardim. Resumo: "As angústias e inquietações do adolescente, e, em especial, a maneira como ele se relaciona com um ambiente fundamental em sua formação: a escola. [...]".

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nvsbb6XHu_I.



Juventude: A hora é agora: 2019. Brasil.

Duração: 17min12s. Direção: Nágila Lima da Silva. Resumo: "Este filme é resultado da vivência no projeto - O protagonismo juvenil: como pensam e atuam os jovens como atores sociais na busca por seus ideais [...]".

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GGczAL00aT8>.

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantil e Protagonismo Juvenil



A Rebelião dos Pinguins: 2007. Chile.

Duração: 40min49s. Direção: Carlos Pronzato. Resumo: "Registro da luta dos estudantes secundaristas chilenos contra o sistema educacional. Em maio de 2006, o Chile presenciou o surgimento e o amadurecimento do movimento dos estudantes secundaristas, que configuraram um processo bastante original de luta, com mais de um milhão de estudantes mobilizados em todo o território nacional. [...]".

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kYzkDqI56yw>.



Eleições: 2018. Brasil.

Duração: 1h40min. Direção: Alice Riff. Resumo: "É época de eleições para o grêmio estudantil. Secundaristas se organizam para a corrida eleitoral. Quatro grupos de estudantes, com opiniões e visões de mundo diferentes, criam propostas, debatem estratégias de campanha e lutam por melhorias na escola. [...]".

Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/eleicoes>.

Entrevistas



Grêmio do Colégio FAAP realiza entrevistas com os candidatos à Prefeitura de Ribeirão Preto: 2020.

Disponível em: <https://www.revive.com.br/noticias/politica/gremio-do-colegio-faap-realiza-entrevistas-com-os-candidatos-prefeitura-de-ribeirao-preto/>.



Entrevista com o Grêmio Estudantil do IFPR Campus Irati: 2019.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jR4mg3cLdRA>.

Contato



UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Site: <https://ubes.org.br/>
Instagram: [@ubesoficial/](https://www.instagram.com/ubesoficial/)
YouTube: [ubesoficial](https://www.youtube.com/ubesoficial)



FENET: Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico

Site: <http://fenetbrasil.blogspot.com>
Instagram: [@fenetoficial](https://www.instagram.com/fenetoficial)



AMES: Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas de Teresina

Site: <https://www.amesteresina.com.br>
Instagram: [@amesteresina](https://www.instagram.com/amesteresina)
Telefone: (86) 3085-1273
Whatsap: 86 9932-6032

Considerações finais



Ilustração de Freepik Vecteezy

A sociedade está em constante evolução e a escola, como parte dela, também deve estar atenta a essas mudanças, de modo a conseguir desempenhar sua função da melhor forma possível. Sabemos que os desafios enfrentados são diversos e exigem compromisso e engajamento de todos os sujeitos envolvidos nos processos educativos na defesa e construção de um projeto de escola mais inclusiva e autônoma.

Pensando nestes aspectos é que esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida, assim como este material educativo no formato cartilha, para contribuir com as reflexões que venham a repercutir no papel da escola e na formação de juventudes críticas e conscientes.

Sem dúvida, a Educação Profissional e Tecnológica tem conseguido, apesar de todas as dificuldades, avançar no combate à fragmentação que coloca de um lado a formação unicamente voltada ao mercado de trabalho e de outro lado a formação para a cidadania e democracia. Pois hoje os estudos e teóricos do tema mostram que a educação e a escola precisam promover uma formação humana integral, ou seja, uma formação que prepare o estudante para o mundo do trabalho sem perder de vista a autonomia e criticidade para pensar sobre si, sobre o mundo e realizar as mudanças necessárias.

O grêmio estudantil, como um dos espaços de representação dos estudantes, faz parte do cotidiano escolar e apesar de também ser atravessado por desafios, se apresenta como uma rica possibilidade de formação política para os jovens. Desta forma, encerramos esta produção,

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantis e Protagonismo Juvenil

com o desejo sincero de que este material seja um instrumento facilitador e promotor destas reflexões tão necessárias para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Pois como já diz o poeta:

“
**Meus Amigos Camaradas,
 Escutem o que vou dizer,
 Agora eu quero falar,
 Da Conectando Saber.**

**Cartilha que traz para você,
 Informações a mil,
 Para vocês entender,
 Sobre o grêmio estudantil.**

**Falo meu povo gentil,
 Pois preste bem atenção,
 Do protagonismo juvenil,
 No processo de formação.**

**Falo e não peço silêncio,
 Guarde na recordação,
 Que desse protagonismo,
 Vem do grêmio a provocação.**

**Que provoca a reflexão,
 Sobre o contexto tido e vivido,
 Em que @ jovem cidadão,
 Está situado e inserido.**

**Construir o senso crítico,
 Das juventudes em geral,
 É o objetivo do grêmio,
 Que falo em especial.**

**Despertar pra realidade,
 De modo contextual,**

**Ter representatividade,
 No espaço educacional.**

**Essa política importante,
 Que propõe representar,
 A realidade d@ estudante,
 Pra Comunidade escolar.**

**Sofre precarização,
 É verídico, não é polêmica,
 Como desvalorização,
 Das atividades não acadêmicas.**

**Outra dificuldade digo,
 Pro grêmio a fragilização,
 É o pouco incentivo,
 Da escola e direção.**

**Pra que nossas juventudes,
 Tenha mais participação,
 Precisa que nos ajude,
 Nessa mobilização.**

**Já fazendo a encerração,
 Quero aqui vos apelar,
 Incentivem a participação,
 Inclua @ jovem, no contexto escolar.**

**Faço esse encarecimento,
 A comunidade escolar,
 Leve a conhecimento,
 Pras juventudes participar.**

**Vamos abordar o tema,
 De modo interdisciplinar,
 Fazer do grêmio o lema,
 Da politização escolar.**

Que não tenha restrição,
Pras Humanas e Sociais,
Que parta a reflexão,
Das disciplinas gerais.

Agradeço a atenção,
Espero colaborar,
Nessa Sensibilização,
Pras juventudes emancipar!

”

Itanael da Silva Rodrigues

Cordelista - Estudante do curso Tecnólogo em Agroecologia do IFPI/campus Cocal

Referências



Ilustração de Freguiz Vestezy

BENEVIDES, Maria Victoria. Conversando com os jovens sobre direitos humanos. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo (org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 381-404.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 116 p. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 4 nov. 1985.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 29 dez. 2008.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Rev. Trabalho necessário**, v. 3, n. 3, p. 1-20, dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 3 nov. 2021.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 81 p. (Coleção Primeiros Passos)

FARIA, Maria Alice de Oliveira. **Como usar o jornal em sala de aula**. 10.

ed. São Paulo: Contexto, 2006. 164 p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 3 nov. 2021.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**: construindo para o futuro. Teresina, PI: IFPI, 2020. 264 f. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/pdi-2020-2024--anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf. Acesso em: 3 nov. 2021.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução nº 002/2011 - Conselho Superior**. Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Conselho Superior (CONSUP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Teresina, 16 fev. 2011. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/orgaos-colegiados/consup/regimento-interno-conselho-superior-consup.pdf/view>. Acesso em: 3 nov. 2011.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução nº 20/2019 - Conselho Superior**. Aprova o Regulamento do Conselho de Classe dos Cursos Técnicos Presenciais nas formas Concomitante e Subsequente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI. Teresina: MEC, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/orgaos-colegiados/consup/resolucoes/2019/resolucao-no-20-2019-conselho-de-classe-cursos-concomitantes-e-ou-subsequentes.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

IFPI. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução nº 14/2019 - Conselho Superior**. Aprova o

Regulamento de criação, atribuições e funcionamento dos Colegiados dos Cursos Técnicos Presenciais na forma Integrada, Concomitante e Subsequente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI. Teresina: MEC, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/orgaos-colegiados/consup/resolucoes/2019/resolucao-no-14-2019>. Acesso em: 3 nov. 2021.

LEÃO, Geraldo. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola... In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (org.). **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: PucMinas, 2011. p. 99-115.

LIMA, Talyta Maria Coelho de Deus; MORAIS, Márcio Aurélio Carvalho de. **(Re)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no IFPI**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProEPT), IFPI, Parnaíba-PI, 2021.

LIMA, Sílvia Elaine Almeida; RIOS, Jocelma Almeida. Trabalho, Educação, Ciência e Tecnologia como categorias indissociáveis à integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. **Ensino em Foco**, Salvador, v. 2, n. 5, p. 9-20, set. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/index.php/ensinoemfoco/article/view/490/424>. Acesso em: 3 nov. 2021.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. 143 p.

MARCILIO, Roberta Bailoni. Educação e Cidadania. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, p. 88-99, jul. 2007. Disponível em: <https://seer.pgsskroton.com/educ/article/view/2141>. Acesso em: 3 nov. 2021.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Nwqt3MSmX8PbD4wtDpqGPDx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal-RN: IFRN, 2010. 28 p.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed.

São Paulo: Cortez, 2016. 141 p.

PAULA, Marcelo Torres de; AFONSO, Maria Lucia Miranda. Formação de Jovens para a participação política e o exercício da cidadania: uma intercessão entre direito e educação. **REVASF**, Petrolina-PE, v. 8, n.16, p. 56-78, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/243/152>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PORTELINHA, Ângela Maria Silveira; MARTINS, Suely Aparecida. A prática de ensino e a formação política: diálogos entre a universidade e a escola. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana-SE: Universidade Federal de Sergipe, v. 25, p. 9-26, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/8339/6682>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PORTO, Tania Maria Esperon. Adolescentes e meios de comunicação: espaços de afetividade e aprendizagem. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Série-Estudos, Campo Grande-MS, n. 19, p. 43-58, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/444/336>. Acesso em: 3 nov. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. E-book (121 p.). (Coleção formação pedagógica). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Vinícius André da Silva. O grêmio estudantil e a gestão democrática: um estudo de caso no Município de Messias-Alagoas. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba-PR: Universidade Federal do Paraná, v. 13, n. 16, maio 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v13i0.62082>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/62082>. Acesso em: 3 nov. 2021.

UBES. UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Linha do tempo UBES. s.d. Disponível: <https://ubes.org.br/memoria/linha-do-tempo/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

UNE. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Estrutura do Movimento Estudantil. 2011. Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

Anexos

Nesta seção você encontra modelos de documentos que serão úteis ao funcionamento do grêmio. Lembrando que se tratam de modelos e, portanto, devem ser adaptados à realidade de cada grêmio e campus. O importante é o registro das informações para construir a memória do movimento estudantil na escola.

Lembre-se que os documentos são instrumentos que devem fazer parte da cultura de participação juvenil, pois sozinhos eles perdem o sentido e significado.

O Presidente da Comissão Eleitoral imediatamente deu posse à nova Diretoria do Grêmio Estudantil _____. Sem mais nada a constar nesta ata, lavro esta que vai assinado(a) por mim, Presidente da Comissão Eleitoral e pelos demais presentes:_____

(assina o nome o presidente da comissão e todos os presentes, um ao lado do outro)

Observações

- Ata é o registro do ato ou atividade do grêmio estudantil que deve ser registrado, tanto para tirar dúvidas de um processo ou uma reunião, como para divulgar o que aconteceu ou para que mais pessoas tenham acesso à uma reunião restrita, por ser o grêmio uma entidade de interesse coletivo dos estudantes, sendo assim, todos devem ter acesso às atas e registros do grêmio estudantil;
- O grêmio estudantil deverá registrar suas atas em um Livro de Atas. Neste livro, as letras serão escritas de forma legível. Sempre em caneta preta. Não deverão ser deixados espaços, margens ou abreviações. Nomes e números deverão sempre ser escrito por extenso e as assinaturas colhidas logo que encerrada a ata que registrou um ato, atividade ou uma reunião;
- Em caso de dúvida, consulte um Professor, Direção da Escola, Círculo de Pais e Mestres, o Conselho Escolar ou a própria UGES. Preserve o Livro de Atas do grêmio estudantil. Nele, estará estampada a história do grêmio estudantil da Escola.

Fica assim constituída:

Presidente

Vice-

Modelo de Prestação de Contas¹³

Prestação de Contas Nº 001/2021 - Referentes ao projeto I Enem Solidário. ÓRGÃO EXPEDIDOR: Tesouraria. REQUERENTE: Presidência e/ou DIRETORIA SOCIAL.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ/CAMPUS ____
GRÊMIO ESTUDANTIL (nome do grêmio)

Prestação de contas de nº 001/2021 – referente ao projeto I Enem Solidário, realizado em 09 de Março de 2021 no IFPI/ Campus ____.

Expeditor: TESOURARIA

Requerente: PRESIDÊNCIA E/OU DIRETORIA SOCIAL;

Sob amparo de minhas determinações e cumprindo o que me rege o Estatuto do Grêmio Estudantil do IFPI/Campus ____, claramente citado nos artigos 1º e 2º, bem como em outros incisos, apresento-lhes a prestação de contas dos gastos, lucros e saldos do grêmio estudantil com a produção do I Enem Solidário, ocorrido no último dia 09 de Março de 2021 através de solicitação da DIRETORIA SOCIAL.

¹³ Modelo de prestação de contas adaptado do site: <http://g11cebm.blogspot.com/p/prestacao-de-contas.html>. Os nomes e valores no documento não são reais. A prestação de contas deve ser feita para compra de itens de consumo (ex: balão, bombons, etc...), itens permanentes que farão parte do patrimônio do grêmio (impressora, notebook, etc...) e também para a realização de eventos, sempre com objetivo de promover uma gestão com transparência.

Gastos referentes a produção de cartazes na PAPELARIA GRAMPOS & PAPEIS: R\$ 25,10 (vinte e cinco reais e dez centavos), conforme declarado na prestação de contas de nº 001/2021 aprovado por unanimidade em (colocar data da assembleia que aprovou o gasto) pelos gremistas, pagos com saldo pelo gremista João José.

Gastos referentes a confecção de cartazes A3 e contrato de 1 hora de carro de som com o GILSINHO SONORIZAÇÃO, conforme nota em anexo, no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais). Pago com saldo pelo gremista João José.

Gastos referentes a som, iluminação, efeito fumaça e DJ's com O GILSINHO SONORIZAÇÃO no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pagos com lucro extraído do evento conforme segue o recibo.

Gastos referentes a contratação informal de quatro seguranças na quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por indivíduo, totalizando o valor total de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Gastos referentes a funcionários para limpar as mediações do IFPI/Campus ____ (onde foi realizado o evento) no valor geral de R\$ 30,00 (Trinta Reais).

Gasto total do evento: R\$ 723,10 (SETECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E DEZ CENTAVOS)

Lucro Geral do evento: R\$ 1745,00 (MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)

Lucro sólido: R\$ 1022,00 (MIL REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

Débito no momento: R\$ - 227,00 (REFERENTES A GASTOS NO ANO DE 2021)

Total em Caixa: R\$ 795,00 (SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

Atenciosamente,

Fulano da Silva
Presidente (a)

Sicrano da Silva
Tesoureiro (a)-Geral

Beltrano da Silva
Diretor (a) Social

Sobre os autores



Ilustração de Freepik Vecteezy

Autora: Talyta Maria Coelho de Deus Lima

Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI/campus Cocal, desde 2014, atuando sobretudo na Política de Assistência Estudantil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Especialista em Projetos Sociais: Elaboração e Captação de Recursos Humanos pela Faculdade Ademar Rosado – FAR. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT – IFPI/campus Parnaíba).

- Contato: talyta.lima@ifpi.edu.br

Orientador: Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, com experiência nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, Organização do currículo integrado em EPT, dentre outras. Doutor em Geografia pela Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Mestre em Ensino de Ciência e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil.

- Contato: marcio@ifpi.edu.br

Conectando saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantis e Protagonismo Juvenil

